

PERFIL

DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL



ANTROPOLOGIA

GEOGRAFIA

DEMOGRAFIA

SOCIOLOGIA

PROFILE

OF SCIENTIFIC RESEARCH IN PORTUGAL



ANTHROPOLOGY

GEOGRAPHY

DEMOGRAPHY

SOCIOLOGY

Índice do Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia

A. Apresentação e objectivos

B. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia: quatro trajectórias de evolução singulares mas tendencialmente convergentes

B.1 Antropologia

- Antecedentes históricos

B.2 Demografia

- Antecedentes históricos
- Anos setenta e transformações

B.3 Geografia

- As heranças do passado
- Os anos da mudança
- As décadas de 80 e 90: maturidade e diversidade

B.4 Sociologia

- A década de 60: despontar de uma "primeira geração informal de sociólogos"
- A instauração da democracia: institucionalização e crescimento

C. Análise da informação disponibilizada pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias

C.1 Alguns comentários prévios

C.2 Uma visão de conjunto da investigação científica em Ciências Sociais e Humanas

C.3 A investigação em Antropologia

C.3.1 Instituições

C.3.2 Investigadores

C.3.3 Projectos

- Doutoramentos em Antropologia

C.4 A investigação em Demografia

C.4.1 Instituições

C.4.2 Investigadores e Doutoramentos

C.4.3 Projecto

- Doutoramentos em, Demografia

C.5 A investigação em Geografia

C.5.1 Instituições

C.5.2 Investigadores

C.5.3 Projectos

C.5.4 Doutoramentos

- Doutoramentos em Geografia

C.6 A investigação em Sociologia

C.6.1 Instituições

C.6.2 Investigadores

C.6.3 Projectos

C.6.4 Doutoramentos

- Doutoramentos em Sociologia

D Um balanço final

D.1 Uma apreciação de conjunto

D.2 Problemas, desafios e opções

D.2.1 As práticas de investigação

D.2.2 As condições de investigação

D.2.3 A divulgação dos produtos da investigação

D.2.4 Processos de avaliação da investigação

PERFIL DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANTROPOLOGIA, DEMOGRAFIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA

A. Apresentação e objetivos

O *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia* que agora se apresenta foi realizado, a convite do Observatório das Ciências e das Tecnologias, por uma equipa de quatro investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com diferentes formações disciplinares. Tendo todos partilhado a exigência de abordar o campo com imparcialidade e rigor, é óbvio que o que aqui se escreve não pode ser estranho às nossas próprias práticas e ideais de investigação. De resto, foi propósito cruzar, no texto, momentos de descrição “objectiva” de informação com outros, de interpretação e comentário subjectivo dos “dados”. Pretendemos, deste modo, contribuir para uma discussão mais alargada, particularmente no interior da comunidade de investigadores das ciências sociais, sobre os tópicos que aqui são abordados.

A elaboração deste *Perfil* não resulta de uma síntese ou de um prolongamento do Relatório da Avaliação Internacional das Unidades de Investigação, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 1996. Pelo contrário, foi essencialmente elaborado com base na recolha e tratamento de informação quantitativa, cedida pelo Observatório e respeitante a quatro disciplinas (Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia) que constituem um importante sub-conjunto das Ciências Sociais e Humanas. Em 1995, este grupo foi responsável por 13% das despesas efectuadas em actividades de I&D e por 14,5% das pessoas (em ETI) nelas envolvidas. Os indicadores construídos a partir daquela informação forneciam, e fundamentalmente para o ano de 1995, uma caracterização de algumas dimensões da investigação científica, vista sobretudo através do prisma da instituição onde ela se pratica; mas referem-se, também, a recursos humanos, meios e produtos do trabalho de investigação.

Quanto ao plano, O *Perfil* está dividido em 3 partes. Na primeira, e recuando um pouco no tempo, procuramos fazer uma breve história da implantação e crescimento até ao presente, em Portugal, das quatro áreas que aqui estão representadas. Entramos, em seguida, na (re)construção e interpretação de indicadores fornecidos pelo OCT; assim, apresentam-se e discutem-se, primeiro, os resultados de uma análise de *clusters* das 16 Ciências Sociais e Humanas, que identifica e relativiza os lugares da Antropologia,

Demografia, Geografia e Sociologia neste grande grupo; depois, cada uma das quatro disciplinas é sistematicamente caracterizada do ponto de vista de alguns traços principais, em matéria de instituições de investigação, investigadores, projectos e doutoramentos. Para concluir, retomamos as principais questões levantadas ao longo do texto, insistindo particularmente nos bloqueios a remover, nos desafios e opções estratégicas a enfrentar no futuro.

Ana Nunes de Almeida

Cristiana Bastos

João Ferrão

Karin Wall

Abril 1999

B. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia: quatro trajectórias de evolução singulares mas tendencialmente convergentes

B.1. Antropologia

Antecedentes históricos

Entendendo a Antropologia como área disciplinar que contém a *Antropologia Física*, a *Etnografia/Etnologia* e a *Antropologia Social e Cultural*, devemos realçar que coexistem nesta área várias dinâmicas relativamente independentes entre si. Em linhas gerais, verifica-se uma ruptura entre os estudos desenvolvidos antes dos anos setenta, com as limitações e directivas de um regime político autoritário e colonial, e os desenvolvidos depois dos anos setenta, quando a democratização da sociedade permite o pleno amadurecimento teórico, legitima a pesquisa empírica e a reflexão crítica. Uma análise mais fina mostra porém que na Antropologia os percursos são diferenciados por subdisciplina; há que estudar as dinâmicas institucionais e extra institucionais da investigação para consolidar uma história crítica da disciplina, ou disciplinas, e completar a sua actual caracterização.

A Antropologia Física foi tradicionalmente exercida no âmbito dos departamentos de Ciências e de Medicina, e o seu percurso foi concomitante com os destas ciências. Alguns estudos de raça foram desenvolvidos no âmbito dos interesses da administração colonial, conjugando esforços da Antropologia Física e da Etnologia. Com um pressuposto evolucionista ou com intuítos puramente classificatórios, procurava-se um apuramento dos tipos físicos com base nos métodos da antropometria.

Os desenvolvimentos posteriores desta subdisciplina envolveram uma mudança do quadro de referência e do seu instrumental técnico, e o predomínio das observações somático-anatómicas deu lugar a estudos que envolvem genética das populações, paleoantropobiologia e investigações com uma crescente complexidade de equipamento laboratorial. A tendência para uma maior especialização e independência desta subdisciplina não excluiu a existência de interacções com outras disciplinas e áreas de interesse temático, que aliás poderão vir a ser uma direcção para o desenvolvimento futuro da Antropologia Física (e.g. interface com Arqueologia, História Social, Etno-História).

As fronteiras disciplinares entre Etnografia, Etnologia, Folclore, Tradições Populares e Antropologia Social ou Cultural são mais fluídas. O estudo sistemático das tradições populares e folclore tem raízes antigas, já no princípio do século associadas à filologia. Uma sistematização dos usos e costumes foi compilada na década de 1910 por Leite de Vasconcelos que, apesar de enquadrado na Faculdade de Letras de Lisboa, não gerou escola. Sendo ténues também as fronteiras entre o estudo científico das tradições

populares e a promoção do folclore por parte do regime político de Salazar, temos que na produção bibliográfica, iconográfica e museográfica que vai dos anos 1930 aos anos 1950 convergem pesquisa, ideologia, e política. A partir dos anos 1950 produzem-se alguns trabalhos de pesquisa etnográfica que constituem referência até hoje: os produzidos pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Enes Pereira e Fernando Galhano), que incluem descrições dos elementos da cultura material e tradições para todo o país, acompanhadas de fotografias e desenhos etnográficos, e sistematizadas em tipologias; e as monografias de Jorge Dias, formado na Etnologia alemã, sobre comunidades rurais portuguesas de Vilarinho da Furna e Rio de Onor, explorando temas de comunitarismo agro-pastoril.

A Etnologia, por vezes assumindo o título de Antropologia, estende-se também ao domínio colonial, e a disciplina é parte integrante da formação dos quadros de administração colonial, assegurada pela Escola Superior Colonial, depois Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e mais tarde Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), que veio a contar com uma licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas. Nesse âmbito produzem-se estudos monográficos sobre alguns povos dos domínios coloniais, sem grandes preocupações teóricas que não as de âmbito classificatório. Também nesta área se diluem os contornos entre os propósitos políticos do regime e os interesses de pesquisa da disciplina. Note-se, porém, que não existiu para a Antropologia portuguesa o esforço sistemático de instrumentalização que outros regimes imperiais europeus exerceram sobre esta disciplina. Não se desenvolveu entre nós uma Antropologia Social talhada na compreensão das estruturas políticas dos povos colonizados, à maneira britânica, nem uma Antropologia Cultural orientada para a tolerância relativista, à maneira americana. As incursões teóricas e o diálogo internacional só viriam a ter lugar depois da consolidação democrática, isto é, a partir dos anos setenta.

Anos setenta: as transformações

As transformações políticas dos anos setenta foram acompanhadas por mudanças significativas nas Ciências Sociais em Portugal. Na Antropologia as rupturas são radicais à exceção da área de Antropologia Física, cuja orientação manteve uma relativa continuidade.

A principal instituição de ensino superior da Antropologia, que ministrava a licenciatura em ciências antropológicas e etnológicas, foi palco de grandes mudanças: perdendo a referência ultramarina, passou de ISCSPU a ISCSP, e os conteúdos coloniais deram lugar a conteúdos revolucionários. Nesse período foram captados alguns doutorados vindos do exterior, que trouxeram novas perspectivas teóricas. Tendo sido fechado por “degradação pedagógica” em 1976-77, o ISCSP viria a reabrir em 1978-79, criando uma nova licenciatura em Antropologia em 1980-81 e, um ano mais tarde, um mestrado em Ciências Antropológicas.

A Universidade Nova de Lisboa, inicialmente orientada para estudos interdisciplinares, viria a institucionalizar-se nos anos setenta segundo um formato tradicional de faculdades, entre as quais a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, contando desde 1977/78 com

uma licenciatura em Antropologia. O corpo docente integrava uma combinação de antropólogos formados no exterior (nomeadamente de países francófonos, o que se traduziu numa componente mais expressiva da Antropologia francesa neste departamento), de ex-docentes ou estudantes do ISCSP e de um núcleo forte de Geografia, que mais tarde se autonomizou em licenciatura. A Antropologia contava ainda com o apoio de docentes de outras áreas da FCSH, principalmente a Sociologia. Viria a desenvolver-se dentro da Antropologia uma área de Biologia/Antropobiologia/Etologia com o recrutamento de docentes dessas áreas científicas noutras faculdades. A Antropologia Social e Cultural continuou a crescer com o recrutamento de docentes preparados no exterior, especialistas em áreas diversificadas, e ainda a contratação de alguns dos seus próprios licenciados. O departamento edita a revista *Ethnologica*.

O ISCTE, um instituto universitário com características de autonomia próprias, e uma ampla diversidade de disciplinas nas áreas das Ciências Sociais, Economia e Gestão, conta desde 1978 com uma cadeira de Antropologia e desde 1982 com uma licenciatura independente. Nesta licenciatura convergiram um grupo de docentes formados no estrangeiro, em países anglófonos mas também francófonos, e alguns docentes que tinham pertencido à UNL. A licenciatura contava com uma forte componente da Antropologia Social britânica e com uma dinâmica institucional que lhe permitiu uma rápida expansão, recrutando docentes treinados no exterior, na UNL e no próprio ISCTE. Em 1986-87 foi criado o Centro de Estudos de Antropologia Social, dedicado a coordenar os esforços de pesquisa da Antropologia ligada ao ISCTE, congregando docentes, discentes e ex-alunos, com uma importante componente de debate, actualização e divulgação da disciplina, que incluía a promoção de seminários especializados. O CEAS publica a revista *Etnográfica*. A partir de 1995 o departamento oferece pós-graduação, com mestrados temáticos e doutoramento.

A Universidade de Coimbra, onde não só foi fundada a primeira cadeira de Antropologia do país como existe uma sólida tradição de pesquisa a partir do laboratório antropológico e de oferta de cadeiras de Antropologia a outros cursos, conta desde 1990 com uma licenciatura em Antropologia. Nesta combinam-se a Antropologia Física, ou Biológica, com a Antropologia Social e Cultural. O departamento cresceu da sua própria tradição e do recrutamento de antropólogos mais jovens também formados em Lisboa.

A cidade do Porto combina a oferta de uma licenciatura em Antropologia no âmbito de uma universidade privada (Universidade Fernando Pessoa) e a publicação da mais antiga revista da área, os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, a partir da Faculdade de Ciências.

Para além das instituições universitárias e respectivos centros de pesquisa, há que notar a importância do enquadramento dado por instituições como o Museu de Etnologia, que combina programas de pesquisa com quadros permanentes e estágios científicos com quadros móveis.

Outro factor que evidencia o momento dinâmico da Antropologia em Portugal é o recente ressurgimento da APA (Associação Portuguesa de Antropologia), que durante uns anos se manteve num limiar mínimo de sobrevivência e que agora assegura não só as funções de associação profissional, como coordena uma reunião científica que fará o ponto da situação da pesquisa em Portugal e contará com diversos participantes internacionais de língua portuguesa. A APA propõe-se finalmente institucionalizar um campo – o da Antropologia portuguesa - que tem já vindo a intervir com sucesso e visibilidade em foruns como a EASA (*European Association of Social Anthropologists*), os Congressos Luso-Afro-Brasileiros de Ciências Sociais, a Associação Brasileira de Antropologia e a *American Anthropological Association*.

Em que se traduz o conteúdo deste conjunto vasto de antropólogos portugueses, espalhados por diversas instituições académicas que não se esgotam em Lisboa ? Durante os anos oitenta, a produção científica podia caracterizar-se como consistindo quase exclusivamente em estudos portugueses. O campo foi palco de uma pesquisa científica ao “país real”, contraponto aos discursos folcloristas produzidos pelo anterior regime. Publicações (e.g., a colecção *Portugal de Perto*), seminários, interesses de pesquisa, eram quase integralmente dedicados ao conhecimento da realidade portuguesa, e maioritariamente nas suas versões rurais, explorando temáticas da Antropologia do mediterrâneo. Para os finais da década já se exploravam alguns domínios urbanos e se procuravam ampliar os modelos teóricos à disposição. Nos anos noventa a gama ampliou-se para todos os tipos de terrenos, ainda maioritariamente em Portugal, mas com algumas incursões a outros territórios, nomeadamente nos espaços de fala portuguesa. Encetam-se também diálogos teóricos internacionais e adensa-se a presença de antropólogos brasileiros, espanhóis, e de outras proveniências no quotidiano da Antropologia portuguesa.

B.2. Demografia

Antes de se proceder à caracterização da investigação em Demografia no nosso país há que salientar que muitos dos trabalhos efectuados nesta área científica são classificados como parte de outras disciplinas como a História, Sociologia, Geografia ou Antropologia. Faz parte da história e perfil da Demografia ser utilizada como ciência instrumental em pesquisas que têm alcance, conteúdos e enquadramentos institucionais noutras áreas científicas. Sem que tenha implicações na identidade da disciplina, cuja metodologia e epistemologia estão plenamente consolidadas e caracterizadas, o facto de a Demografia ser exercida enquanto instrumental de disciplinas com institucionalização universitária mais antiga faz com que os marcadores utilizados para avaliar as actividades de investigação apareçam desproporcionadamente reduzidos naquela disciplina. Veja-se o exemplo do número de doutoramentos durante o período em análise, em que é referido apenas um (da Universidade dos Açores), quando na realidade se produziram diversas teses de História e Sociologia com especialidade em Demografia.

Antecedentes históricos

A referência institucional de maior peso para a Demografia em Portugal é o Instituto Nacional de Estatística, tradicionalmente encarregado de instrumentalizar os censos, analisar e disponibilizar os resultados, e centralizar os estudos de população. Sem periodicidade caracterizável, o I.N.E. tem vindo a publicar desde 1945 a principal revista de Demografia portuguesa, actualmente no número 31, intitulada *Revista do Centro de Estudos Demográficos* até 1988, e simplesmente *Estudos Demográficos* a partir dessa data. A disponibilização dos dados do INE e das diversas fases da sua colecta e análise, e a boa articulação desta instituição com os sectores académicos da investigação, são apontadas até hoje pelos demógrafos portugueses como os pontos fulcrais para assegurar a qualidade da pesquisa nesta área científica.

Outras referências clássicas da investigação demográfica em Portugal são os trabalhos de A. Almeida Garrett e Montalvão Machado sobre a natalidade, o estudo diacrónico da população portuguesa (1864-1960) de João Evangelista e ainda a obra de do italiano Massimo Livi-Bacci sobre padrões de fecundidade.

Anos setenta e transformações

Tal como outras disciplinas, os anos setenta marcam uma transição para uma maior consolidação, ampliação e diversificação da pesquisa em Demografia. É a partir desta década que toma corpo uma produção de estudos demográficos com base universitária, de que se destacam os trabalhos de J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, e a que vêm juntar-se um grande número de outros trabalhos académicos feitos em diversas universidades e institutos. Um dos traços peculiares no desenvolvimento desta disciplina em Portugal é que nunca se centralizou numa só instituição universitária ou região particular, nem se concentrou num grau académico (até hoje não existe licenciatura em Demografia), mas, pelo contrário, existe dispersa por diversas instituições e cidades, em certos casos em função dos próprios percursos inter-institucionais de alguns demógrafos. Sendo reduzido o número de investigadores que se auto-referenciem exclusivamente como demógrafos em Portugal (cerca de uma dezena), é amplo e diversificado o campo de actividades de pesquisa em Demografia, bem como do seu ensino.

Refiram-se, para os anos oitenta, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Évora e o agora extinto Núcleo de Demografia Histórica do Instituto Gulbenkian de Ciência.

Nos anos noventa, sobressaem o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (onde se criou uma pós-graduação) e a referida FCSH da UNL, onde se consolidou com grande visibilidade a área de Demografia em torno de temas como o envelhecimento, as migrações e os estudos do impacto demográfico dos grandes projectos e intervenções.

Existem ainda áreas de interesse e disciplinas nos *curricula* de outras licenciaturas, incluindo vários cursos das Universidades de Évora, dos Açores, do Porto, de Coimbra, da Nova de Lisboa, do ISCTE e também nos cursos no Serviço Social (tendo começado em Beja) e de Relações Internacionais. No ensino pós-graduado de Demografia há que referir ainda a existência de um módulo em Demografia no curso de Saúde Internacional, o mestrado em Demografia na Universidade de Évora e a já referida pós-graduação no ISCTE.

Sediado na cidade do Porto, o CEPFAM (Centro de Estudos de População e Família) publica desde 1995 a revista *População e Sociedade* e promove anualmente um fórum onde são apresentados trabalhos correntes na área desta disciplina, reunindo algumas dezenas de pesquisadores nacionais e internacionais.

B.3. Geografia

As heranças do passado

Durante um período de cerca de 30 anos, a investigação em Geografia desenvolveu-se de forma muito significativa mas dentro de uma linha de continuidade bastante clara. De facto, a criação, apoiada pelo Instituto de Alta Cultura, dos Centros de Estudos Geográficos de Coimbra (1942) e de Lisboa (1943) marca o início da investigação estruturada no domínio dos estudos geográficos. Até ao final dos anos 60 e, sobretudo, início da década de 70, o perfil da investigação assentará em alguns aspectos essenciais.

Do ponto de vista institucional, a Geografia é claramente dominada por dois pólos – Coimbra e Lisboa - , liderados por duas figuras prestigiadas – Amorim Girão e Orlando Ribeiro. Apesar de constituírem duas “escolas geográficas” autónomas, as concepções dominantes em termos conceptuais e metodológicos eram, no entanto, idênticas e reflectiam as orientações então prevalecentes na Europa do Sul, sob influência da “Escola Francesa de Geografia”, liderada por Vidal de la Blache e muito próxima do grupo de historiadores da “École des Annales”.

Neste contexto, a investigação desenvolvida partilhava os mesmos princípios básicos: visão integrada do meio geográfico e, portanto, consideração tanto das componentes físicas como humanas das realidades estudadas (a Geografia é, de facto, uma ciência humana mas não social, pelas metodologias naturalistas a que recorre); análise empírica como critério principal de cientificidade e, como consequência, importância da observação directa e do trabalho de campo; valorização das situações singulares e, por conseguinte, grande relevo atribuído à elaboração de monografias regionais; concepção humanista da ciência e “heróica” do cientista e, por isso, predomínio do trabalho individual.

A investigação geográfica reparte-se, então, por três domínios principais – Geografia Física, Geografia Humana e Geografia Regional – mas a visão de síntese prevalecente pressupõe que cada geógrafo se dedique, ainda que com intensidade desigual, a todos eles.

Esta concepção do trabalho científico e da investigação em Geografia vai-se consolidar através de uma combinação inteligente entre os méritos indiscutíveis dos membros mais activos da comunidade geográfica universitária, as boas condições de trabalho que os Centros de Estudos existentes proporcionavam (com o apoio do Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica e da Fundação Calouste Gulbenkian) e as oportunidades que os territórios do Ultramar criavam enquanto campo de investigação.

Os anos da mudança

O final dos anos 60, de forma tímida, e sobretudo o início da década de 70 representam um momento de inflexão profunda no que se refere às concepções dominantes em Geografia e, conseqüentemente, no tipo de investigação praticada nesta disciplina.

As razões desta mudança são várias, mas todas elas essencialmente externas à comunidade portuguesa de geógrafos. Na realidade, verifica-se um duplo choque praticamente coincidente no tempo. Por um lado, observa-se o impacte das tentativas de renovação da Escola Francesa de Geografia e, com muito maior importância, das orientações neopositivistas da Geografia anglo-saxónica. Por outro lado, verifica-se a influência da modernização da sociedade e da economia portuguesas e, posteriormente, da ruptura introduzida em 25 de Abril de 1974.

Por motivos distintos, estes vários choques levaram a questionar a *utilidade* da Geografia, afastando-a, em termos relativos, da sua tradicional função de veículo de cultura geral para a associar de forma crescente ao planeamento e ao ordenamento do território.

Uma nova concepção dos fundamentos teórico-metodológicos da Geografia e da sua função social traduz-se, inevitavelmente, no tipo de investigação realizada. Do passado, a Geografia mantém um forte pendor empírico. Mas a análise quantitativa da informação estatística disponível sobreleva o trabalho de campo, que tende agora a ser efectuado por equipas de inquiridores mais preocupados com a identificação de regularidades objectivas do que com “subtilezas qualitativas” apenas captáveis por cientistas particularmente vocacionados para o efeito. A investigação em Geografia torna-se cada vez mais colectiva, “pragmática” e interdisciplinar. E, neste contexto, a especialização temática torna-se inevitável: Geografia Económica, Geografia Social ou Geografia Urbana, para dar apenas três exemplos, surgem como subdomínios de referência que tendem, primeiro, a coexistir e, depois, a substituir as grandes divisões da Geografia tradicional – Física, Humana e Regional - , agora encaradas como demasiado amplas.

A modernização da economia e da sociedade portuguesas, nomeadamente através do reforço das competências de estudos e planeamento por parte da administração pública, cria a procura necessária, e o reconhecimento social indispensável, ao tipo de Geografia e de investigação então em emergência. A abertura de novos departamentos de Geografia (Porto, Lisboa) e a inclusão do ensino da Geografia em algumas licenciaturas são, afinal, um dos sintomas mais evidente desse reconhecimento.

As modificações desencadeadas em 1974, por seu turno, facilitam a reestruturação das entidades, sobretudo universitárias, com actividades de investigação em Geografia, proporcionando soluções organizacionais e lideranças individuais favoráveis às novas concepções e práticas de investigação geográfica. Ao mesmo tempo, este novo contexto contribui para minimizar a importância dos estudos desenvolvidos nas regiões tropicais, retomando a Geografia, como sucedera nos anos 40, Portugal continental como principal área de estudo.

A década de 70 é, pois, marcada por profundas transformações que, no entanto, não põem em causa a hegemonia dos dois pólos históricos da Geografia portuguesa moderna: os Centros de Estudos Geográficos de Lisboa e Coimbra.

As décadas de 80 e 90: maturidade e diversidade

A investigação realizada nas últimas duas décadas corresponde, em grande medida, à qualificação das tendências que se afirmaram no período precedente, embora, uma vez mais, talvez seja lícito afirmar que as mudanças ocorridas resultam mais de estratégias de reacção e adaptação a estímulos externos do que de apostas explícitas da comunidade geográfica.

Os estímulos externos são, basicamente, de quatro tipos. Um primeiro prende-se com a evolução do pensamento científico, em geral, e do pensamento geográfico em particular, muito marcada por uma maior diversidade teórica e metodológica, favorável a uma realidade mais plural no que se refere a concepções e práticas de investigação. O segundo tipo de estímulo decorre directamente da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, situação que criou um contexto particularmente favorável ao intercâmbio e à criação de redes que muito contribuem para uma maior internacionalização dos próprios processos de pesquisa. O terceiro estímulo resulta de orientações adoptadas ao nível do sistema de ensino superior e das políticas de financiamento da investigação, com consequências do mais diverso tipo mas de que merecem destaque particular a multiplicação e o apoio dado à realização de dissertações de mestrado e doutoramento, por um lado, e a contratualização de financiamentos pluri-anuais com base em critérios de avaliação dos diversos centros, pelo outro. Finalmente, o quarto estímulo provém de uma crescente procura de investigações de Geografia por parte do mercado (em boa medida resultante de novas exigências decorrentes da integração de Portugal na Comunidade Europeia), tendência que, associada a uma certa rigidez burocrática das instituições universitárias, levou a que um número significativo de docentes se envolvesse em empresas prestadoras

de serviços da área do planeamento, ordenamento do território, ambiente e avaliação de estratégias e políticas de desenvolvimento territorial.

Por comparação com o período de mudança de finais dos anos 60 e início da década de 70, a investigação em Geografia surge hoje mais “democrática”, porque mais diversa do ponto de vista teórico-metodológico e mais descentralizada em termos institucionais, mas também mais “empresarializada”. De facto, a investigação em Geografia parece demasiado polarizada por duas lógicas dificilmente conciliáveis nos mais diversos aspectos (ritmo de trabalho, nível de rigor, grau de individualismo, definição de prioridades, etc.): num extremo, o trabalho de investigação associado à preparação de provas académicas; no outro extremo, os estudos encomendados por entidades externas ao mundo académico. Entre a lentidão dos primeiros e a voracidade dos segundos, o tempo para investigação “independente” e colectiva vai rareando...

B.4. Sociologia

A década de 60: o despontar de uma “primeira geração informal de sociólogos”

Embora a institucionalização da Sociologia como ciência, disciplina ou profissão só tenha realmente acontecido em Portugal após o 25 de Abril de 1974, podemos admitir que desde a década de 60 se tolerava a presença, parcial e discreta, deste ramo do saber em alguns lugares circunscritos.

No campo do ensino, graças ao esforço pioneiro de certos académicos, introduziram-se conteúdos sociológicos em algumas cadeiras de licenciaturas universitárias (como Direito ou Economia); e em Évora foi criada, no ano de 1964, uma licenciatura em Sociologia, no Instituto Superior Económico e Social, uma instituição particular de ensino. Quanto à investigação, desde 1962, em torno da figura e do projecto de A. Sedas Nunes reúne-se, no Gabinete de Investigações Sociais, em Lisboa, um grupo activo de intelectuais que, contornando as barreiras da censura e inspirando-se naquele saber, empreendem estudos sobre aspectos cruciais da sociedade portuguesa e os publicam numa nova revista, a *Análise Social*. Os temas tratados são, por exemplo: aspectos sociais e económicos do desenvolvimento; ensino, escola e universidade; ideologia; meio rural, agricultura e planeamento agrícola; emigração. Para o seu fundador, a “missão” do GIS era a de contribuir, através do conhecimento das ciências sociais, para “a transparência da sociedade portuguesa”.

A “primeira geração informal de sociólogos” possui certos traços em comum, entre os quais se destaca uma formação académica interdisciplinar, combinando geralmente uma licenciatura obtida no sistema universitário português (em áreas “tradicionais” como Letras, Direito ou Economia) com uma pós-graduação ou doutoramento no estrangeiro (designadamente em França). Do ponto de vista da sua prática científica, e para além do

esforço de aprendizagem do ofício por conta própria, caracteriza-a uma zelosa preocupação em construir e defender a sua identidade profissional ou científica, a apresentação e defesa epistemológicas das especificidades de um ramo do saber como a Sociologia; e, também, o estudo, a explanação e a discussão aprofundadas, sobretudo a partir da bibliografia e dos grandes autores europeus e norte-americanos, dos modelos teóricos e estratégias metodológicas de abordagem do objecto científico. Sobrevivendo financeiramente graças, primeiro, a pequenos subsídios concedidos por vários Ministérios e, a partir de 1966, ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (com a constituição do “grupo de bolseiros de Sociologia”), o GIS consegue criar uma primeira biblioteca de textos e revistas fundamentais das ciências sociais, mas não dispõe praticamente de verbas para a realização de investigação empírica propriamente dita. Esta condicionante, aliada à dificuldade política de conduzir livremente qualquer tipo de inquirição, contribui certamente para que, na aproximação concreta ao terreno português, predominem, do ponto de vista de métodos de trabalho e de técnicas de recolha de informação, o estudo de legislação, a análise de fontes e documentação históricas, o tratamento de indicadores estatísticos publicados pelos organismos oficiais.

A instauração da democracia: institucionalização e crescimento

Em 1974, também o panorama científico muda radicalmente. *A experiência democrática* favorece, sem dúvida, a hospitalidade académica e o interesse público perante uma modalidade do saber que fornece instrumentos para explicar e interpretar a mudança social. É na *universidade* e no ensino superior públicos que a *Sociologia* se institucionaliza com um lugar e um estatuto próprios, no campo concorrencial dos outros saberes científicos (e dos diplomas de credibilização em que eles se traduzem). A criação, em 1974, de uma licenciatura em Sociologia no ISCTE constitui, justamente, um marco desse processo de crescimento - que frutifica rapidamente pelo País. Multiplicam-se, a partir de então, as iniciativas de abertura de novos cursos de licenciatura: nas Universidades de Évora e na Nova de Lisboa, na Universidade do Porto e na da Beira Interior, na Universidade de Coimbra, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade do Minho e na dos Açores. Mais recentemente, aliás, o movimento alastra às recém-criadas universidades privadas: a Universidade Autónoma Luís de Camões, a Universidade Internacional e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. A abertura a uma lógica de qualificação e pós-graduação é, por outro lado, logo iniciada em 1983, com a criação de mestrados em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Em 1982, a transformação do antigo GIS em Instituto de Ciências Sociais (ICS), uma unidade orgânica de investigação em ciências sociais na Universidade de Lisboa (em pé de igualdade com as restantes faculdades), vem consagrar formalmente a legitimidade de uma carreira de pesquisa no âmbito da Sociologia académica.

Desde princípios da década de 80 entra em cena *uma segunda geração de sociólogos*: numerosa, jovem e crescentemente feminizada, adquire na universidade portuguesa uma

formação longa e especializada dentro da disciplina; confrontar-se-á, na prática, não só com a normalização e rotinização das actividades de docência e de pesquisa em Sociologia, como também com os desafios e os dilemas da profissionalização e, mesmo, da diversificação profissional. A fundação (em 1985) e o crescimento exponencial da Associação Portuguesa de Sociologia ilustra, precisamente, o vigor deste movimento de institucionalização da disciplina e da profissão em Portugal.

No seio ou em torno das escolas de ensino superior constituem-se, desde finais dos anos 70, *centros de investigação*, na sua maioria (e salvo a experiência singular do GIS-ICS) resultado da iniciativa de docentes que, através destas “associações”, procuram organizar com alguma autonomia as suas investigações e assegurar a legitimidade destas actividades na rígida estrutura universitária. Entre os principais a serem criados, vale a pena destacarmos o papel do Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra (fundado em 1978 e editor da *Revista Crítica em Ciências Sociais*) e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, no ISCTE (criado em 1985 e responsável pela edição da *Sociologia - Problemas e Práticas*). Vivendo apertos financeiros, subalternizada pela pesada exigência de formação de alunos, a investigação era sobretudo, nesses anos fundadores, um acto individual e solitário que visava, antes de mais, a conclusão de uma dissertação de doutoramento, sem o qual ficaria vedada a progressão na carreira docente.

Ensaiam-se as primeiras abordagens do “país real” e protocolos de pesquisa no terreno, nos quais as técnicas de inquirição (entrevistas, inquéritos) assumem um especial relevo. A partir dos centros de investigação dinamizam-se redes de intercâmbio, publicam-se e circulam as principais revistas de Sociologia, organizam-se encontros, seminários ou colóquios, importantes ocasiões de reforço de visibilidade e também de constituição de mecanismos regulares e informais de debate entre pares, de avaliação e credibilização de equipas e pessoas. Numa palavra, consolidam-se os *núcleos duros* da investigação sociológica portuguesa, os quais quase sempre se encontram, portanto, sob a tutela legislativa ou financeira do Estado e modestamente internacionalizados. Multiplicam-se as abordagens empíricas do terreno português e ampliam-se, por outro lado, os temas de investigação: família e género, casamento e conjugalidade; cultura, comunicação e transformação dos saberes; território, ambiente, desenvolvimento local e regional; Estado e poder, participação e exclusão sociais; estruturas produtivas, emprego e profissões; educação, processos e protagonistas.

A partir de *meados dos anos 90* - com a normalização de rotinas de financiamento à pesquisa (por parte do Estado), com a fixação (nos centros) de investigadores séniores qualificados que captam a colaboração de jovens recém-licenciados, com a generalização do computador como instrumento de trabalho - a investigação em Sociologia, uma vez adquirida a sua *maturidade*, enfrenta agora outros desafios. Para concluir este ponto, referimos quatro.

O *trabalho em equipa* realizado por *encomenda* conhece hoje uma popularidade inédita; indicia, por certo, uma imagem de abertura, curiosidade e utilidade da universidade face ao exterior que a envolve, e sugere a democratização de uma sociedade que procura o

conhecimento científico para se pensar a si própria; mas pode negativamente contribuir, por outro lado, para impor as questões sociais (ditadas pela agenda política) sobre as questões sociológicas (de relevância científica) ou, ainda, para configurar modos de trabalho que descuram a construção de teoria ou o aprofundamento conceptual, para favorecerem a acomodação empírica à realidade estabelecida, com o sistemático recurso a técnicas quantitativas de recolha e tratamento de informação (claramente preferidas, nesta modalidade, às qualitativas).

O *fechamento* das carreiras docente e de investigação aos jovens recém-licenciados sem vínculo à função pública corre o risco de afastar, das universidades do Estado, os melhores talentos e tem contribuído para o envelhecimento das equipas de investigadores já consolidadas que, assim, dificilmente poderão assegurar a sua continuidade no tempo; sob pena de as condenar a uma estagnação precoce, há que lhes possibilitar a captação de novos recursos humanos.

Por outro lado, a *diversificação dos papéis profissionais* dos sociólogos, traço marcante da sua condição actual, pode vir a encorajar a multiplicação e a descentralização dos protagonistas e lugares de prática da investigação em Sociologia: para além das instituições de ensino superior, é cada vez mais frequente encontrarmos equipas de investigadores em órgãos, gabinetes ou observatórios da administração pública (central, regional ou autárquica). A necessidade de atender a esta crescente diversidade interna e de estabelecer pontes e intercâmbios entre as várias frentes de investigação torna-se, sem dúvida, uma prioridade.

A integração de Portugal na União Europeia, o aumento muito considerável de massa crítica (e nomeadamente das suas franjas mais qualificadas), a profusão das experiências de trabalho em equipa, a diversificação de redes e lugares de investigação concorrerão, certamente, para dar à Sociologia o impulso que lhe falta para, nos próximos anos, vencer o desafio da *internacionalização*.

C. Análise da informação disponibilizada pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias

C.1. Alguns comentários prévios

Os comentários que se seguem, organizados por cada uma das ciências sociais consideradas neste documento – Antropologia, Demografia, Geografia¹ e Sociologia - , baseiam-se na informação de natureza quantitativa disponível no Observatório das Ciências e das Tecnologias. Esta informação contém óbvias *potencialidades* mas também *limitações* significativas.

Do primeiro ponto de vista, os dados existentes permitem não só caracterizar, de um modo geral, o perfil da investigação desenvolvida em cada uma das ciências, mas também relativizar os resultados obtidos através da comparação que é possível efectuar com todas as restantes disciplinas. Esta visão sistemática e comparativa constitui um contributo precioso para aumentar a inteligibilidade do mundo da investigação e, por esta via, proporcionar um debate mais sólido sobre o significado das realidades actuais e as possibilidades de trajectórias de evolução. Nesta perspectiva, o interesse em analisar a informação disponível parece inquestionável.

Os comentários anteriores não devem, no entanto, ocultar as *limitações* que uma análise efectuada com base nos dados disponibilizados inevitavelmente possui. Salientaremos *cinco*, que nos parecem particularmente relevantes:

- a) *a unidade analítica de referência é a instituição*, e não os protagonistas directos da pesquisa, isto é, os investigadores, as equipas e as redes. Sendo esta opção perfeitamente legítima, e particularmente compreensível de um ponto de vista mais operacional de caracterização dos perfis de investigação, ela acarreta, no entanto, consequências que importa sublinhar. Na realidade, esta perspectiva agregada de base institucional impede um conhecimento mais fino acerca da natureza e diversidade de lógicas e comportamentos que é possível encontrar por detrás dos valores médios identificados para cada uma das entidades recenseadas e, por maioria de razão, para cada uma das ciências consideradas;
- b) *a natureza quantitativa da informação* divulgada pelo O.C.T. dificilmente captará as dimensões mais processuais – e, por isso mesmo, decisivas – da investigação, e que incluem aspectos tão distintos como os que se prendem com as diferentes formas de organizar e praticar a pesquisa ou com a composição e estrutura funcional das equipas e redes de investigadores. Uma análise de tipo quantitativo privilegiará sempre,

¹ Deve sublinhar-se que a informação que se segue respeitante à Geografia não inclui, em princípio, dados relativos aos sub-domínios da Geografia Física. Em rigor, estes sub-domínios integram-se na categoria “Ciências da Terra, do Ambiente e do Espaço Exterior” e não nas Ciências Sociais e Humanas. No entanto, e como mais adiante se verá, nem sempre esta partição é clara.

inevitavelmente, uma óptica de *stocks* e de resultados em detrimento da avaliação dinâmica dos processos de construção dos próprios resultados;

- c) *a inexistência*, para a maior parte da informação fornecida, de *séries temporais* com alguma expressão impede que se contextualize devidamente, em termos de trajectórias de evolução, a situação detectada para um determinado ano. Este facto pode suscitar erros de interpretação, decorrentes da possibilidade de se confundirem situações pontuais (particularmente prováveis em universos pequenos e não estabilizados) com realidades estruturais. Por outras palavras, a análise que é possível efectuar dificilmente conseguirá detectar as dinâmicas de evolução em curso;
- d) *a fronteira entre actividades de investigação e outras, de natureza académica*, nem sempre é facilmente desenhável. Também a delimitação entre a pesquisa efectuada no seio das entidades consideradas no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (ensino superior, estado e entidades privadas sem fins lucrativos) e a que se realiza no âmbito da actividade de empresas de prestação de serviços nem sempre é clara, sobretudo no caso de estudos encomendados, cujo número e complexidade organizacional (parcerias, por exemplo) tendem a aumentar. Os dados recolhidos serão, em princípio, bastante mais fidedignos em entidades que, no seu todo ou em secções específicas, se dediquem exclusivamente à investigação, situação que, como se sabe, está muito longe de corresponder plenamente à realidade actual. Por outro lado, e por muito rigorosa que seja, a informação disponível cobre, na realidade, apenas uma parte das actividades de I&D desenvolvidas por membros das ciências sociais e humanas – ficam de fora, por exemplo, os domínios das publicações (de livros ou artigos), a participação em foruns de discussão ou redes de intercâmbio científico, a orientação de outras investigações, etc. Finalmente, as categorias classificatórias “oficiais” que definem as modalidades de alguns indicadores foram construídas *a priori* e, independentemente de serem ou não adequadas à realidade existente, impõem à partida certas zonas de visibilidade e de penumbra – e cuja fiabilidade pode ser, por isso, posta em causa;
- e) finalmente, o *carácter* inevitavelmente *subjectivo* de alguns dos aspectos considerados (por exemplo, definição, por cada um dos investigadores, da percentagem do seu tempo total que dedicam a actividades de I&D), num contexto em que grande parte das entidades inquiridas ainda não puderam rotinizar, e sobretudo profissionalizar, procedimentos de recolha, análise e avaliação deste tipo de informação, amplia as hipóteses de respostas baseadas em critérios casuísticos e, no limite, pouco credíveis.

Este conjunto de observações não pretende retirar valor estratégico à informação disponível. O objectivo é, apenas, o de lembrar aquilo que os investigadores das ciências sociais e humanas há muito aprenderam: os dados não falam por si, sobretudo quando são limitados e parciais face ao universo em análise. A este relatório devem portanto seguir-se outros, prolongando reflexões e pistas que aqui são levantadas ou explorando domínios que ficaram na sombra. Valeria a pena, pensando numa futura metodologia de trabalho, discutir a construção de uma gama mais variada de indicadores para as ciências sociais

(configurados para captar, nomeadamente, os processos, os protagonistas e a qualidade da investigação), solicitando a participação da comunidade científica.

É, pois, tendo em mente os condicionalismos apontados que as análises que se seguem devem ser levadas em conta.

C.2. Uma visão de conjunto da investigação científica em Ciências Sociais e Humanas

O perfil da investigação científica realizada na área da Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia será, num primeiro momento, analisado no âmbito mais vasto do conjunto das várias ciências sociais e humanas. Esta contextualização permitirá relativizar, de um *ponto de vista comparativo*, os resultados obtidos, aspecto essencial para que se possa avaliar com maior rigor o grau e a natureza de eventuais especificidades das 4 disciplinas em análise.

A caracterização efectuada baseia-se exclusivamente em *dados disponíveis* na Fundação para a Ciência e Tecnologia, referindo-se maioritariamente a 1995, isto é, o ano mais recente com informação proveniente do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional já definitivamente apurada.

Os dados existentes foram organizados em *quatro blocos de informação*, que procuram caracterizar, respectivamente, a “dimensão” da disciplina, as suas instituições, os investigadores e algumas dinâmicas de evolução. Para cada um destes quatro blocos foram identificadas diversas *componentes analíticas* de caracterização:

a) “Dimensão” da disciplina

- Recursos humanos
- Recursos financeiros
- Projectos

b) Instituições

- Estrutura institucional
- Polarização institucional
- Concentração geográfica
- Concentração disciplinar
- Importância relativa das despesas em I&D

c) Investigadores

- Juventude
- Feminização
- Qualificação académica
- Abertura ao exterior
- Diversidade temática

d) Dinâmicas de evolução

- Doutoramentos

Os blocos de caracterização e respectivas dimensões analíticas não correspondem, naturalmente, ao tipo de informação óptima para analisar comparativamente o perfil de investigação das diversas ciências sociais e humanas. Eles traduzem a informação disponível. Por outro lado, a complexidade das práticas de investigação dificilmente se deixa captar de forma adequada por análises de tipo quantitativo. As limitações e a natureza dos dados disponíveis não retiram, no entanto, valor a este esforço de sistematização, desde que os resultados obtidos sejam encarados como uma primeira aproximação a uma realidade cuja compreensão exige outro tipo de abordagens, de natureza complementar.

No *Quadro 1* discriminam-se os *indicadores* que foi possível construir para cada um dos blocos de caracterização. No *Quadro 2* encontram-se os dados respeitantes a esses indicadores, por disciplina.

O dendrograma representado na *Figura 1* traduz o *posicionamento relativo* das 16 disciplinas do domínio das ciências sociais e humanas consideradas pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias, após a aplicação de uma análise de componentes principais à informação contida no *Quadro 2*, seguida de uma classificação hierárquica dos diversos “indivíduos” (ciências) que constituem este *cluster*.

Uma leitura descendente do modo como o dendrograma se vai diferenciando, fragmentando-se sucessivamente num número crescente de sub-conjuntos com maior especificidade, permite identificar os *factores mais discriminantes* no que se refere à oposição entre os grupos que se vão afastando e, simultaneamente, os factores que mais contribuem para a *coerência interna* de cada um desses grupos.

A primeira partição do dendrograma identifica dois conjuntos de disciplinas – Grupo 1 e Grupo 2 – que se opõem entre si em quatro aspectos principais (cf. *Quadro 3*).

No Grupo 1 encontram-se as disciplinas com os valores mais elevados de:

- dimensão média (nas cinco componentes referidas no ponto 4) e, complementarmente;
- número de doutoramentos por equivalência.

No Grupo 2 sobressaem as disciplinas com valores bastante acima da média nos indicadores de:

- polarização institucional;
- concentração temática.

Ou seja, e em termos gerais, a “dimensão” da disciplina (em que, significativamente e como se pode ver pelos respectivos valores-teste, as suas várias componentes se ordenam, em termos de *importância crescente*, da seguinte forma: doutoramentos/despesas/projectos/pessoal/doutorados) associa-se a dinâmicas positivas de abertura ao exterior e proporciona uma maior diversidade temática e institucional. Parece, assim, confirmar-se o efeito positivo que a obtenção de determinados limiares de massa crítica desempenha como factor de viabilização de dinâmicas de crescimento e diversificação. Mesmo tendo em conta que existem práticas científicas dominantes distintas nas várias ciências sociais e humanas, as economias de escala e de gama, pelas externalidades e complementaridades que geram, constituem um importantíssimo elemento diferenciador das várias disciplinas consideradas nesta análise.

As disciplinas incluídas no Grupo 1 tendem, portanto, a ser de maior dimensão e a evidenciar uma maior receptividade a investigadores com graus académicos obtidos no estrangeiro. As ciências que integram o Grupo 2 são tendencialmente de menor dimensão e mais concentradas no que se refere às instituições que as desenvolvem e aos subdomínios temáticos a que os seus investigadores se dedicam.

Cada um destes grupos divide-se, por sua vez, em dois sub-grupos: G1.1 e G1.2, no primeiro caso; G2.1 e G2.2, no segundo.

O *sub-grupo G1.1* agrega as disciplinas que, para além de partilharem as duas características do grupo a que pertencem (dimensão e abertura a qualificações obtidas no estrangeiro), apresentam em comum (cf. *Quadro 4*):

- baixa polarização institucional (as três principais instituições detêm um peso relativo abaixo da média do conjunto das ciências sociais e humanas, tanto em pessoal como em despesas);
- elevada diversidade temática (peso dos três principais subdomínios inferior à média);
- juventude relativa dos investigadores.

Estes três aspectos, embora de forma não linear e muito menos exclusiva, não deixam de traduzir o efeito de dimensão e abertura ao exterior que caracteriza o sub-grupo.

A *Sociologia*, uma das quatro disciplinas em análise, integra-se neste sub-grupo, com um perfil muito semelhante ao que foi detectado para a *Psicologia*. Se compararmos os seus valores médios com as médias do sub-grupo, verificam-se apenas três diferenças relevantes: um peso maior da investigação desenvolvida no âmbito de instituições sem fins lucrativos (33.6% de ETI vs. 11,6%) em detrimento da que é efectuada no seio de entidades estatais (7.3% vs. 26.9%); um valor mais baixo de despesas médias por ETI e, secundariamente, uma maior concentração tanto geográfica como institucional.

O *sub-grupo G1.2* inclui uma única disciplina – a *Filosofia* – cujo destaque relativo se deve essencialmente aos valores que apresenta em alguns aspectos particulares (*Quadro 4*): peso do grupo de doutorados, envelhecimento, masculinização, “endogamia” disciplinar, expressão pouco relevante do subdomínio principal e extrema dependência de entidades do ensino superior.

O *sub-grupo G2.1* engloba 5 disciplinas, das quais duas serão analisadas especificamente neste documento: *Antropologia* e *Geografia*.

A unidade interna do sub-grupo (*Quadro 4*) assenta essencialmente na partilha de padrões concentrados em termos geográficos e temáticos, um peso baixo de doutoramentos por equivalência no período 1986-1996, uma maior “exogamia” disciplinar nas instituições onde estas áreas têm representação e ainda uma maior relevância de instituições estatais (sendo que estes dois últimos aspectos estão, obviamente, relacionados entre si).

Face a este perfil genérico do sub-grupo, a investigação em *Geografia* caracteriza-se por uma realidade institucional e disciplinar mais “fechada” e mais dependente de entidades do ensino superior. A *Antropologia* encontra-se perto do perfil genérico do sub-grupo, dele se destacando sobretudo no que se refere ao elevado peso relativo alcançado pelos projectos de investigação incluídos no subdomínio mais importante (*Antropologia Social e Cultural*, com 79.5% do total de projectos), indiciando uma forte polarização de interesses científicos ou uma categorização desajustada dos subdomínios considerados.

O *sub-grupo G2.2*, onde se insere a *Demografia*, evidencia um perfil médio simétrico ao que foi identificado para o sub-grupo G1.1, destacando-se (*Quadro 4*), acima de tudo, pela reduzida dimensão das disciplinas que o constituem e por uma forte polarização institucional. A *Demografia* acompanha de bastante perto o perfil genérico, sendo a principal excepção o número de doutoramentos, que é praticamente inexistente no período considerado (1986-1996).

Refira-se, para concluir, que uma análise da matriz das correlações que se verificam entre cada par dos 20 indicadores construídos permite especificar que:

- a “dimensão da disciplina” correlaciona-se positivamente com um maior peso relativo de entidades do estado e com estruturas de investigação mais disciplinares (mas mais diversificadas entre si, porque tematicamente mais especializadas), mais feminizadas e

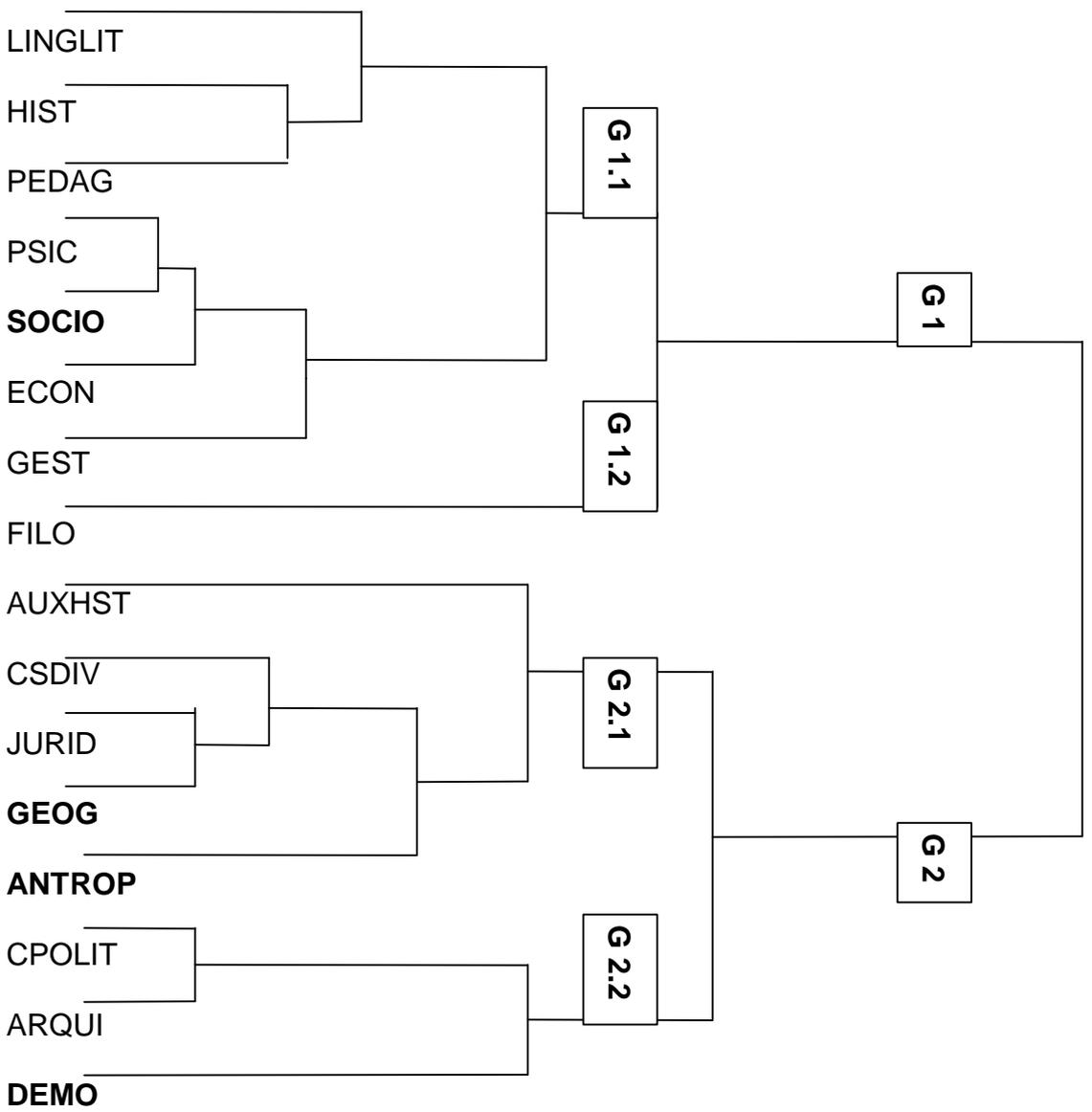
menos envelhecidas (impacte do peso crescente dos elementos do sexo feminino no ensino superior) e, finalmente, mais dispersas pelo território nacional;

- o efeito de “não dimensão”, que já de si reflecte dinâmicas de crescimento e de rejuvenescimento menos evidentes, tende a perpetuar situações de concentração institucional de pessoas e recursos financeiros e a limitar a diversificação temática.

É certo que seria incorrecto associar mecanicamente o “efeito dimensão” das disciplinas à garantia de um círculo virtuoso de desenvolvimento e, por contraste, o “efeito não dimensão” a situações de relativa estagnação e concentração dificilmente superáveis. Em todo o caso, as análises efectuadas mostram como as componentes mais qualitativas da “dimensão “ das disciplinas (em particular, o total de doutorados) constituem um factor diferenciador de primeira importância das diversas ciências sociais e humanas.

Uma análise *agregada* das disciplinas, como a que acaba de ser apresentada, não permite, no entanto, captar a diversidade existente no interior de cada uma delas. É esse, justamente, o objectivo dos capítulos que se seguem, os quais abordarão individualmente as áreas em estudo neste documento: Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia.

Figura 1 – CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA DE 16 CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



QUADRO 1 – Identificação dos indicadores de caracterização das Ciências Sociais e Humanas

Blocos de caracterização	Componentes analíticas	Indicadores
"Dimensão" da disciplina	Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> Total de pessoal em I&D (ETI), 1995 Total de doutorados (ETI), 1995 Total de doutoramentos, 1986-1996
	Recursos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Total de despesas em I&D (contos), 1995
	Projectos	<ul style="list-style-type: none"> Total de projectos, 1995
Instituições	Estrutura institucional	<ul style="list-style-type: none"> % de ETI em unidades do Estado, 1995 % de ETI em unidades do ensino superior, 1995 % de ETI em instituições privadas sem fins lucrativos, 1995
	Polarização institucional	<ul style="list-style-type: none"> Peso percentual do pessoal das três principais unidades de investigação, 1995 Peso percentual das despesas das três principais unidades de investigação, 1995
	Concentração geográfica	<ul style="list-style-type: none"> Peso percentual das unidades de investigação localizadas nos distritos de Lisboa e Porto, 1995
	Concentração disciplinar	<ul style="list-style-type: none"> Peso percentual das unidades de investigação em que pelo menos 70% do pessoal (ETI) se integra na mesma área disciplinar, 1995
	Importância relativa das despesas em I&D	<ul style="list-style-type: none"> Despesa média por ETI (contos), 1995
Investigadores	Juventude	<ul style="list-style-type: none"> Idade média dos investigadores, 1995
	Feminização	<ul style="list-style-type: none"> % de investigadores do sexo feminino, 1995
	Qualificação académica	<ul style="list-style-type: none"> % de pessoal doutorado, 1995
	Abertura ao exterior	<ul style="list-style-type: none"> % de doutoramentos por equivalência, 1986-1996
	Diversidade temática	<ul style="list-style-type: none"> % de ETI no subdomínio mais importante, 1995 % de ETI nos 3 subdomínios mais importantes, 1995
Dinâmicas de evolução	Doutoramentos	<ul style="list-style-type: none"> % de doutoramentos 1991-96 em relação ao período 1986-96

Fonte: OCT, com tratamento parcial dos autores
ETI: Equivalente a Tempo Integral

QUADRO 2 – Resultados dos indicadores de caracterização de 16 Ciências Sociais e Humanas.

	Ciênc. Ling. e Literárias	História	Economia	Pedagogia	Psicologia	Ciênc. Soc. e Hum. Div.	Org. e Gestão Empresas	Sociologia	Ciênc. Auxil. da História	Ciênc. Jurídicas	Filosofia	Antropologia	Geografia	Ciênc. Políticas	Arquitectura	Demografia
Pessoal (ETI)	289.6	222.2	258.1	248.5	177.7	157.6	159.8	163.0	73.8	84.1	67.4	71.0	53.5	22.4	24.7	13.6
Doutorados (ETI)	84.4	83.9	70.9	43.1	49.9	18.4	26.7	45.1	12.8	9.1	29.5	22.7	14.8	8.1	8.9	4.0
Total doutoramentos 1986-96	222	150	199	130	113	118	66	79	22	42	69	49	25	11	48	1
Despesas (contos)	1513118	1383943	1373935	1281492	889013	859925	821538	779420	682575	468316	349896	316286	293694	136887	120040	79072
Projectos (nº)	253	159	120	148	136	43	51	147	50	18	38	44	13	23	20	7
ETI Estado (%)	87.2	16.8	22.4	28.5	6.9	40.9	13.5	7.3	47.4	47.7	0.0	25.2	16.2	16.4	6.1	12.2
ETI Ensino Superior (%)	0.2	74.2	66.1	69.2	91.0	44.4	71.7	59.0	42.5	45.5	97.0	67.2	79.3	36.0	90.3	82.9
ETI IPsFL (%)	6.6	9.0	11.5	2.3	2.1	14.7	14.8	33.6	0.1	6.9	3.0	7.5	4.7	47.6	3.6	4.9
Pess. 3 maiores unid../Total (%)	29.1	19.8	21.5	29.7	28.7	24.6	34.2	34.0	25.6	53.9	33.1	35.0	58.1	59.8	73.7	75.7
Desp. 3 maiores unid../Total (%)	28.8	29.5	22.4	29.0	34.3	21.3	23.8	34.7	63.4	53.4	34.4	35.0	56.2	60.8	70.6	76.7
Unid. distritos Lx. e Setúbal (%)	30.6	45.9	54.4	42.1	53.5	64.0	48.6	57.8	53.3	51.9	52.4	59.4	56.3	44.4	36.0	50.0
Unid.>70% total inv.1 discipl. (%)	57.1	27.9	26.3	15.8	27.9	16.0	8.1	22.2	26.7	18.5	33.3	25.0	31.3	33.3	9.0	0.0
Despesa/ETI (contos)	5225	6228	5323	5157	5003	5456	5141	4782	9184	5569	5191	4455	5490	6111	5031	5814
Investigadores – Idade média	40.4	43.6	38.8	43.3	39.1	40.6	37.8	40.5	42.8	40.4	46.8	41.0	40.0	40.7	41.3	43.2
Investigadores – Mulheres (%)	66.2	46.4	40.4	60.9	65.2	58.2	35.8	52.1	52.8	42.0	22.2	46.7	45.8	36.7	32.0	50.0
ETI doutorados/ETI pessoal (%)	29.1	37.8	27.5	17.3	28.1	11.6	16.7	27.7	17.3	10.8	43.8	32.0	27.7	36.2	36.0	29.4
Doutoram. 86-96: Equiv./Tot (%)	16.4	16.2	56.8	41.5	32.7	10.2	81.8	37.9	9.0	2.4	15.9	20.4	8.0	27.3	14.6	0.0
ETI subdom. + import./Total (%)	33.2	37.0	19.3	32.1	25.2	35.0	30.7	22.9	38.3	27.3	16.1	73.2	39.3	34.1	39.1	32.9
ETI 3 subdom.+ import./Tot. (%)	69.4	68.5	43.7	67.8	63.6	83.6	70.1	51.6	86.2	67.9	40.0	90.6	68.9	80.7	75.4	100.0
Doutoram.91-96/Tot.86-96 (%)	55.4	68.7	54.8	76.2	75.2	76.2	78.8	68.3	68.1	71.4	65.2	75.5	56.0	63.6	81.2	0.0

FONTE: OCT; Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995, com tratamento parcial dos autores

QUADRO 3 – Análise tipológica: caracterização dos Grupos 1 e 2

Indicadores	Grupo 1		Grupo 2		Total
	Média	Valor teste	Média	Valor teste	Média
1. Pessoal (ETI)	198,3	2,98	62,6	-2,98	130,4
2. Doutorados (ETI)	54,2	3,10	12,4	-3,10	33,3
3. Doutoramentos 1986-96 (nº)	128,5	2,70	39,5	-2,70	84,0
4. Despesas (contos)	1049,0	2,80	369,6	-2,80	709,3
5 Projectos (nº)	131,5	2,92	27,3	-2,92	79,4
6. ETI Estado (%)	23,6	-0,21	26,0	0,21	24,8
7. ETI Ensino Superior (%)	66,0	0,40	61,1	-0,40	63,5
8. ETI IpsFL (%)	10,5	-0,19	11,8	0,19	11,2
9. Pessoal 3 principais unidades de investig./Total (%)	28,8	-2,41	50,8	2,41	39,8
10. Despesas 3 principais unidades de investig./Total (%)	29,6	-2,74	54,7	2,74	42,1
11. Unidades localizadas distritos Lisboa e Setúbal (%)	48,2	-0,87	51,9	0,87	50,0
12. Unidades >= 70% invest.(ETI) da mesma disciplina	27,3	1,90	13,0	-1,90	20,2
13. Despesa/ETI (contos)	5256,3	-1,19	5888,6	1,19	5572,4
14. Idade média dos investigadores	41,3	0,03	41,3	-0,03	41,3
15. % Investigadores do sexo feminino	48,7	0,51	45,5	-0,51	47,1
16. ETI doutorados/ETI total (%)	28,5	0,70	25,1	-0,70	26,8
17. Doutoramentos 86-96: Equivalências/Total (%)	37,4	2,40	11,5	-2,40	24,4
18. ETI subdomínio mais importante/Total (%)	27,1	-2,02	39,9	2,02	33,5
19. ETI 3 subdomínios mais importantes/Total (%)	59,3	-2,77	81,7	2,77	70,5
20. Doutoramentos 91-96/Doutoramentos 86-96 (%)	67,8	0,66	61,5	-0,66	64,7

Valor teste: Relação entre a média da classe e a média geral, ponderada pela relação entre os respectivos desvios-padrão. Quanto mais elevado (em módulo) for o valor teste, mais ele se afasta da média geral (isto é, das 16 Ciências Sociais e Humanas) e internamente mais coesa é a classe a que se refere.

Nota: Os indicadores 1 a 5, dada a sua natureza (valores absolutos), foram considerados como *ilustrativos*, ou seja, não contribuíram para a definição da tipologia. Também os indicadores 6, 7 e 8, pelo seu carácter mutuamente exclusivo, foram considerados como *ilustrativos*.

QUADRO 4 – Análise tipológica: caracterização dos sub-grupos 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2

Indicadores	Sub-grupo 1.1		Sub-grupo 1.2		Sub-grupo 2.1		Sub-grupo 2.2		Total
	Média	Valor teste	Média	Valor teste ⁽¹⁾	Média	Valor teste	Média	Valor teste	Média
1. Pessoal (ETI)	217,0	3,36	67,4	-	88,0	-1,26	20,2	-2,33	130,4
2. Doutorados (ETI)	57,7	3,20	29,5	-	15,6	-1,77	7,0	-1,87	33,3
3. Doutoramentos 1986-96 (nº)	137,0	2,84	69,0	-	51,2	-1,34	20,0	-1,87	84,0
4. Despesas (contos)	1148,9	3,20	349,9	-	524,2	-1,03	112,0	-2,37	709,3
5 Projectos (nº)	144,9	3,23	38,0	-	33,6	-1,73	16,7	-1,69	79,4
6. ETI Estado (%)	26,9	0,33	0,0	-	34,6	1,14	11,6	-1,09	24,8
7. ETI Ensino Superior (%)	61,6	-0,28	97,0	-	55,8	-0,83	69,8	0,48	63,5
8. ETI IpsFL (%)	11,6	0,13	3,0	-	7,6	-0,75	18,6	1,14	11,2
9. Pessoal 3 principais unidades/Total (%)	28,1	-2,25	33,1	-	39,4	-0,05	69,7	3,15	39,8
10. Despesas 3 principais unidades/Total (%)	28,9	-2,55	34,4	-	45,9	0,55	69,4	2,86	42,1
11. Unidades localizadas distritos Lisboa e Setúbal (%)	47,6	-1,01	52,4	-	57,0	2,17	43,5	-1,46	50,0
12. Unidades >= 70% investigadores (ETI) da mesma disciplina	26,5	1,47	33,3	-	12,4	-1,39	14,1	-0,77	20,2
13. Despesa/ETI (contos)	5265,6	-1,02	5191,3	-	6030,6	1,16	5651,9	0,14	5572,4
14. Idade média dos investigadores	40,5	-1,22	46,8	-	41,0	-0,38	41,7	0,40	41,3
15. % Investigadores do sexo feminino	52,4	1,55	22,2	-	49,1	0,45	39,6	-1,19	47,1
16. ETI doutorados/ETI total (%)	26,3	-0,18	43,8	-	19,9	-1,94	33,9	1,41	26,8
17. Doutoramentos 86-96: Equivalências/Total (%)	40,5	2,62	15,9	-	10,0	-1,80	14,0	-0,93	24,4
18. ETI subdomínio mais importante/Total (%)	28,6	-1,35	16,1	-	42,6	1,94	35,4	0,29	33,5
19. ETI 3 subdomínios mais importantes/Total (%)	62,1	-1,84	40,0	-	79,4	1,50	85,4	1,77	70,5
20. Doutoramentos 91-96/Doutoramentos 86-96 (%)	68,2	0,65	65,2	-	69,4	0,67	48,3	-1,65	64,7

⁽¹⁾ Inexistente, dado que este Sub-grupo inclui apenas 1 "indivíduo" (Filosofia).

Valor teste: ver Quadro 3.

FIGURA 1 – Classificação tipológica de 16 Ciências Sociais e Humanas

C.3. A investigação em Antropologia

C.3.1. Instituições

Os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional apresentados pelo OCT apontam para a existência de 32 entidades com actividades de I & D em Antropologia (*Quadro A*), das quais 10 dedicam pelo menos metade das suas verbas à investigação nesta disciplina.

Utilizando como indicadores de actividade o *volume de verba* movimentado por cada unidade e o *número de ETI* de cada uma, correspondendo a um total de 313 609 mil contos e 71 ETI (*Quadro A*), as instituições de maior destaque são o Departamento de Antropologia do ISCTE (51 505 contos e 9,8 ETI), o Centro de Investigação em Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (33 444 contos e 6,9 ETI), o Centro de Tradições Populares Portuguesas da Faculdade de Letras de Lisboa (25 121 contos e 4 ETI), o Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE (12 145 contos e 5,3 ETI), e o Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (11 221 contos e 8,2 ETI). São de destacar, pelas suas *dimensões e volume relativo* de gastos de investigação, o Centro de Etnologia Ultramarina (20 142 contos e 4 ETI) e o Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (19 494 contos e 4,2 ETI), ambos do Instituto de Investigação Científica Tropical. Saliente-se ainda a importância das actividades de I & D em Antropologia exercidas pelo Centro de Estudos de Sociologia da U.N.L., que aloca àquela disciplina 17 846 contos e 3,3 ETI.

A larga maioria dos organismos envolvidos com investigação em Antropologia (22 num total de 32) estão inseridos no *Ensino Superior (Quadro B)*, correspondendo, como vimos no parágrafo anterior, a departamentos ou a centros de estudos organizados por área disciplinar. Entre os restantes, 9 correspondem a *entidades estatais* e apenas um corresponde a uma *entidade privada sem fins lucrativos*. Em percentagens globais, o Ensino Superior detém 71% das verbas dispendidas em I & D em Antropologia e 68% dos ETI; os outros organismos do Estado captam 25% das verbas e a mesma proporção de ETI; a única instituição sem fins lucrativos corresponde a 4% das verbas e a 7% dos ETI.

Relativamente à *distribuição geográfica* das entidades envolvidas em pesquisa de Antropologia (*Quadro B*) é de assinalar a grande concentração verificada em Lisboa, onde se situam 10 dos 22 dos organismos de pesquisa universitários e 7 dos 9 organismos de pesquisa estatais, e ainda a única entidade não governamental. Nas outras regiões, a existência de centros de pesquisa com actividades em Antropologia acompanha directamente a expressividade das instituições universitárias: três no Porto, dois em Coimbra, um em Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Castelo Branco, Setúbal, Évora, e Faro. Todos estes centros estão integrados no Ensino Superior. Em Coimbra existe ainda uma entidade estatal e não universitária com pesquisa nesta disciplina.

Lisboa concentra também a grande maioria das verbas dispendidas em I & D (*Quadro C*): a região de Lisboa e Vale do Tejo detém 71,1 % do total de I&D, e 61,5% do conjunto das actividades de I&D do sector do Ensino Superior. Segue-se-lhe o distrito de Coimbra, com 14,2 % do total e 18,7 % dentro do sector do Ensino Superior. O Porto tem, respectivamente, 4,2% e 5,9%, e Braga tem 3,2% e 4,6%. As despesas de cada um dos restantes centros não ultrapassam a barreira dos 3% do total.

Proporções semelhantes verificam-se na distribuição de ETI por região (*Quadro D*): Lisboa e Vale do Tejo tem 73,1% dos ETI, 63,1% dos ETI do Ensino Superior, 92,2% dos ETI das entidades estatais e os 100% de ETI da entidade sem fins lucrativos. No segundo lugar vem Coimbra, com 14,9% dos ETI e 20,7% dos ETI do Ensino Superior. A seguir temos o conjunto da Região Norte, marcado pelo peso universitário das cidades de Braga e Porto - este com 3,9% de ETI e 5,8% de ETI do Ensino Superior, aquela com 2,9% de ETI e 4,3% de ETI do Ensino Superior - que contribuem para que a região tenha 8,7% dos ETI e 13% dos ETI do Ensino Superior. Nenhuma das outras regiões tem expressividade comparável.

C.3.2. Investigadores

A *média etária* dos investigadores em Antropologia recenseados pelo OCT corresponde a 41 anos (*Figura A*), no que está muito próxima da média etária das Ciências Sociais e Humanas em Portugal (40,8 anos). Estratificando a Antropologia por sub-disciplinas, verifica-se que os sectores designados por “Tradições Populares” e “Etnografia e Etnologia” se situam nos extremos, tendo este uma média de 35,7 anos e aquele uma média de 63 anos. Este grande intervalo etário leva-nos a sugerir que uma das razões para diferenciar as designações destas duas sub-áreas, cujos objectos se sobrepõem, é também uma diferença de geração. Quanto à Antropologia Física e Biológica, a média etária é de 51 anos; este indicador não deve servir de base para generalizações, uma vez que o número de ETI é reduzido. Na Antropologia Social e Cultural a média etária é de 39 anos, o que revela o peso dos licenciados posteriores aos anos setenta e sugere uma confirmação da apreciação qualitativa sobre as mudanças nesta subdisciplina.

A repartição dos investigadores por *género* (*Quadro E*) é, em números globais, de 53,3% de homens para 46,7% de mulheres, a que correspondem 53,8% de homens e 46,2% de mulheres com actividades de pesquisa enquadrados nos centros de Ensino Superior, uma proporção paritária de 50/50 nos organismos de investigação estatais e uma proporção de 55,6% de homens e 44,4% de mulheres na entidade sem fins lucrativos. Os *ratios* variam com maior amplitude segundo as subdisciplinas: na Antropologia Social e Cultural há 57% de homens para 43% de mulheres, na Etnografia/Etnologia há 42,9% de homens para 57,1% de mulheres, no estudo de Tradições Populares há 66,7% de homens e 33,3% de mulheres, e a Antropologia Física é o mais feminizado dos subdomínios, com 28,6% de homens para 71,4% de mulheres (no Ensino Superior, esta proporção vai aos 52%-75%, nos organismos estatais é de 50%-50% e na instituição sem fins lucrativos é de 0-100%).

O estudo da distribuição de investigadores por *subdisciplina* (*Quadro F*) revela-nos que a Antropologia Social e Cultural é largamente maioritária, com 52 ETI (35,6 no ensino superior, 10,1 no estado e 6,4 na instituição privada sem fins lucrativos). A Etnografia e Etnologia têm 2,9 ETI, com 1,8 no ensino superior, 0,8 no Estado, e 0,3 na IPFLs. O Estudo de Tradições Populares tem 3,9 ETI, a totalidade dos quais no ensino superior, Quanto à Antropologia Física e Biológica, tem 3,5 ETI, dos quais 0,8 no Ensino Superior, 2 no estado e 0,7 a IpsFL. O reduzido número de ETI classificado no Ensino Superior numa subdisciplina com uma razoável visibilidade e uma peso académico que inclui, por exemplo, a existência de uma especialização em Antropologia Biológica (Universidade de Coimbra), diversos doutoramentos e projectos em curso, leva-nos a sugerir a hipótese de os investigadores em subdomínios de especialização dentro desta sub-área se terem autotransferido na categoria residual de “outros domínios”. Com efeito, é neste quadro que a categoria “outros domínios” aparece com maior expressividade: 8,4 ETI num total de 71, com 5,5 no Ensino Superior (total de 47,6 ETI).

Também é a Antropologia Social e Cultural que apresenta o maior número de *doutorados* com actividades de I& D recenseadas: 16,9 (15,1 no Ensino Superior, 1,1 no Estado, 0,7 na IpsFL). A Antropobiologia tem 2,9, com 2 no ensino superior e 0,9 na IpsFL: os subdomínios de Etnografia-Etnologia e de Tradições Populares têm, respectivamente, 1,4 e 1,5 ETI.

Os *doutoramentos* em Antropologia (*Quadro H*) triplicaram, grosso modo, do quinquénio de 1986-90 para o de 1991-96: de 12 passaram para 37. Este valor acompanha as tendências de amadurecimento do campo que temos vindo a descrever. Muitos destes graus foram conferidos às primeiras gerações de licenciados em Antropologia em Portugal, que entretanto seguiram carreiras académicas e científicas.

De um total de 49 doutoramentos para o período 1986-1996 (ver *Quadro I*), 10 correspondem a equivalências a doutoramentos estrangeiros e 39 correspondem a doutoramentos conferidos por universidades portuguesas, com maior expressividade para Lisboa (13 do ISCTE, 12 da UNL e 6 do ISCSP), seguida de Coimbra, com 6. A Universidade dos Açores (Ponta Delgada) conferiu um doutoramento no período considerado, e assim aconteceu na Universidade do Minho (Braga).

Uma análise detalhada dos *títulos* (dos quais 37 são em português, 6 em francês, 4 em inglês e um em alemão) revela algumas das tendências de investigação pertinentes para a Antropologia portuguesa naquela década. Dois dos títulos pertencem à Antropobiologia e os restantes poderão ser classificados na Antropologia Social e Cultural contemporânea, no sentido amplo (incluindo museologia e várias especialidades temáticas, como a Antropologia Económica, a Antropologia do Espaço, das Representações). Notemos a distribuição dos contextos empíricos escolhidos, reveladora das linhas de interesse que apontámos na secção de comentário aos antecedentes históricos da disciplina: das 47 teses de temas sócio-culturais, 23 versam sobre contextos portugueses (incluindo Açores e Madeira). Dessas, 12 teses são sobre contextos da ruralidade portuguesa (9 em português

e uma em cada uma das outras línguas), uma é sobre temas marítimos (em português), 8 são sobre contextos urbanos ou problemáticas institucionais (uma destas em francês) e 2 abordam a temática do género. Dentro das teses que abordam contextos não portugueses, a maioria versa sobre povos e questões africanas nas ex-colónias portuguesas (7 em português, uma em francês, uma em inglês). Duas teses (uma em francês e outra em inglês) tratam de temáticas africanas não portuguesas. Duas teses em português tratam Macau/China. Em português ainda há uma tese com trabalho de campo em Marrocos, outra na Índia, e outra nas Filipinas. Uma tese em inglês refere-se ao Brasil. Restam 7 teses cujo contexto não é definido no título. Esta breve análise confirma a tendência da investigação na Antropologia portuguesa para um momento de concentração na realidade rural do país, seguida de uma exploração de temáticas que implicam outros contextos (urbanos, institucionais, regionais), acompanhadas de uma exploração de contextos não europeus que se concentra sobretudo, mas não exclusivamente, nos antigos espaços coloniais.

C.3.3. Projectos

Também na repartição de *projectos* se destaca o peso da Antropologia Social e Cultural, com 79,5 % do total (*Figura B*), seguida da Antropobiologia, com 11,4%, das Tradições Populares, com 4,5 % , e da Etnologia-Etnografia, com 2,3%.

A caracterização dos *projectos* por “*objectivos sócio-economicos*” (*Figura C*), categoria nem sempre muito clara junto dos investigadores que responderam ao inquérito, revela que 50% dos *projectos* se orientam para a “organização e progresso económico e social”, 40,9% para a promoção geral dos conhecimentos, 4,5% para a saúde humana, 2,3% para o ordenamento do território e 2,3% para a exploração e aproveitamento do meio natural.

Uma análise dos títulos dos *projectos* revela tendências coerentes com o que apontámos anteriormente: a tradicional concentração na ruralidade portuguesa dá lugar a explorações de temáticas e contextos geográficos que a extravazam – sem deixarem de começar pelos espaços não portugueses de fala portuguesa.

Quanto às *colaborações internacionais* detectadas neste inquérito, relativas a 1995, observa-se a ocorrência de uma colaboração com Cabo Verde, outra com Espanha, outra com França, outra com o EUA e ainda uma outra com um país não identificado. Estes pequenos números não permitem aventar generalizações, e acreditamos que só uma análise com séries temporais e cruzada com outros indicadores possa detectar tendências.

Quadro A - Instituições com actividades de I&D em Antropologia, 1995

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da Investigação em Antropologia *	Despesa em I&D em Antropologia (10 ^{^3} Esc)	Pessoal em I&D em Antropologia (ETI)
CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PORTUGUESA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	100%	11,221	8.2
CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES PORTUGUESAS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	100%	25,121	4.0
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA	LISBOA	100%	51,505	9.8
CENTRO DE ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL - CEAS	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	100%	12,145	5.3
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	94%	33,444	6.9
CENTRO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL E SOCIAL	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	90%	13,755	3.2
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	81%	8,094	2.5
CENTRO DE ETNOLOGIA ULTRAMARINA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	80%	20,142	4.4
INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINOLOGIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	COIMBRA	50%	2,848	0.7
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	50%	19,494	4.2
CENTRO DE ESTUDOS ATAÍDE OLIVEIRA	UNIDADE DE CIÊNCIAS EXACTAS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ALENQUER	FARO	40%	588	0.2
CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	40%	17,846	3.3
CENTRO DE ANTROPOBIOLOGIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	31%	5,630	1.2
LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO MOTORA	FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	LISBOA	30%	5,443	0.8
CENTRO DE ESTUDOS DE GERONTOLOGIA SOCIAL	UNIVERSIDADE INTERNACIONAL	LISBOA	25%	1,646	0.3
SERVIÇO DE MEDICINA LEGAL E TOXICOLOGIA FORENSE	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	25%	1,953	0.3
CENTRO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	25%	4,396	1.0
DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS - DRAC	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	R. A. MADEIRA	25%	2,277	0.7
INSTITUTO ORIENTAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	20%	1,990	0.6
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E ORIENTAIS	UNIVERSIDADE PORTUCALENSE INFANTE D HENRIQUE	PORTO	20%	9,357	1.9
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	CASTELO BRANCO	13%	2,858	0.5
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	10%	4,757	1.0
LABORATÓRIO COREAGRÁFICO	FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	LISBOA	10%	3,389	0.7
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA AGRÁRIAS	ESTAÇÃO AGRONÓMICA NACIONAL / INIA	LISBOA	7%	5,644	1.1
CENTRO DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO	BRAGA	6%	10,124	2.0
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - SETÚBAL	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	SETÚBAL	5%	5,457	0.3
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	5%	11,101	1.5
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	5%	1,833	0.6
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	VILA REAL	5%	2,159	0.5
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	5%	5,018	1.4
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - VIANA DO CASTELO	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO	4%	4,846	0.9
INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	1%	7,529	0.9
32				313,609	71.0

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

* Percentagem de despesa em actividade de I&D no domínio da Antropologia, sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade

Quadro B - Distribuição das unidades com actividades de I&D em Antropologia, por região e distrito, segundo o sector de execução, 1995

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Estado	Ensino Superior	Total
Norte				
Braga			1	1
Porto			3	3
Viana do Castelo			1	1
Vila Real			1	1
Centro				
Castelo Branco			1	1
Coimbra		1	2	3
Lx e V. do Tejo				
Santarém				
Leiria				
Lisboa	1	7	10	18
Setúbal			1	1
Alentejo				
Évora			1	1
Algarve				
Faro			1	1
Madeira				
		1		1
Total	1	9	22	32

Fonte: O.C.T.-Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro C - Distribuição da despesa em actividade de I&D em Antropologia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)
Norte								
Braga					10,124	4.6%	10,124	3.2%
Porto					13,143	5.9%	13,143	4.2%
Viana do Castelo					4,846	2.2%	4,846	1.5%
Vila Real					2,159	1.0%	2,159	0.7%
Sub-Total					30,272	13.6%	30,272	9.7%
Centro								
Castelo Branco					2,858	1.3%	2,858	0.9%
Coimbra			2,848	3.6%	41,539	18.7%	44,386	14.2%
Sub-Total			2,848	3.6%	44,396	20.0%	47,244	15.1%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	12,145	100.0%	74,078	93.5%	136,791	61.5%	223,015	71.1%
Setúbal					5,457	2.5%	5,457	1.7%
Sub-Total	12,145	100.0%	74,078	93.5%	142,248	64.0%	228,471	72.9%
Alentejo								
Évora					4,757	2.1%	4,757	1.5%
Sub-Total					4,757	2.1%	4,757	1.5%
Algarve								
Faro					588	0.3%	588	0.2%
Sub-Total					588	0.3%	588	0.2%
Madeira								
			2,277	2.9%			2,277	0.7%
			2,277	2.9%			2,277	0.7%
Total	12,145	100.0%	79,203	100.0%	222,261	100.0%	313,609	100.0%

Fonte: O.C.T. - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

**Quadro D - Distribuição do pessoal em actividade de I&D em Antropologia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
Norte								
Braga					2.0	4.3%	2.0	2.9%
Porto					2.8	5.8%	2.8	3.9%
Viana do Castelo					0.9	1.9%	0.9	1.3%
Vila Real					0.5	1.0%	0.5	0.6%
Sub-Total					6.2	13.0%	6.2	8.7%
Centro								
Castelo Branco					0.5	1.1%	0.5	0.7%
Coimbra			0.7	3.9%	9.4	19.6%	10.1	14.2%
Sub-Total			0.7	3.9%	9.9	20.7%	10.6	14.9%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	5.3	100.0%	16.5	92.2%	30.1	63.1%	51.9	73.1%
Setúbal					0.3	0.7%	0.3	0.4%
Sub-Total	5.3	100.0%	16.5	92.2%	30.4	63.8%	52.2	73.6%
Alentejo								
Évora					1.0	2.2%	1.0	1.5%
Sub-Total					1.0	2.2%	1.0	1.5%
Algarve								
Faro					0.2	0.3%	0.2	0.2%
Sub-Total					0.2	0.3%	0.2	0.2%
Madeira			0.7	3.9%			0.7	1.0%
			0.7	3.9%			0.7	1.0%
Total	5.3	100.0%	17.9	100.0%	47.7	100.0%	71.0	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Quadro E - Distribuição dos Investigadores em Antropologia, por subdomínio principal de actividade, segundo o sexo e o sector de execução

	IPSFL		Estado		Ensino Superior		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
ANTROPOLOGIA	55.6%	44.4%	50.0%	50.0%	53.8%	46.2%	53.3%	46.7%
ANTROPOLOGIA SOCIAL E	57.1%	42.9%	52.4%	47.6%	58.5%	41.5%	57.0%	43.0%
ETNOGRAFIA E ETNOLOGIA	100.0%	0.0%		100.0%	50.0%	50.0%	42.9%	57.1%
TRADIÇÕES POPULARES					66.7%	33.3%	66.7%	33.3%
ANTROPOLOGIA FÍSICA E ANTROPOBIOLOGIA	0.0%	100.0%	50.0%	50.0%	25.0%	75.0%	28.6%	71.4%
OUTRO DOMÍNIO / DISCIPLINA (ESPECIFIQUE)	50.0%	50.0%	66.7%	33.3%	33.3%	66.7%	41.2%	58.8%

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro F - Investigadores em Antropologia por subdomínio principal de actividade, segundo o sector de execução

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens. Superior	TOTAL
Antropologia Social e Cultural	6.4	10.1	35.6	52.0
Etnografia e Etnologia	0.3	0.8	1.8	2.9
Tradições Populares		0	3.9	3.9
Antropologia Física e Antropobiologia	0.7	2.0	0.8	3.5
Outro Domínio / disciplina	1.0	1.9	5.5	8.4
TOTAL	8.4	14.7	47.6	71

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro G - Doutorados em Antropologia por subdomínio principal de actividade,
segundo o sector de execução**

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens. Superior	TOTAL
Antropologia Social e Cultural	0.7	1.1	15.1	16.9
Tradições Populares			1.4	1.4
Antropologia Física e Antropobiologia		1.0	0.5	1.5
Outro Domínio / disciplina	0.9		2.0	2.9
TOTAL	1.6	2.1	19.0	22.7

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro H - Doutoramentos em Antropologia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996

1986-90	1991-96	Total
12	37	49

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

Quadro I - Número de doutoramentos em Antropologia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição

Equivalências	10
Nacionais:	39
Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa	13
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	12
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa	6
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra	6
Universidade dos Açores	1
Universidade do Minho	1

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

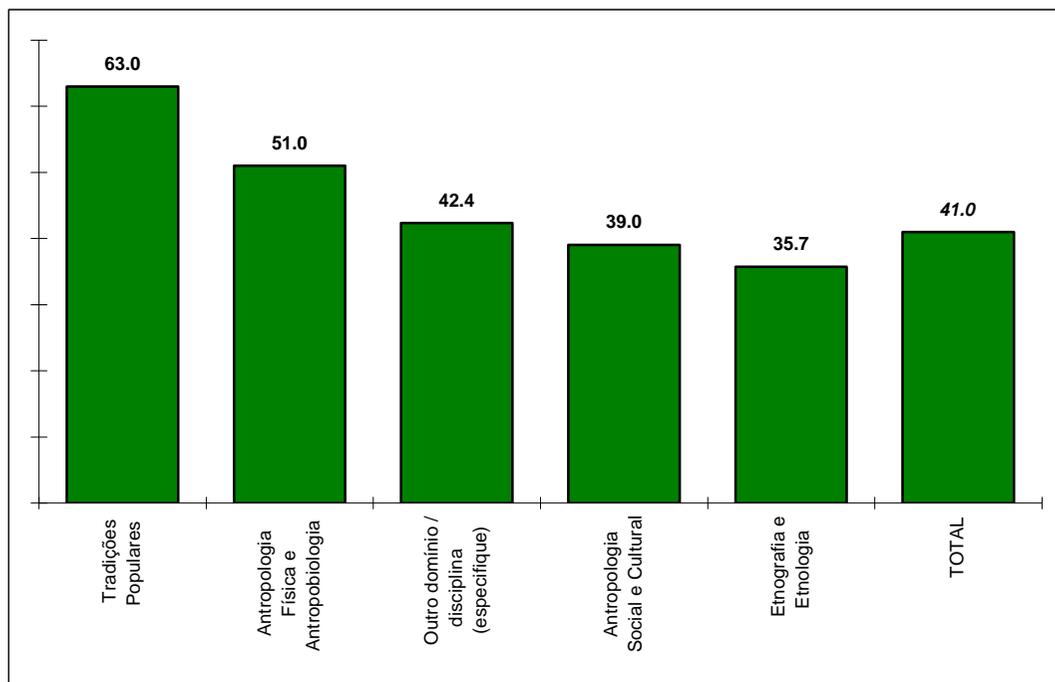
Quadro J - Projectos de I&D em Antropologia em colaboração com outros países*

Países que colaboram em projectos de I&D	Nº de projectos em que cada país colabora
Cabo Verde	1
Espanha	1
E.U.A.	1
França	1
Outros	1
Total	5

Fonte: O.C.T., Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

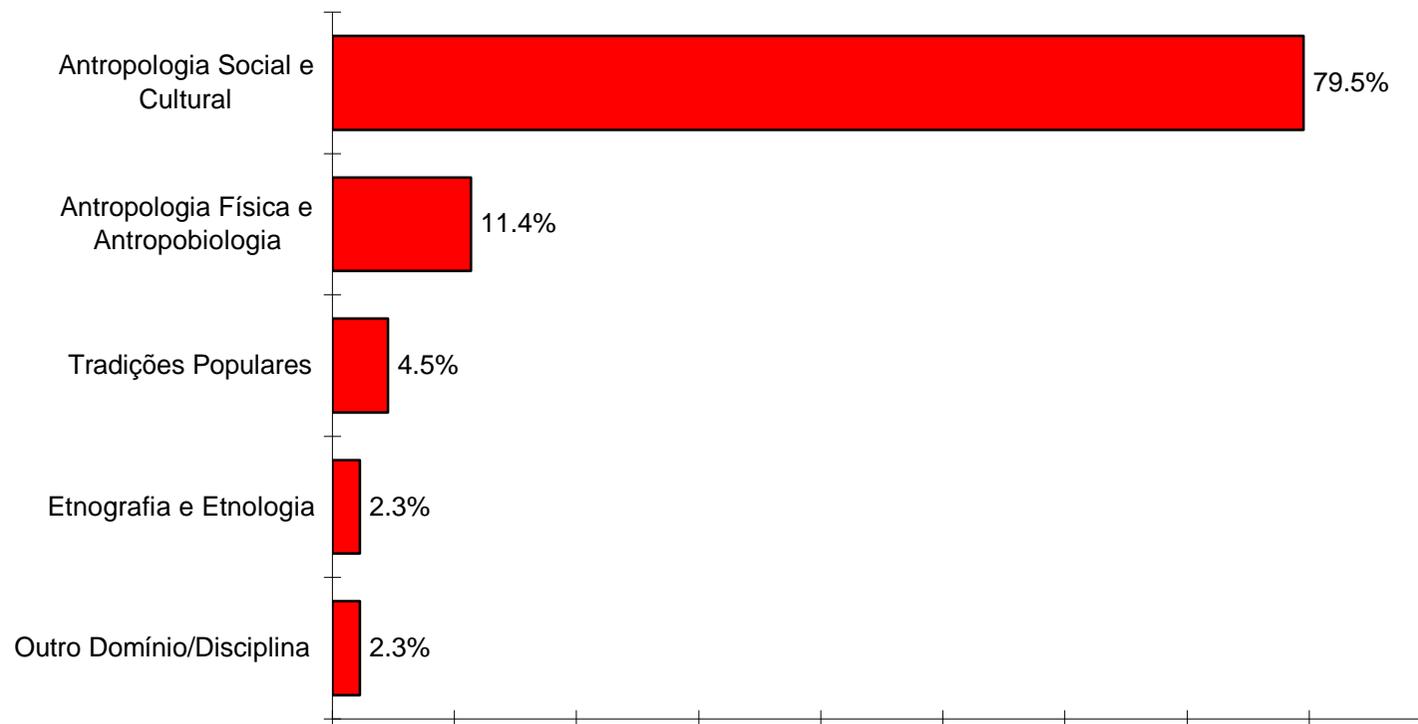
* O nº total dos projectos em cooperação internacional é de 4, no total de 44 projectos de I&D em Antropologia

Figura A - Média de Idades dos Investigadores em Antropologia, por subdomínio principal de actividade



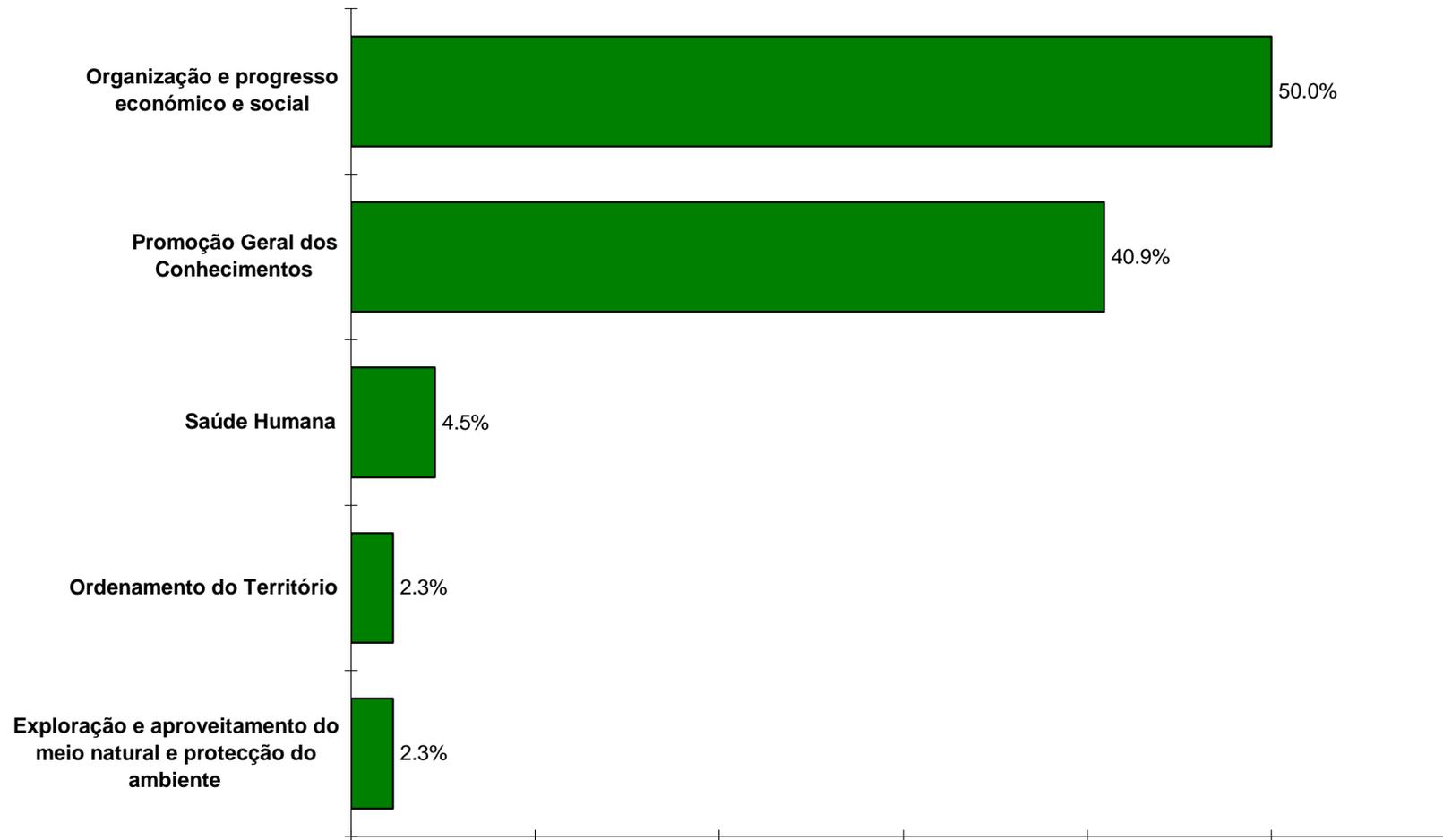
Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura B - Repartição dos projectos em Antropologia, por subdomínio



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura C - Repartição dos projectos de I&D em Antropologia, por objectivo sócio-económico



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Lista de dissertações de doutoramento em Antropologia entre 1986-1996

Autor	Título da Tese	Universidade Portuguesa	Ano (Grau)
BRANCO, JORGE COSTA DE FREITAS	BAUERNARBEIT IM MEDITERRANEN ALLTONG	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	86
O'NEIL, BRIAN JUAN	SOCIAL HIERARCHY IN A NOTHERN PORTUGUESE HAMLET, 1870-1978	UNIVERSIDADE DO MINHO	86
MARTINS, MANUEL ALFREDO DE MORAIS	MALPICA DO TEJO - TERRA POBRE, POVO NOBRE	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	86
GERALDES, ALICE DUARTE	GENTE DO MINIFÚNDIO-PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL EM MUDANÇA NA FREGUESIA DA CORRELHA.	UNIVERSIDADE DO MINHO	87
CASAL, ADOLFO YANEZ	LE PROCESSUS DE SOCIALISATION RURALE - LE CAS DE VILLAGES COMMUNAUTAIRES AU MOZAMBIQUE.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	87
LIMA, JOSÉ DA SILVA	DIEU, JE N'AI RIEN CONTRE LUI - SOCIALITE ET ECLESIALITE DANS LE DESTIN DU ALTO-MINHO	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	87
SANTOS, ARMINDO NUNES FERNANDES DOS	CONFIGURATIONS SPATIALES ET ORGANISATION SOCIALE-STRUCT. AGRAIRE ET SYST. DE PARENTE DANS LE VILLAGE DE CHAOS	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	87
MOREIRA, CARLOS DIOGO PEREIRA	POPULAÇÕES MARÍTIMAS EM PORTUGAL - INCERTEZA, COMPETIÇÃO E FLEXIBILIDADE NA ORG. SOCIAL E NAS ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS DAS POP. DE PESCADORES NA ORLA MARÍTIMA	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	87
MORAIS, JOÃO MANUEL FIGUEIREDO	THE EARLY FARMING COMMUNITIES OF SOUTHERN MOZAMBIQUE: AN ASSESSMENT OF NEW AND EXTANT EVIDENCE	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	88
RODRIGUES, RUI EDUARDO SILVA	CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA FAMÍLIA E DO PARENTESCO NA SOCIEDADE HUMANA. ANÁLISE COMPARATIVA DE SIST. AFRICANOS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	88
FELICIANO, JOSÉ FIALHO	ANTROPOLOGIA ECONÓMICA DOS THONGA DO SUL DE MOÇAMBIQUE	ISCTE	89
BRITO, JOAQUIM MARIA VALENÇA PAIS	A ALDEIA, AS CASAS, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E REPRODUÇÃO SOCIAL NUMA ALDEIA TRANSMONTANA-RIO DE ONOR	ISCTE	90
RODRIGUES, DONIZETE APARECIDO	A ALDEIA DE OUTEIRO (1700-1990). UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANTROPOLOGIA SOCIAL PORTUGUESA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	91
AMARO, ANA MARIA DE SOUSA MARQUES SILVA	MEDICINA POPULAR DE MACAU-UM PROCESSO DE ADAPTAÇÃO CULTURAL	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	91
DEFREITAS, JOÃO CORREIA	O ESPAÇO DE EXPRESSÃO CULTURAL PORTUGUESA E NECESSIDADE DE SUA PRESERVAÇÃO	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	91
LEAL, JOÃO AÍRES FREITAS	CERIMONIAL, RELAÇÕES SOCIAIS E TEMPO. AS FESTAS DO ESPÍRITO SANTO NOS AÇORES	ISCTE	92
PEREZ, ROSA MARIA FIGUEIREDO	HIERARQUIAS E INTOCABILIDADE - ESTUDO DE UMA CASTA DE INTOCÁVEIS DO NORTE DA ÍNDIA	ISCTE	92
SOBRAL, JOSÉ MANUEL RODRIGUES FERREIRA	TRAJECTOS-PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE. FAMÍLIA, PROPRIEDADE, ESTRUTURA SOCIAL NUMA FREGUESIA RURAL BEIRA.	ISCTE	93
MONTEIRO, RAMIRO LADEIRO	OS AMBOS DE ANGOLA ANTES DA INDEPENDÊNCIA.	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	93
ALMEIDA, MIGUEL DE MATOS C. DO VALE DE	CORAÇÕES DE PEDRA-DISCURSO E PRÁTICAS DA MASCULINIDADE NUMA ALDEIA DO SUL DE PORTUGAL.	ISCTE	94
MONTEIRO, PEDRO MIGUEL PINTO PRISTA	SÍTIOS DE QUERENÇA-MORFOLOGIAS E PROCESSOS SOCIAIS NO ALTO BARROCAL ALGARVIO.	ISCTE	94
AFONSO, CARLOS ALBERTO	"O PODER DO ESPAÇO" DOMINAÇÃO SIMBÓLICA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NAS MONTANHAS DE TRÁS-OS-MONTES.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	94
CUNHA, EUGÉNIA MARIA GUEDES PINTO			
ANTUNES	PALEOBIOLOGIA DAS POPULAÇÕES MEDIAVAIS PORTUGUESAS. OS CASOS DE FAO E S. JOÃO DE ALMEDINA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	94
MARTINS, RUI AMÉRICO MOREIRA DE SOUSA	ANTROPOLOGIA CULTURAL	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	94
BASTOS, SUSANA SALVATERRA TROVÃO			
PEREIRA	O ESTADO NOVO E "SEUS" VÁDIOS (MENDIGOS, LOUCOS, PROSTITUTAS, HOMOSSEXUAIS E OUTROS ARRUAÇEIROS) - MITOS E RITUAIS	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	94
LOPES, JOÃO	ILHA DE S. NICOLAU - CABO VERDE - FORMAÇÃO DA SOCIEDADE E MUDANÇA CULTURAL	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	94
JOAQUIM, TERESA MARIA DA CONCEIÇÃO	MENINA E MOÇA - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FEMINILIDADE - SÉCULOS XVII-XIX	ISCTE	95
RAMOS, MANUEL JOÃO MENDES DA SILVA	ENSAIOS SOBRE A REVERSIBILIDADE SIMBÓLICA - ANÁLISE TRANSFORMACIONAL DA MITOLOGIA CRISTÃ	ISCTE	95
SILVA, FRANCISCO GENTIL VAZ DA	DUALISMO E CICLICIDADE NO CONTO POPULAR E NA TRADIÇÃO INDO-EUROPEIA	ISCTE	95
	SOCIOLOGIE DE LA CONNAISSANCE EN HISTOIRE DE L'ANTHROPOLOGIE. RECHERCHES POUR UNE PROBLEMATIQUE D'ANALYSE DE SON		
HOUART, JACQUES MAURICE MARCEL CHARLES	INCIDENCE ET DE SA PERTINENCE	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	95
PADEZ, CRISTINA MARIA PROENÇA	O RURAL INDUSTRIALIZADO - ESTRUTURA DEMOGRAFICA E ENVELHECIMENTO BIOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE ESTARREJA.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	95
PALMEIRIM, MARIA MANUELA MESTRE MARQUES	OF ALIEN KINGS AND ANCESTRAL CHIEFS - AN ESSAY ON THE IDEOLOGY OF KINGSHIP AMONG THE ARUWUND	UNIVERSIDADE DO MINHO	95
GUEDES, MARIA NATÁLIA BRITO DA SILVA			
CORREIA	MUSEOLOGIA E COMUNICAÇÃO	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	95
NEVES, JOÃO DIAS DAS	DO RURAL AO URBANO: QUE ESPAÇOS	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	95
	MOBILIDADE E ENRAIZAMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE - ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO EM GUIMARÃES, VIZELA E SANTA EULÁLIA		
SILVANO, MARIA FILOMENA DE ALMEIDA PAIVA	CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS CULTOS DE POSSESSÃO	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	95
TORRES, FERNANDO HELDER SEQUEIRA	UM BAIRRO NO CORAÇÃO DA CIDADE - UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM BAIRRO TÍPICO DE LISBOA.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	95
CORDEIRO, MARIA DA GRAÇA ÍNDIAS	GENESE ET STRUCTURES DES ROYAUMES ZIMBABWE - MONOPATA. ORGANIZATION ECONOMIQUE, ETAT ET SYMBOLIQUE DANS LES SOCIETES SHONAS.	ISCTE	96
ENCARNAÇÃO, JOSÉ ANTÓNIO ORTA DA			
LOFORTE, ANA MARIA JULIANA	GÉNERO E PODER ENTRE OS TONGA DE MOÇAMBIQUE.	ISCTE	96
MARTINS, EDUARDO MARIA COSTA DIAS	O SISTEMA AGRÁRIO DOS MANDIGA DE CONTUBEL (GUINÉ-BISSAU). MEMÓRIA, SABER E REPRODUÇÃO SOCIAL.	ISCTE	96

Doutoramentos em Antropologia

SANTOS, JOSÉ RODRIGUES DOS	SAVOIRS DE LA NATURE, NATURE DES SAVOIRS. LES SAVOIRS DES PLANTES EN CEVENNES. CONTRIBUTION POUR UNE ANTHROPOLOGIE COGNITIVE.	ISCTE	96
BASTOS, CRISTIANA LAGE DAVID	TRANSNATIONAL RESPONSES TO AIDS AND THE GLOBAL PRODUCTION OF SCIENCE: A CASE-STUDY FROM RIO DE JANEIRO.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	96
MEDEIROS, EDUARDO CONCEIÇÃO	OS SENHORES DA FLORESTA - RITOS DE INICIAÇÃO DOS RAPAZES MACUA-LOMUE (NORTE DE MOÇAMBIQUE). PORTUGAL MINHA PRINCESA - CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANTHROPOLOGIA PÓS-RACIONALISTA DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS E PARA O ESTUDO DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS IDENTITÁRIAS DOS PORTUGUESES.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	96
BASTOS, JOSÉ GABRIEL DA FONSECA PEREIRA		UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	96
GUEDES, ARMANDO M. DE BARROS SERRA		UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	96
MARQUES	RITUAIS IGUALITÁRIOS - RITOS DOS CAÇADORES E RECOLECTORES ATTA DE KALINGA-APAYAO, FILIPINAS.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	96
SILVA, MARIA DOS ANJOS MALTEZ CARDEIRA DA	REDES E ENREDOS NA RUA DE MUL HABIB. TÁCTICAS E ENUNCIADOS DA CONTEMPORANEIDADE ENTRE AS MULHERES DA MEDINA DE SALE.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	96
TAVARES, MANUEL JOSÉ ALVES VIEGAS	O INSUCESSO ESCOLAR E AS MINORIAS ÉTNICAS EM PORTUGAL.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	96
CARMO, ANTÓNIO DUARTE DE ALMEIDA E	A IGREJA CATÓLICA NA CHINA E EM MACAU.	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	96
OLIVEIRA, MANUEL ARMANDO	MITO E REALIDADE NA EMIGRAÇÃO AÇOREANA - O CASO DE UMA ALDEIA DA ILHA DO PICO.	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	96

C.4. A investigação em Demografia

C.4.1. Instituições

O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1995 recenseia seis instituições com actividades de investigação em Demografia (*Quadro A*). No total, estas instituições mobilizaram uma despesa na ordem dos 75 mil contos e um conjunto de 13,6 ETI. Pelos três indicadores - o reduzido número de unidades que fazem investigação nesta área, o baixo montante das suas despesas e dos seus recursos humanos - a Demografia sobressai, no grupo dos quatro domínios em análise, como a área disciplinar mais pequena e menos dinâmica.

Convém sublinhar, no entanto, três *principais características* apresentadas por estas entidades e que uma leitura mais pormenorizada permite realçar.

Em primeiro lugar, nota-se que o *peso relativo* da investigação em Demografia é bastante elevado (50%) em pelo menos três entidades, sendo duas destas (Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Estudos da População e Família) as que concentram mais recursos financeiros e humanos afectos a esta área de investigação (*Quadro A*). O Departamento de Sociologia da UNL ocupa aqui uma posição de destaque, concentrando quase metade dos recursos financeiros (43%) e humanos (44%). Aliás, é a única unidade que apresenta, do ponto de vista do pessoal de investigação neste domínio, uma dimensão razoavelmente significativa, próxima da que caracteriza algumas entidades das áreas da Geografia ou da Sociologia que ocupam um lugar consolidado nos seus respectivos domínios de investigação (por exemplo, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Territoriais do ISCTE ou, ainda, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra). Sabendo-se, por outro lado, que aquela universidade contribuiu de forma significativa, ao longo das últimas duas décadas, para a formação em Demografia e o desenvolvimento desta área de investigação, é importante notar que continua a ter uma posição relativa apreciável.

Verifica-se, em segundo lugar, uma *dispersão marcada (institucional e geográfica)* dos restantes *recursos humanos* que trabalham nesta área (*Quadro A e Quadro D*). Nas outras cinco entidades que, no Inquérito, possuem pessoal afecto à investigação em Demografia, os ETI variam entre 0,5 e 2,2. Uma dessas entidades (o Centro de Estudos da População e Família) é de constituição mais recente e revela alguma vontade de especialização. Embora o CEPFAM mobilize alguns recursos materiais e humanos, o que lhe permite ocupar um segundo lugar distanciado no seio das seis entidades referenciadas, contribui para já de forma ainda modesta para a dinamização da investigação nesta área. Restam alguns ETI que se encontram em instituições onde o peso relativo da Demografia é baixo (Departamento de Sociologia da Universidade de Évora – 20%) ou mesmo residual (Universidade dos Açores – 10%; Departamento de Prospectiva e Planeamento – 6%). Podia-se também acrescentar, apesar de não estarem recenseados por este Inquérito,

outros investigadores/docentes universitários que fazem investigação em Demografia ou em Demografia Histórica e que, por diversas razões, se encontram dispersos, sem elo institucional dinamizador em termos de instituições científicas ou profissionais a nível nacional; é quase sempre o contacto científico esporádico, suscitado por colóquios nacionais nas outras áreas das ciências sociais (História, Antropologia, Geografia, Sociologia) ou internacionais, estes mais especializados em Demografia, que permite dar conta deste trabalho de investigação mais isolado.

Finalmente, ao contrário das outras áreas científicas do grupo analisado, não é possível falar, no caso da Demografia, em polarização institucional e isto por duas razões principais. Trata-se, por um lado, de uma área científica sem *nenhum centro* em que a Demografia detenha o *exclusivo* da investigação ou uma posição maioritária, igual ou acima dos 70% do total dos ETI. Curiosamente, em todas as outras áreas das ciências sociais, o lugar mobilizador de alguns centros dedicados exclusivamente àquela área de investigação parece ter tido um papel determinante para a consolidação e expansão do domínio. É nesses centros, por exemplo, que aparecem revistas especializadas de investigação.

Verifica-se, depois, que a área *não cresceu* de facto o suficiente para se agregar em unidades dominantes e unidades satélites, isto é, em núcleos grandes, por um lado, e numa massa pulverizada de centros manifestamente mais modestos ou integrados em unidades pluridisciplinares, por outro. É sempre possível referir, como já o fizemos, o carácter mais desenvolvido do núcleo de investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. No entanto, é evidente que este núcleo de investigação, quando comparado com os recursos materiais e humanos captados pelos maiores centros de investigação de outras áreas científicas, não pode ser considerado um polo altamente mobilizador de meios e pessoas, pois encontra-se ao nível das unidades de investigação que reúnem, em média, o equivalente a apenas um terço dos recursos de um dos maiores centros de Geografia ou de Sociologia. Nestas suas fragilidades, do ponto de vista da concentração e do crescimento, a Demografia encontra maiores proximidades com a Antropologia, também ela caracterizada por uma relativa modéstia em termos de centros agregadores de meios, mas já completamente distinta no que se refere ao peso relativo da Antropologia nalgumas unidades.

Quanto a *sectores de execução*, e como podemos concluir consultando o *Quadro B*, nota-se que cinco das seis entidades recenseadas pertencem ao ensino superior e detêm, por isso, a maioria (89%) dos recursos financeiros e humanos, cabendo à instituição estatal (Departamento de Prospectiva e Planeamento) uma percentagem de 11% (*Quadro C*). É de salientar, também, a ausência neste registo de qualquer instituição privada sem fins lucrativos, assim como a de uma outra instituição estatal - o Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística.

C.4.2. Investigadores e Doutoramentos

A *média etária* dos investigadores em Demografia é ligeiramente superior à que foi apurada para o conjunto das Ciências Sociais e Humanas (43,2 vs. 41,3) e não apresenta grandes variações por subdomínio principal da actividade a que se dedicam: a média de idades dos investigadores em Demografia Histórica (que representam 5 ETI) é de 42,1 anos, a dos investigadores em análise demográfica é de 43,8 (*Figura A*). Na repartição por *género*, os investigadores desta área também não se afastam do valor médio calculado para o universo das Ciências Sociais e Humanas (*Quadro E*): metade são de sexo feminino e metade de sexo masculino (o valor médio é de 47,1% para o sexo feminino).

Também o peso dos *doutorados* no conjunto do pessoal envolvido em actividades de investigação em Demografia é ligeiramente superior à média do conjunto das ciências sociais (29,4% vs 26,8%). É interessante notar que 2,2 dos 4 ETI doutorados são da área de Demografia Histórica (*Quadro G*).

No entanto, e já numa tendência oposta à das outras áreas em análise neste *Perfil*, o número de *doutoramentos* realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996 é, em Demografia, muito inferior ao das outras três disciplinas (*Quadro H e Quadro I*): 1 doutoramento, realizado na Universidade dos Açores em 1989, contra 25 em Geografia, 49 em Antropologia e 79 em Sociologia. É verdade que se fizeram pelo menos cinco doutoramentos em departamentos de Sociologia, entre 1993 e 1996 (3 no Departamento de Sociologia da UNL, 1 no Departamento de Sociologia de Évora e outro no ISCTE), que pertencem claramente à área da Demografia. No entanto, mesmo se incluíssemos estes últimos, o número de doutoramentos em Demografia continuava muito aquém do número realizado nas outras áreas das ciências sociais. Esta ausência relativa de doutoramentos em Demografia, associada a uma média de idades bastante elevada, sugere a passagem no passado por uma fase de alguma afirmação e, mais recentemente, uma dificuldade de crescimento associada a problemas de formação de jovens assim como de equipas de investigação de maior dimensão. A falta de enquadramento institucional, tanto no plano da investigação como no do ensino universitário desta disciplina (ver ponto anterior sobre a respectiva história), poderá ter contribuído para o baixo número de doutoramentos e para a incipiente formação de jovens.

Os *temas* das 6 teses de doutoramento que podem ser consideradas aqui como dissertações na área da Demografia² distribuem-se por duas problemáticas principais: a) o estudo de dinâmicas populacionais no passado e da transição demográfica em Portugal; b) a análise da fecundidade e do envelhecimento demográfico da população portuguesa.

² Fomos buscar cinco títulos de doutoramento em Demografia à lista de doutoramentos de Sociologia.

C.4.3. Projectos

Em 1995 havia 7 projectos em curso na área da Demografia, envolvendo uma *despesa* de cerca de 79 mil contos e uma despesa média por projecto de 11 296 contos (vs. 22 900 contos na Geografia, 5 302 contos na Sociologia e 7 188 na Antropologia). O número médio de *ETI* por projecto era de 1,9, um valor inferior ao encontrado nalgumas áreas das Ciências Sociais onde a incidência do trabalho em equipa é mais significativa (4,1 na área da Geografia, 4,7 nas ciências jurídicas), mas próximo ou mesmo superior ao valor encontrado na maioria das outras áreas das ciências sociais (1,9 vs. 1,6 em Antropologia, 1,1 em Sociologia, 1,4 em História, 1,7 em Filosofia). Assim, ao contrário dos indicadores observados até aqui, este último aparece como um sinal eventualmente positivo do desenvolvimento de equipas de investigação nesta área.

As entidades do ensino superior são responsáveis pela maioria dos projectos (89%), cabendo a uma instituição do estado 11% do total.

Por último, os projectos repartem-se em 1995 por dois *subdomínios* apenas: a análise demográfica, que recobre a maior parte (86%), e a política demográfica, que inclui apenas 14% do total dos projectos (*Figura B*). Verifica-se assim, no momento actual, um predomínio da investigação na área da análise demográfica, em detrimento da Demografia Histórica e da política demográfica.

Quanto à colaboração com outros países, é inexistente nos projectos de investigação em curso em 1995. Esta ausência de internacionalização é tanto mais surpreendente quanto se sabe que a análise demográfica é um domínio que está muito desenvolvido e bem estruturado profissionalmente a nível europeu.

Quadro A - Instituições com actividades de I&D em Demografia, 1995

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da Investigação em Demografia*	Despesa em I&D em Demografia (10 ³ Esc)	Pessoal em I&D em Demografia (ETI)
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA	LISBOA	50%	32,256	6.0
CENTRO DE ESTUDOS DE GERONTOLOGIA SOCIAL	UNIVERSIDADE INTERNACIONAL	LISBOA	50%	3,292	0.5
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO E FAMÍLIA - CEPFAM	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	50%	16,001	2.2
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	20%	9,514	2.1
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	R. A. AÇORES	10%	6,001	1.4
DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO		LISBOA	6%	8,255	1.4
6				75,319	13.6

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

* Percentagem de despesa em actividade de I&D no domínio da Demografia, sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade

Quadro B - Distribuição das unidades com actividade de I&D em Demografia, por região e distrito, segundo o sector de execução, 1995

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Estado	Ensino Superior	Total
Norte Porto			1	1
Lx e V. do Tejo Lisboa		1	2	3
Alentejo Évora			1	1
Açores			1	1
Total	0	1	5	6

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro C - Distribuição da despesa em actividade de I&D em Demografia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)
Norte								
Porto					16,001	23.9%	16,001	21.2%
Sub-Total							16,001	21.2%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa			8,255	100.0%	35,548	53.0%	43,804	58.2%
Sub-Total							43,804	58.2%
Alentejo								
Évora					9,514	14.2%	9,514	12.6%
Sub-Total							9,514	12.6%
Açores					6,001	8.9%	6,001	8.0%
Sub-Total							6,001	8.0%
Total	0		8,255	100.0%	67,064	100.0%	75,319	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

**Quadro D - Distribuição do pessoal em actividade de I&D em Demografia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
Norte								
Porto					2.2	18.0%	2.2	16.1%
Sub-Total							2.2	16.1%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa			1.4	100.0%	6.5	53.2%	7.9	58.2%
Sub-Total							7.9	58.2%
Alentejo								
Évora					2.1	17.0%	2.1	15.2%
Sub-Total							2.1	15.2%
Açores								
					1.4	11.7%	1.4	10.5%
Total			1.4	100.0%	12.2	100.0%	13.6	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Quadro E - Distribuição dos Investigadores em Demografia, por subdomínio principal de actividade, segundo o sexo e o sector de execução

	IPsFL		ESTADO		ENS SUPERIOR		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
DEMOGRAFIA		100.0%	100.0%		45.0%	55.0%	50.0%	50.0%
ANÁLISE DEMOGRÁFICA		100.0%	100.0%		50.0%	50.0%	50.0%	50.0%
ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA					100.0%		100.0%	
DEMOGRAFIA HISTÓRICA					40.0%	60.0%	40.0%	60.0%
OUTRO DOMÍNIO / DISCIPLINA (ESPECIFIQUE)			100.0%				100.0%	

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro F - Investigadores em Demografia por subdomínio principal de actividade,
segundo o sector de execução**

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens Superior	Total
Análise Demográfica	0.4	1	1.3	2.7
Estatística Demográfica			0.5	0.5
Demografia Histórica			5.0	5.0
Total	0.4	1	6.8	8.2

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro G - Doutorados em Demografia por subdomínio principal de actividade,
segundo o sector de execução**

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens Superior	Total
Análise Demográfica			1.3	1.3
Estatística Demográfica			0.5	0.5
Demografia Histórica			2.2	2.2
Total			4.0	4.0

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro H - Doutoramentos em Demografia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996

1986-90	1991-96	Total
1		1

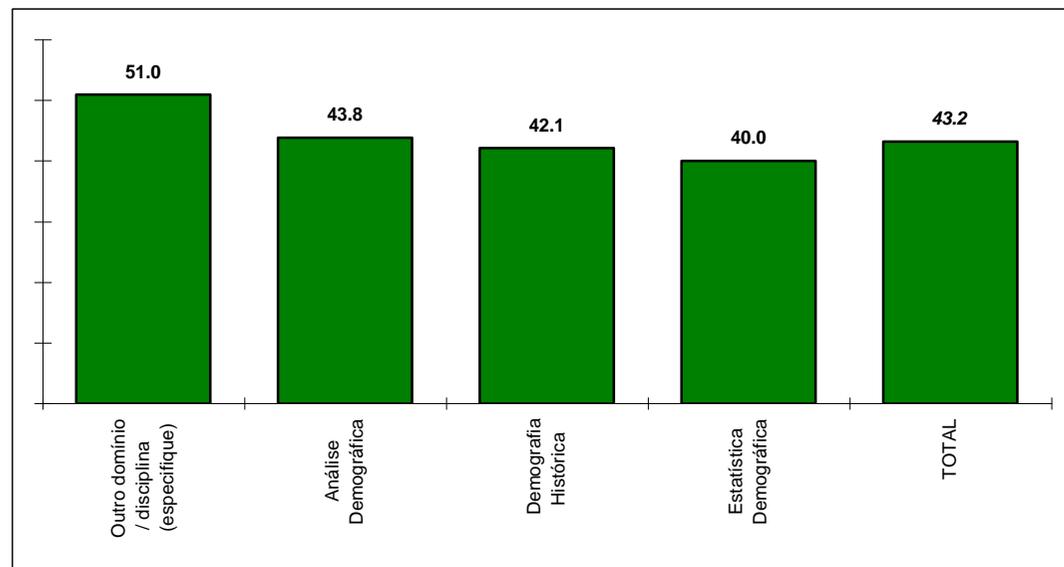
Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

Quadro I - Número de doutoramentos em Demografia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição

Equivalências	0
Nacionais:	1
Universidade dos Açores	1

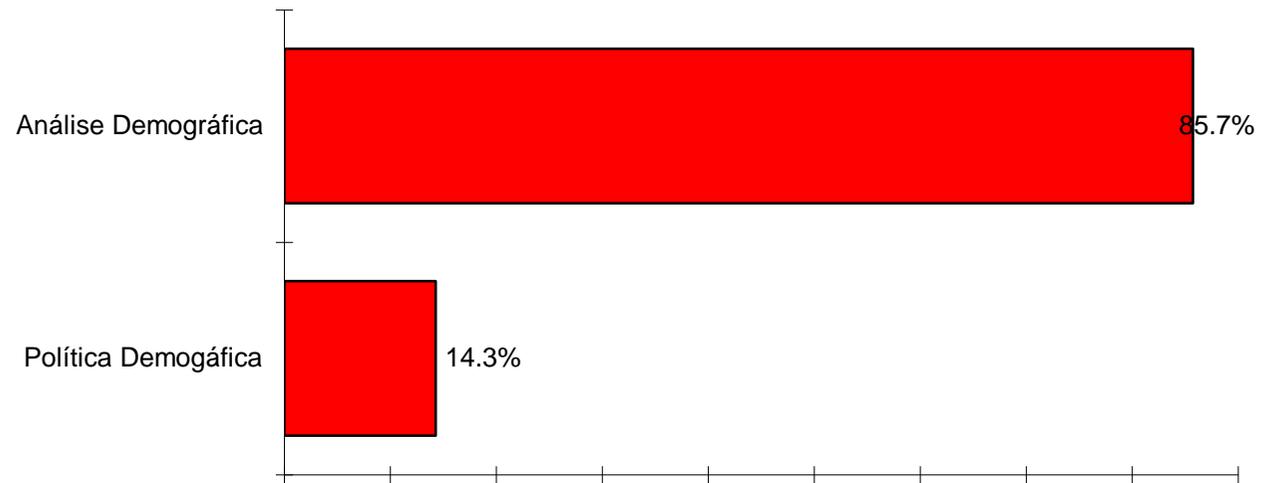
Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

Figura A - Média de Idades dos Investigadores em Demografia, por subdomínio principal de actividade



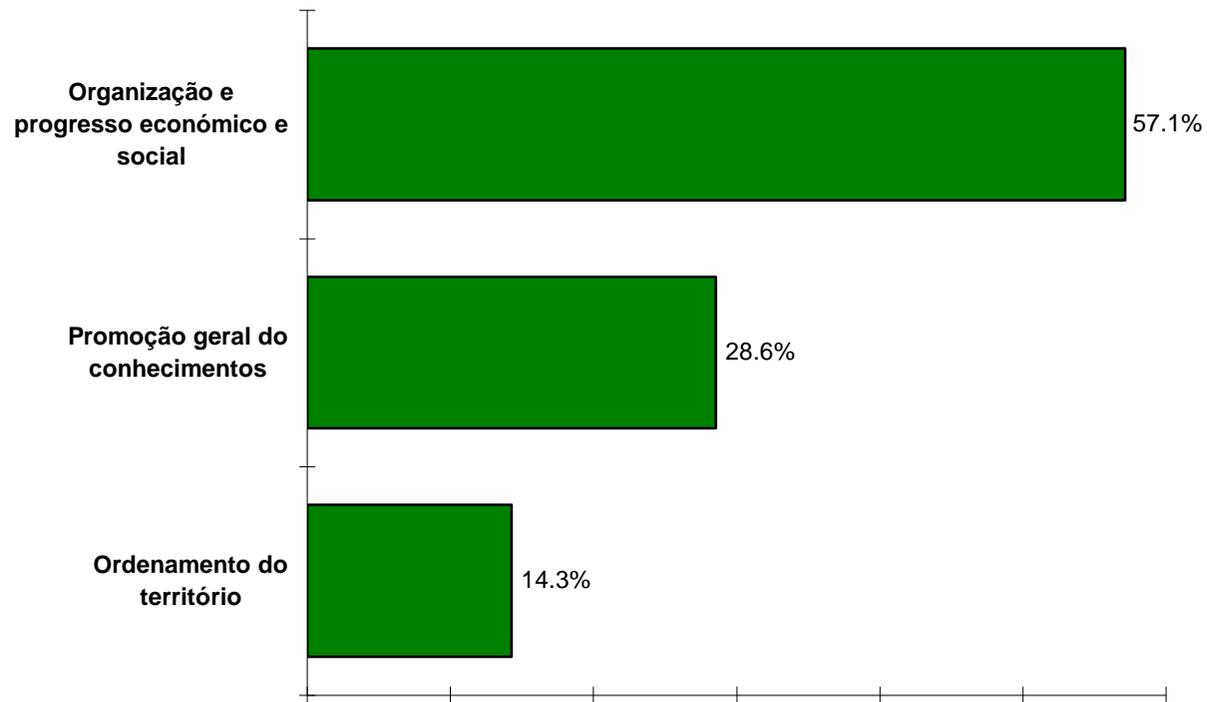
Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura B - Repartição dos projectos em Demografia, por subdomínio



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura C - Repartição dos projectos de I&D em Demografia, por objectivo sócio-económico



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 1995

Lista de dissertações de doutoramento em Demografia entre 1986-199

Autor	Título da Tese	Universidade Portuguesa	Ano (Grau)
ROCHA, GILBERTA MARGARIDA DE MEDEIROS DE PAVÃO NUNES	A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS AÇORES	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	89

C.5. A investigação em Geografia

Recorde-se que a informação que se segue apenas diz respeito, em princípio, aos subdomínios da Geografia integráveis nas Ciências Sociais e Humanas, não levando em conta, por isso, os resultados relativos aos subdomínios geralmente incluídos na categoria mais ampla tradicionalmente designada por “Geografia Física”. A título exemplificativo, refira-se que o total das actividades de I&D em Geografia envolviam, em 1995, o equivalente a 66,3 pessoas a tempo integral, estando 53,5 integradas nas Ciências Sociais e Humanas e 12,8 nas Ciências da Terra, do Ambiente e do Espaço Exterior. Uma análise de pormenor permite, no entanto, verificar que do valor de 53,5 ETI anteriormente referido, 7,8 correspondem, em termos de auto-classificação dos investigadores recenseados, ao subdomínio dominante “Geografia Física”.

Assim sendo, parece legítimo deduzir dois aspectos. Em primeiro lugar, a partição das actividades de investigação entre “Geografia Humana” e “Geografia Física” deveria opor 45,7 ETI a 20,6 ETI. Em segundo lugar, o universo que de seguida será comentado extravasa um pouco os limites precisos das Ciências Sociais e Humanas, na medida em que inclui o equivalente a 7,8 pessoas a tempo integral com subdomínio principal na Geografia Física. Não sendo possível isolar a informação relativa a este segmento de investigadores, os comentários que se seguem incidem sobre o referido universo equivalente a 53,5 ETI.

C.5.1. Instituições

O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (1995) recenseia 16 instituições com actividades de I&D em Geografia. Estas entidades apresentam características bastante diversificadas (*Quadro A*).

Do ponto de vista da *dimensão*, avaliada tanto em termos de despesa como de pessoal, o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa detém uma posição de destaque, concentrando um pouco mais de 1/3 dos recursos financeiros e humanos afectos a investigação nesta área científica.

O segundo lugar é ocupado, a alguma distância, pelo Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, responsável por cerca de 13% do total de despesas e pessoal, e pelo Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica e Tropical (9% das despesas mas quase 14% dos recursos humanos). Verifica-se, assim, que as duas instituições que mais contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da Geografia moderna portuguesa (Centros de Estudos Geográficos de Lisboa e Coimbra) continuam a ter uma importância relativa muito apreciável no domínio da investigação, embora partilhada, agora, com outras entidades de constituição bastante mais recente.

Num terceiro escalão coloca-se o GEDES (Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (cerca de 8% das despesas e 7% do pessoal), e 4 entidades não universitárias:

- a Câmara Municipal de Lisboa, com uma importância superior à do Gedes em pessoal (quase 11% do total) mas inferior no que concerne às despesas (cerca de 5,5%);
- três instituições – Instituto Geográfico do Exército; Academia da Força Aérea; Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira/CITMA – onde, pelo contrário, o peso relativo é significativo no que se refere aos recursos financeiros movimentados (4-7% do total), mas baixo ou mesmo residual em termos de pessoal envolvido.

Neste terceiro escalão, os valores médios de despesa/ETI oscilam entre montantes muito baixos (2 904 contos, na Câmara Municipal de Lisboa) e bastante elevados (cerca de 82000 contos no caso do CITMA e de 56 000 na Academia da Força Aérea), contrastando quer com o valor médio do conjunto das instituições com actividades de I&D em Geografia (cerca de 5 500 contos), quer com os montantes da maior parte das instituições do ensino superior (valores geralmente compreendidos entre os 4 e 7 000 contos).

À excepção do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (que, na realidade, apoia o ensino e não a investigação, pelo que os dados que lhe dizem respeito deverão ser somados aos que foram recenseados para o CEG desta mesma Faculdade), nas restantes entidades o peso relativo da investigação em Geografia é claramente minoritário (25% ou menos) e a despesa/ETI tende a ser inferior à média.

A *inserção institucional* da investigação em Geografia aponta para uma situação dual (*Quadro A*): em 5 das 16 entidades recenseadas esta área científica domina claramente (70% ou mais do total de despesa em actividades de I&D da respectiva instituição), sendo mesmo exclusiva em três delas, enquanto nas restantes 9 o seu peso não só não ultrapassa os 25% como tende a apresentar valores iguais ou inferiores a 10%. Estes resultados sugerem a coexistência de dois padrões de inserção institucional, um de base disciplinar e que envolve cerca de 2/3 dos recursos financeiros e humanos, outro de natureza interdisciplinar, em que a Geografia tem uma posição muito minoritária.

No conjunto, as entidades do ensino superior detêm um pouco mais de 70% dos recursos financeiros e humanos (*Quadros C e D*), cabendo às instituições estatais percentagens da ordem dos 22% (despesas) e 29% (pessoal). As instituições privadas sem fins lucrativos revelam uma posição bastante subalterna.

As três instituições de maior dimensão detêm cerca de 56% das despesas e 61% dos recursos humanos, sendo responsáveis pela elevada *polarização institucional* e *concentração geográfica* que marca a Geografia face às restantes Ciências Sociais e Humanas. A Região de Lisboa e Vale do Tejo concentra 56% das entidades recenseadas

(*Quadro B*), 65% das despesas efectuadas e quase 70% dos recursos humanos mobilizados, apresentando a estrutura mais diversificada por sectores de execução (instituições privadas sem fins lucrativos, estado e ensino superior). Nas Regiões Norte, Centro, Alentejo e Madeira apenas está representado um dos sectores de execução (ensino superior nas três primeiras; instituição privada sem fins lucrativos, na última). No Algarve e na Região Autónoma dos Açores não foram recenseadas quaisquer entidades com actividades de I&D na área da Geografia. Dentro de cada uma das Regiões, as entidades localizam-se exclusivamente nas principais cidades - Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Évora e Funchal - replicando, de alguma forma, a hierarquia urbana existente, com a evidente excepção de Coimbra, cuja importância surge sobre-representada face às suas características gerais.

C.5.2. Investigadores

A *média etária* dos investigadores em Geografia é ligeiramente inferior à que foi apurada para o conjunto das Ciências Sociais e Humanas (40,0 vs. 41,3), mas apresenta variações consideráveis por subdomínio principal da actividade a que se dedicam (*Figura A*). Se se considerar que uma idade média reduzida dos investigadores constitui um *proxy* quer da dinâmica recente de cada um dos subdomínios (emergência de novas áreas temáticas, recrutamento de jovens investigadores) quer do seu potencial de crescimento, a Geografia Cultural e Histórica (idade média: 49,3) e ainda a Geografia Regional (45,4) parecem constituir domínios mais consolidados enquanto, no pólo oposto, a Geografia Urbana (35,4) surge como um campo de afirmação mais recente e (previsivelmente mais) dinâmico.

Também na repartição por *género* (*Quadro E*) o conjunto dos investigadores em Geografia não se afastam significativamente do valor médio calculado para o universo das Ciências Sociais e Humanas: 45,8% são do sexo feminino quando a média é 47,1%. Existem, no entanto, subdomínios principais de actividade claramente dominados por um dos sexos. A investigação em Geografia Física Geral (82,4%), Geografia Económica (80,0%) e Geografia Regional (75,0%) apresenta-se, segundo os dados disponíveis, muito masculinizada, enquanto a Geografia Histórica e Cultural (75,0%), a Geografia Social (66,7%) e a Geografia Urbana (57,1%) se encontram, pelo contrário, bastante feminizadas. Estes resultados reflectem dois tipos de factores: a natureza dos temas e o perfil das instituições que predominantemente os desenvolvem. Não deixa de ser interessante verificar que os domínios onde a investigação se apresenta mais feminizada possuem um carácter mais social e estão, em termos relativos, mais representados em organismos do Estado (*Quadro F*), situação que pode induzir práticas de recrutamento parcialmente distintas das que predominam no mundo académico.

Por último, também o peso dos *doutorados* (*Quadro G*) no conjunto do pessoal envolvido em actividades de investigação é muito semelhante à média do conjunto das Ciências Sociais e Humanas (27,7% vs. 26,8%).

C.5.3. Projectos

Em 1995 havia 13 projectos em curso, envolvendo uma despesa de cerca de 298 mil contos e o equivalente a 53,5 pessoas. A *despesa média por projecto* (22 900 contos) é muito superior ao valor encontrado para o conjunto dos projectos de todas as Ciências Sociais e Humanas (8 900 contos), indiciando um maior peso da dimensão tecnológica (equipamento de sistemas de informação geográfica, por exemplo) e uma incidência mais significativa do trabalho em equipa. De facto, o número médio de ETI por projecto (4,1) contrasta com os valores observados na esmagadora maioria das restantes Ciências Sociais e Humanas (inferiores a 2), apenas sendo ultrapassado pelo resultado obtido nas Ciências Jurídicas (4,7). Esta situação reflecte a tradição de trabalho colectivo existente em Geografia, a que já anteriormente se aludiu.

As entidades do ensino superior são responsáveis pela maioria dos projectos (69%), cabendo às instituições de estado 23% e às instituições privadas sem fins lucrativos 8%. Esta distribuição acompanha de muito perto a importância relativa que cada um destes *sectores de execução* alcança em termos de despesas e de pessoal.

Os projectos repartem-se de forma desigual pelos diferentes *domínios* considerados (*Figura B*), cabendo à Geografia Regional quase metade (46,2%) do total, configurando uma polarização temática que se pode considerar média-alta face aos valores detectados para as restantes Ciências Sociais e Humanas.

A repartição dos projectos de I&D por *objectivo sócio-económico* (*Figura C*) permite evidenciar que em Geografia, como, aliás, nas restantes 3 disciplinas em análise neste documento, a investigação pauta-se sobretudo por preocupações de ordem genérica (“Organização e progresso económico e social”, “Promoção geral dos conhecimentos”). Apenas a área do ordenamento do território, com cerca de 15% dos projectos, se destaca pela sua aplicabilidade mais imediata.

Por comparação com a Antropologia e a Sociologia, os projectos em Geografia possuem um maior grau de *internacionalização* (*Quadro J*): 4 dos 13 projectos em curso envolvem investigadores de outros países, sobretudo europeus (Reino Unido, Alemanha, França e Suíça). Cabo Verde é o único país não europeu incluído nesta lista de colaborações estrangeiras.

C.5.4. Doutoramentos

Este é um dos aspectos que mais diferencia a Geografia das restantes Ciências Sociais e Humanas. Entre 1986 e 1996 ocorreram 25 doutoramentos nesta disciplina (*Quadro I*). O peso dos que se realizaram no *último quinquénio* (1991-1996) é de 56% (*Quadro H*), isto é, um dos valores mais reduzidos, apenas superior aos que se verificaram nas Ciências Linguísticas e Literárias e em Economia e 9 pontos percentuais abaixo da média geral.

Parte deste baixo resultado prende-se com o peso inexpressivo de *doutoramentos por equivalência*: apenas 8% durante o período 1986-1996 (*Quadro I*), quando o valor médio do total das Ciências Sociais e Humanas é de quase 25% e em algumas disciplinas ocorrem valores muito superiores (Gestão: 81,8%, Economia: 56,8%, Pedagogia: 41,5%).

Dos 25 doutoramentos realizados em Portugal (23) ou reconhecidos (2), 14 associam-se à Universidade de Lisboa, que assim confirma a posição cimeira que ocupa na Geografia portuguesa (*Quadro I*). A Universidade de Coimbra surge em segundo lugar, com 6 doutoramentos. Os dois pólos tradicionais concentram, portanto, 80% do total. As universidades onde a criação de licenciaturas de Geografia é mais recente (anos 70) começam, neste período, a ganhar alguma visibilidade: 4 doutoramentos na Universidade do Porto e 2 na Universidade Nova de Lisboa (um por equivalência), todos eles posteriores a 1992.

Os *temas* das 26 dissertações são muito diversificados (ver Lista de Doutoramentos em anexo), embora com algum destaque para os estudos globalmente classificáveis como de Geografia Económica (5), Histórica (4), Rural (3) e da População (3). Esta diversidade reflecte, em boa medida, o facto de a Geografia portuguesa se encontrar ainda a preencher nichos ou mesmo sub-áreas de especialização insuficientemente tratados ou totalmente ausentes até então (caso dos estudos de saúde e do género, por exemplo). Por outro lado, e apesar desta diversidade, não deixa de ser significativo verificar a subalternidade ou quase ausência de subdomínios privilegiados pela Geografia tradicional, como a Geografia Regional. Por último, e num registo simétrico ao anterior, observa-se uma presença (ainda) inexpressiva de algumas das componentes mais relevantes da investigação geográfica recente, como o ordenamento do território ou os sistemas de informação geográfica (SIG).

Quadro A - Instituições com actividades de I&D em Geografia, 1995

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da Investigação em Geografia*	Despesa em I&D em Geografia (10 ^{^3} Esc)	Pessoal em I&D em Geografia (ETI)
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS - CEG	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100%	37,319	6.9
INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100%	3,390	0.5
CENTRO DE GEOGRAFIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	100%	27,598	7.3
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	71%	102,456	18.5
GABINETE DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - GEDES	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	70%	23,820	3.6
CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	25%	8,035	1.8
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - CML		LISBOA	20%	16,554	5.7
CENTRO DE ECOLOGIA APLICADA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	10%	8,191	2.0
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	10%	5,958	1.2
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	10%	1,240	0.3
INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO-IGEOE	ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO	LISBOA	10%	21,698	2.6
CENTRO DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO	BRAGA	6%	10,124	2.0
CENTRO DE ESTUDOS TERRITORIAIS - CET	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	6%	1,492	0.5
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	• ESTADO MAIOR DA FORÇA AÉREA	LISBOA	5%	11,290	0.2
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MADEIRA - CITMA		R. A. MADEIRA	4%	16,375	0.2
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	1%	2,220	0.3
16				297,759	53.5

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

* Percentagem de despesa em actividade de I&D no domínio da Geografia, sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade

ETI: Equivalente a Tempo Integral

**Quadro B - Distribuição das unidades com actividade de I&D em Geografia,
por região e distrito, segundo o sector de execução, 1995**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Estado	Ensino Superior	Total
Norte				
Braga			1	1
Porto			1	1
Centro				
Coimbra			2	2
Lx e V. do Tejo				
Lisboa	1	3	5	9
Alentejo				
Évora			2	2
Madeira	1			1
Total	2	3	11	16

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro C - Distribuição da despesa em actividade de I&D em Geografia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)
Norte								
Braga					10,124	4.7%	10,124	3.4%
Porto					23,820	11.1%	23,820	8.0%
Sub-Total					33,944	15.9%	33,944	11.4%
Centro								
Coimbra					40,709	19.0%	40,709	13.7%
Sub-Total					40,709	19.0%	40,709	13.7%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	1,492	8.3%	65,850	100.0%	125,241	58.5%	192,583	64.7%
Sub-Total	1,492	8.3%	65,850	100.0%	125,241	58.5%	192,583	64.7%
Alentejo								
Évora					14,148	6.6%	14,148	4.8%
Sub-Total					14,148	6.6%	14,148	4.8%
Madeira	16,375	91.7%					16,375	5.5%
	16,375	91.7%					16,375	5.5%
Total	17,867	100.0%	65,850	100.0%	214,042	100.0%	297,759	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

**Quadro D - Distribuição do pessoal em actividade de I&D em Geografia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Total	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
Norte								
Braga					2.0	5.5%	2.0	3.8%
Porto					3.6	9.6%	3.6	6.7%
Sub-Total					5.6	15.1%	5.6	10.5%
Centro								
Coimbra					7.4	19.8%	7.4	13.8%
Sub-Total					7.4	19.8%	7.4	13.8%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	0.5	75.0%	15.6	100.0%	21.1	56.6%	37.2	69.4%
Sub-Total	0.5	75.0%	15.6	100.0%	21.1	56.6%	37.2	69.4%
Alentejo								
Évora					3.2	8.6%	3.2	6.0%
Sub-Total					3.2	8.6%	3.2	6.0%
Madeira								
	0.2	25.0%					0.2	0.3%
	0.2	25.0%					0.2	0.3%
Total	0.7	100.0%	15.6	100.0%	37.3	100.0%	53.5	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Quadro E - Distribuição dos Investigadores em Geografia, por subdomínio principal de actividade, segundo o sexo e o sector de execução

	IPsFL		ESTADO		ENS .SUPERIOR		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
GEOGRAFIA	55.6%	44.4%	30.0%	70.0%	59.3%	40.7%	54.2%	45.8%
GEOGRAFIA ECONÓMICA					80.0%	20.0%	80.0%	20.0%
GEOGRAFIA FÍSICA GERAL			40.0%	60.0%	100.0%		82.4%	17.6%
GEOGRAFIA HUMANA GERAL	50.0%	50.0%		100.0%	61.1%	38.9%	59.0%	41.0%
GEOGRAFIA REGIONAL	66.7%	33.3%			77.8%	22.2%	75.0%	25.0%
GEOGRAFIA CULTURAL E HISTÓRICA					25.0%	75.0%	25.0%	75.0%
GEOGRAFIA SOCIAL	100.0%	0.0%		100.0%	25.0%	75.0%	33.3%	66.7%
GEOGRAFIA URBANA		100.0%	44.4%	55.6%	50.0%	50.0%	42.9%	57.1%
OUTRO DOMÍNIO / DISCIPLINA (ESPECIFIQUE)	50.0%	50.0%		100.0%	29.4%	70.6%	26.1%	73.9%

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro F - Investigadores em Geografia por subdomínio principal de actividade, segundo o sector de execução

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens Superior	TOTAL
Geografia Económica			2.6	2.6
Geografia Física Geral		3.7	4.1	7.8
Geografia Humana Geral	0.2	0.58	16.9	17.7
Geografia Regional	0.2		2.3	2.5
Geografia Cultural e Histórica			1.2	1.2
Geografia Social	0.3	1	1.4	2.7
Geografia Urbana	1.0	2.0	2.1	5.1
Outro domínio / disciplina	0.4		5.1	5.5
TOTAL	2.1	7.3	35.7	45.0

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro G - Doutorados em Geografia por subdomínio principal de actividade,
segundo o sector de execução**

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens Superior	TOTAL
Geografia Económica			1.3	1.3
Geografia Física Geral		0.7	1.5	2.2
Geografia Humana Geral			6.4	6.4
Geografia Regional			1.1	1.1
Geografia Cultural e Histórica			0.5	0.5
Geografia Social			0.4	0.4
Geografia Urbana		1.0	0.5	1.5
Outro domínio / disciplina	0.2		1.3	1.5
TOTAL	0.2	1.7	12.9	14.8

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro H - Doutoramentos em Geografia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996

1986-90	1991-96	Total
11	14	25

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

Quadro I - Número de doutoramentos em Geografia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição

Equivalências	2
Nacionais:	23
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	13
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	5
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	4
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	1

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

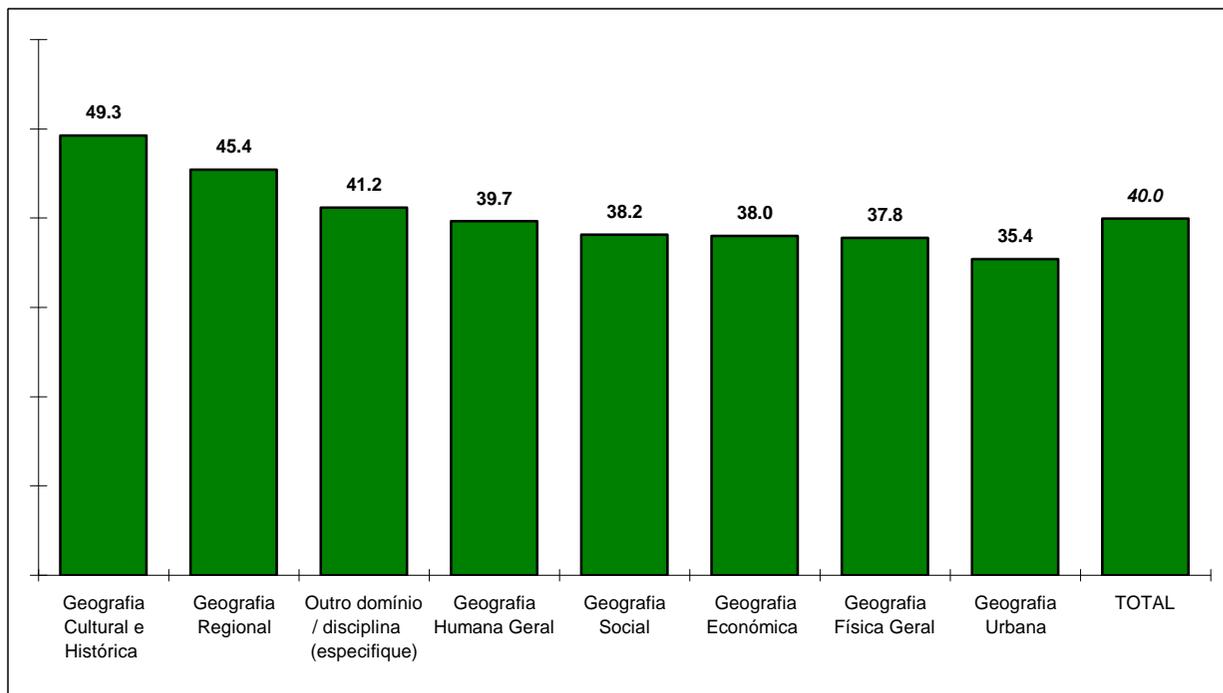
Quadro J - Projectos de I&D em Geografia em colaboração com outros países*

Países que colaboram em projectos de I&D	Nº de projectos em que cada país colabora
R.U.	2
Suiça	1
França	1
Cabo Verde	1
Alemanha	1
Total	6

Fonte: O.C.T- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

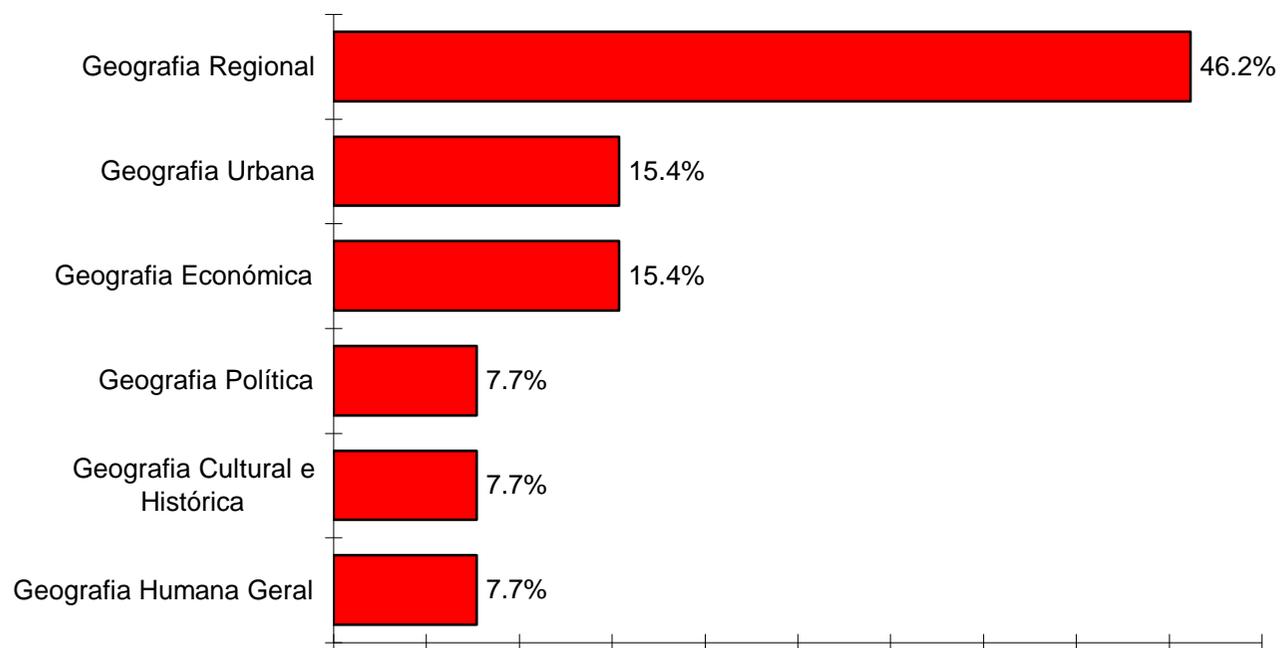
* O nº de projectos com colaboração internacional é de 4, no total dos 13 projectos de I&D em Geografia

Figura A - Média de Idades dos Investigadores em Geografia, por subdomínio principal de actividade



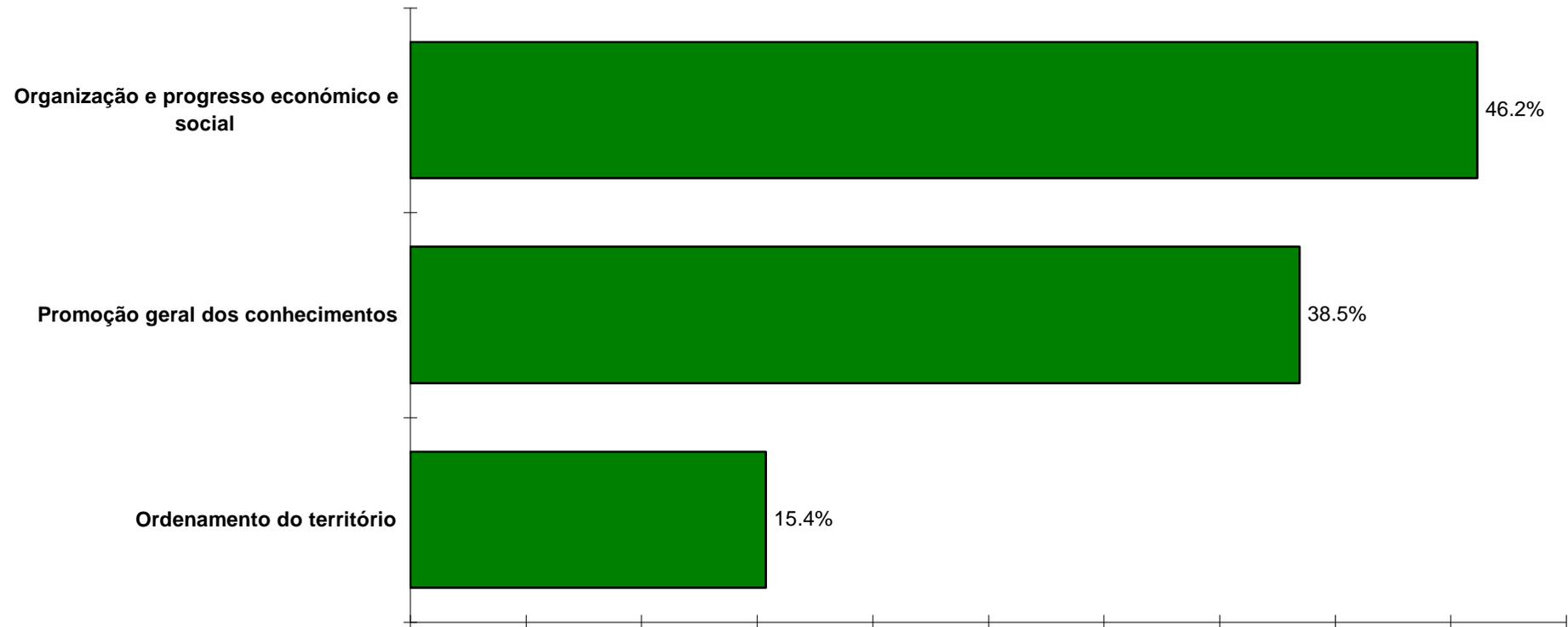
Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura B - Repartição dos projectos em Geografia, por subdomínio



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura C - Repartição dos projectos de I&D em Geografia, por objectivo sócio-económico



Fonte: OCT, Inquérito ao potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Lista de dissertações de doutoramento em Geografia entre 1986-1996

Autor	Título da Tese	Universidade Portuguesa	Ano (Grau)
CAETANO, LUCÍLIA DE JESUS	A INDÚSTRIA NO DISTRITO DE AVEIRO-ANÁLISE GEOGRÁFICA RELATIVA AO EIXO RODOVIÁRIO PRINCIPAL (EN N.1) ENTRE MALA POSTA E ALBERGARIA-A-NOVA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	86
FERRÃO, JOÃO MANUEL MACHADO	INDÚSTRIA E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL - UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA	UNIVERSIDADE DE LISBOA	86
ALEGRIA, MARIA FERNANDA SERRA	A ORGANIZAÇÃO DOS TRANSPORTES EM PORTUGAL (1850-1910) - AS VIAS E O TRÁFEGO	UNIVERSIDADE DE LISBOA	87
CRAVIDÃO, FERNANDA MARIA DA SILVA DIAS DELGADO	A POPULAÇÃO E O POVOAMENTO DE GANDARA (GENESE E EVOLUÇÃO).	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	88
PEREIRA, JOÃO VÍCTOR GONÇALVES DA SILVA	A SERRA DO CARAMULO - DESINTEGRAÇÃO DE UM ESPAÇO RURAL O SISTEMA DAS ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE - TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RESIDENCIAL E PRODUTIVO	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	88
ARAÚJO, MANUEL GARRIDO MENDES DE DIAS, MARIA HELENA TAVARES	LEITURA E COMPARAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM GEOGRAFIA GEOGRAFIA DA ABSTENÇÃO, DOS VOTOS NULOS E DOS VOTOS BRANCOS NAS ELEIÇÕES DE 1962, 1974 E 1982 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE DE LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA	88 88
SANTANA, MARINA DEL NEGRO ROQUE	DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO OESTE: PROBLEMAS E MÉTODOS	UNIVERSIDADE DE LISBOA	88
ABREU, DIOGO JOSÉ BROCHADO DE	POPULAÇÃO E TERRITÓRIO DO PAÍS E ÁREA METROPOLITANA	UNIVERSIDADE DE LISBOA	89
FONSECA, MARIA LUCINDA CRUZ SANTOS	SAÚDE: O TERRITÓRIO E AS DESIGUALDADES.	UNIVERSIDADE DE LISBOA	89
SIMÕES, JOSÉ MANUEL HENRIQUES	ACESSIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. ENSAIO METODOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA SAÚDE	UNIVERSIDADE DE LISBOA	90
RODRIGUES, ANA PAULA SANTANA	IMPACTOS AS OBRAS DE ENGENHARIA SOBRE O AMBIENTE BIOLÓGICO DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO (RIO DE JANEIRO-BRASIL)	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	93
CUNHA, SANDRA BAPTISTA DA	O COMÉRCIO NA CIDADE DO PORTO.	UNIVERSIDADE DE LISBOA	93
FERNANDES, JOSÉ ALBERTO VIEIRA RIO	LAZER, FÉRIAS E TURISMO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO NOROESTE DE PORTUGAL.	UNIVERSIDADE DO PORTO	93
MARTINS, LUÍS PAULO SALDANHA	A FLORESTA NO ESPAÇO E NO TEMPO EM PORTUGAL - A ARBORIZAÇÃO DA SERRA DA CABREIRA (1919-1975).	UNIVERSIDADE DO PORTO	93
VARETA, NICOLE FRANÇOISE DEVY	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PORTUGUESA - UM NOVO DESAFIO PARA OS AGRICULTORES DE CORUÇHE.	UNIVERSIDADE DO PORTO	93
FIRMINO, ANA MARIA VIEGAS	O FALSO NEURO EM GEOGRAFIA HUMANA GÉNERO E RELAÇÃO PATRIARCAL NO EMPREGO E NO TRABALHO DOMÉSTICO.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	93
ANDRÉ, ISABEL MARGARIDA	DUNAS E QUIAÍOS, GANDARA E SERRA DA BOA VIAGEM - UMA ABORDAGEM ECOLÓGICA DA PAISAGEM	UNIVERSIDADE DE LISBOA	94
ALMEIDA, ANTÓNIO CAMPAR	SERVIÇOS E RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA RAIA CENTRAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNIVERSIDADE DE LISBOA	95
PEREIRA, MARIA TERESA MENDES ALMEIDA ALVES	A TEIA E A TRAMA NA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E DO VESTUÁRIO.	UNIVERSIDADE DE LISBOA	95
PIRES, IVA MIRANDA	INTERNAL MIGRATION AND THE URBAN LABOR MARKET: THE CASE OF NORTHEASTERN AND SOUTHEASTERN BRAZIL.	UNIVERSIDADE DE LISBOA	95
ROCA, MARIA DA NAZARÉ AMORIM DE OLIVEIRA		UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	95
MADALENO, ISABEL MARIA FREIRE MARTINS		UNIVERSIDADE DE COIMBRA	96
LOUSADA, MARIA ALEXANDRE	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE EM LISBOA: FINAIS DO SÉCULO XVIII A 1834.	UNIVERSIDADE DE LISBOA	96
GARCIA, JOÃO CARLOS DOS SANTOS	A NAVEGAÇÃO NO BAIXO GUADIANA DURANTE O CICLO DO MINÉRIO (1857-1917).	UNIVERSIDADE DO PORTO	96

C.6. A investigação em Sociologia

C.6.1. Instituições

Em 1995, o OCT registava 45 *unidades de investigação* com actividades de I&D em Sociologia, que mobilizavam, no total e para este domínio, uma despesa da ordem dos 779420 contos e um conjunto de 163 ETI. Entre as quatro áreas disciplinares em análise, a Sociologia sobressai, de longe, pelo maior montante das suas despesas e pelo volume dos seus recursos humanos.

Uma consulta atenta do *Quadro A* mostra-nos, entretanto, um grupo internamente muito *diversificado*. Os recursos, materiais e humanos, encontram-se desigualmente distribuídos pelas regiões do País ou pelas diferentes instituições de acolhimento. E o próprio peso da investigação em Sociologia dentro de cada unidade, relativamente ao total da investigação que nela se realiza, varia muito amplamente de um caso para outro. Visto sob este prisma da instituição, o campo da Sociologia é, desde logo, marcado por uma acentuada heterogeneidade e esta marca interna de desequilíbrio constitui, sem dúvida, um factor a ter em conta no desenho de políticas científicas que se lhe dirijam.

Dentro destas 45 unidades recenseadas, a *Sociologia* detém o exclusivo da investigação em apenas 3 delas, todas situadas em Lisboa. De resto, e no que constitui o figurino mais comum, a investigação em Sociologia é acolhida em centros pluri-disciplinares e praticada na vizinhança próxima de outros domínios das ciências sociais: tem uma posição maioritária (entre os 70% e os 87%) em 7 unidades; constitui uma confortável minoria (entre os 22-40%) em 10, aparece em posição relativa discreta (10%-20%) em 14, surge com uma presença meramente residual (1%-10%) nas restantes 11. A *inserção institucional* fornece um primeiro sinal claro de diversidade.

O maior número (27) e as maiores unidades de investigação (em despesa e pessoal) *concentram-se* na Região de Lisboa e Vale do Tejo que, só por si, mobiliza cerca de 70% da despesa e do pessoal de I&D em Sociologia no País (cf. *Quadro B*). No interior da região, destaca-se a própria capital, onde se localizam 24 unidades e onde, mais especificamente, se encontram dois centros cuja importância histórica e actual no campo da Sociologia portuguesa é incontornável e se traduz neste retrato quantitativo. O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), com uma despesa de I&D em Sociologia (disciplina que domina, em exclusivo, o seu panorama de investigação) de 140 769 contos, um total de 33,8 ETI afectos a essa actividade, está ligado ao ISCTE, primeira instituição a conceder, em 1974, uma licenciatura em Sociologia no País. O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (com uma despesa de 73 265 contos e um contingente de 10 ETI), multidisciplinar (a investigação em Sociologia tem um peso de 1/3 no total das actividades realizadas), resultou da integração, em 1982, do antigo Gabinete de Investigações Sociais na Universidade de Lisboa, pioneiro em matéria de pesquisa nestas áreas. Entre os dois, e dentro do panorama institucional retratado, CIES-ISCTE e ICS-

UL concentram cerca de 27% do total da despesa e do pessoal em I&D em Sociologia. À distância surge ainda, na mesma região, o mais recente Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, que mobiliza uma despesa de 56 272 contos e 11,6 ETI.

À referida concentração junta-se uma *dispersão de outros centros* ao longo da *faixa litoral* do Continente. Na Região Norte (com um total de 6 unidades, correspondentes a 11% do total da despesa e pessoal de I&D em Sociologia no País) sobressaem as cidades de Porto (com 4) e Braga (com 1). É de destacar a existência do Centro de Ciências Históricas e Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (com uma despesa em I&D de 45 559 contos, 9,2 ETI). Na Região Centro (com um total de 7 unidades, captando outros 11% do total da despesa e pessoal), destacam-se Coimbra (com 3) e Aveiro (1), sendo de assinalar a presença do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, outro pólo nacional de dimensão considerável (28 849 contos, 6,3 ETI) e com uma projecção crescente no panorama português. No Algarve, encontramos apenas 1 unidade, sediada em Faro.

No *interior* do País funcionam 6 unidades de investigação que podemos considerar, à escala nacional, de muito pequena (Guarda), pequena (V. Real) ou média dimensão (Évora, Covilhã). O Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (33 298 contos de despesa, 7,3 ETI) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior (19 123 contos, 3,5 ETI) destacam-se como pólos dinamizadores nesta faixa interior, consideravelmente desertificada – também em termos de investigação. Não há qualquer unidade recenseada na Região Autónoma dos Açores, ao contrário da Madeira, onde se localiza uma.

A *dimensão institucional*, quantitativamente caracterizada pelo OCT, tem uma importância decisiva na configuração deste universo: a disparidade de “pesos” que introduz entre as suas várias componentes virá a ter uma tradução na medida da *qualidade da investigação* que nelas se pratica. As maiores unidades de investigação foram aquelas que obtiveram as mais altas classificações concedidas pela equipa internacional de avaliadores do Programa Plurianual, em 1996.

Quanto a *sectores de execução*, e como podemos concluir consultando também o *Quadro B*, notamos um franco predomínio numérico das instituições do ensino superior (em que se inserem 30 das 45 unidades); no entanto, é de assinalar que uma significativa parcela (10 unidades) constituem instituições privadas sem fins lucrativos, e outras 5 são instituições estatais. Sob outro prisma (*Quadros C, D*) surge mais claramente a presença importante das IPSFL no actual campo da investigação em Sociologia: o sector do ensino superior detém cerca de 62 % do total da despesa de I&D em Sociologia, 59% do pessoal nessa actividade, 54% do total de projectos; mas as IPSFL mobilizam, por seu lado, 34% da despesa, 37% do pessoal e 44% dos projectos. Aliada à composição etária dos seus investigadores (mais jovens), a capacidade de captação de verbas e de projectos das IPSFL parece indiciar um papel crescente destas instituições no futuro próximo.

A investigação no domínio da Sociologia faz-se portanto, maioritariamente, sob a tutela da academia e da sua lógica docente. Aliás, a existência de uma franja significativa de IPFL não representa, muitas vezes, uma experiência de investigação “alternativa”, mas antes o mero recurso pragmático a uma fórmula jurídica mais flexível (do ponto de vista burocrático-administrativo ou financeiro), por parte de docentes de instituições do ensino superior que, assim, enquadram mais agilmente as suas actividades. Naquela dependência reside, pensamos, uma das facetas vulneráveis da investigação nesta área, colocada, desde logo e “à nascença”, em concorrência com as actividades lectivas; tendo em conta o funcionamento das universidades portuguesas, sabemos que entre ensino e investigação não existe uma relação de igualdade ou reciprocidade: as actividades de docência impõem-se com uma clara prioridade sobre as actividades de pesquisa e remetem-nas para um segundo plano. Dificilmente, portanto, o papel de investigador em Sociologia se pode libertar de uma pesada componente docente, e esta sobrecarga retira autonomia, fôlego e disponibilidade para a carreira de investigação.

C.6.2. Investigadores

O perfil dos investigadores que trabalham nas 45 unidades pode ser traçado em função da *idade* e do *sexo*, de resto duas variáveis aqui associadas entre si. Quanto à primeira, a *Fig. A* evidencia uma idade média que ronda os 40,5 anos, o valor mínimo obtido dentro do conjunto das 4 disciplinas que integram o domínio em análise.

A média final recobre, porém, situações diferentes. Uma leitura atenta da distribuição da *idade* por *subdomínio principal* de actividade dos investigadores revela, primeiro, que ela oscila entre um valor máximo (44,5 anos, para a Sociologia do Direito) e um valor mínimo (33,3 anos, para a Sociologia da Arte); e que os subdomínios tendem a organizar-se em dois conjuntos: um primeiro, que reúne um conjunto de áreas de investigação mais envelhecidas, aquelas com que se iniciou o percurso histórico da Sociologia em Portugal, como a Sociologia do Direito, do Desenvolvimento, do Trabalho, da Comunicação Social ou a Sociologia Política; e um outro, que engloba ramos mais rejuvenescidos, como a Sociologia da Arte, das Organizações, da Cultura ou a Sociologia Rural e Urbana.

A repartição por *género* revela a presença maioritária das *mulheres* (52,1%) no conjunto de investigadores de I&D em Sociologia, valor máximo entre as disciplinas em análise. A Sociologia é assim, das quatro, aquela que se encontra actualmente mais rejuvenescida e feminizada; curiosamente, estes dados do OCT recuperam traços da história recente da sua implantação em Portugal e aqui ilustram a sucessão, no tempo, das duas gerações de sociólogos a que já nos referimos, com uma diferente composição de género e seduzidas por distintos objectos de investigação. A presença de investigadoras (cf. *Quadro E*) é particularmente relevante em certos subdomínios, tendencialmente também aqueles em que sobressaem idades médias mais baixas: Sociologia da Arte (100%), Sociologia da Cultura (71,4%), Sociologia Industrial (69,2%), Sociologia Rural e Urbana (60,9%), Sociologia da Educação (58,9%), Demografia ou Outro Domínio (cerca de 55%); pelo contrário, os redutos masculinos (e, de certa forma, os mais tradicionais e envelhecidos)

são a Sociologia do Direito e da Comunicação Social (100% de homens), Sociologia Política (88,9%), Sociologia do Desporto e da Educação Física (66,7%), Metodologia da Sociologia e Sociologia das Organizações (ambas com 60%).

No seu conjunto, os investigadores distribuem-se muito desigualmente pelos diversos *subdomínios* contemplados na grelha classificatória (cf. *Quadros F e G*). Vale a pena sublinhar que os subdomínios oficialmente considerados estão francamente desfasados daqueles a que hoje, efectivamente, se consagram os investigadores em Sociologia; um dos sintomas desta desadequação (comprometedora de interpretações aprofundadas) é o facto de a categoria “outro domínio da disciplina” ter deixado de ser estatisticamente residual. O subdomínio que, de longe, reúne mais praticantes (39,7 ETI) ou mesmo doutorados (12,4 ETI) é justamente este, de contornos completamente vagos. A manifesta inadequação da tabela em vigor revela, genericamente, as mudanças rápidas que se introduziram no campo da Sociologia portuguesa nos anos recentes mas exige, na prática, que as *categorias* sejam *urgentemente revistas* e adequadas à realidade actual. Voltando porém aos subdomínios recenseados, surgem depois da dita categoria, bem mais à distância, a Sociologia da Educação (27,5 ETI, 8,4 ETI doutorados), a Sociologia Geral (22 ETI, 2,7 ETI doutorados), a Sociologia Rural e Urbana (19,8 ETI, 5,9 ETI doutorados) e a Sociologia do Trabalho (16,3 ETI, 1,5 ETI doutorados). O peso dos doutorados no conjunto do pessoal de investigação (26,1%) aproxima-se da média geral obtida para o conjunto das quatro disciplinas em análise.

C.6.3. Projectos

Em 1995, o OCT contabilizava 147 *projectos de investigação em curso*, representando uma despesa média de 5 302 contos por projecto. A maioria desses projectos era realizada em instituições do ensino superior (54%), embora se deva sublinhar, também sob este prisma, o peso das IPSFL (sector de execução de 44% dos projectos).

Como seria de esperar, e apesar da inadequação da grelha classificatória, os projectos distribuem-se muito desigualmente pelos vários *subdomínios* (*Fig. B*). Dois deles têm uma projecção claramente superior aos restantes: quase 1/3 incluem-se na imprecisa categoria de “outro domínio” (recobrando, por certo, estudos sobre a família, juventude, ambiente, de Sociologia Económica ou Histórica), outros 15,6% na Sociologia da Educação; a Sociologia Rural e Urbana, do Desenvolvimento, Geral e da Cultura captam, cada uma e em média, 8% dos projectos; a Sociologia do Trabalho, Política, das Organizações e do Direito, outros 4-5%; finalmente, subdomínios como a Comunicação Social, Demografia, Metodologia da Sociologia, Sociologia da Arte e Industrial têm um peso, em termos de projectos, francamente residual (1% do total, em média). Vale a pena notarmos, neste leque, a subvalorização dos estudos mais estritamente teóricos ou metodológicos - ausência igualmente assinalada no processo de avaliação internacional das unidades, em 1996.

Quanto aos seus *objectivos sócio-económicos* (Fig. C), notamos que predominam os de carácter mais geral de “Organização e progresso económico e social” (visados por 46,9% dos projectos) e os de “Promoção geral dos conhecimentos” (com um peso idêntico).

A *internacionalização*, medida a partir das colaborações internacionais envolvidas nestes projectos, é limitada (e muitíssimo inferior, por exemplo, à da vizinha Geografia): apenas 12 projectos dos 147 no domínio da Sociologia (8,2%) envolvem a participação de outros países (cf. *Quadro J*). Entre estes destacam-se países europeus, como o Reino Unido, a Alemanha, a França e, mais modestamente, Espanha, Grécia e Itália. A colaboração científica com países de língua oficial portuguesa é muito escassa.

C.6.4. Doutoramentos

Realizaram-se, em Sociologia, 79 *doutoramentos* entre os anos de 1986 e 1996 (*Quadro H*). Este número, de longe o mais elevado entre as 4 disciplinas das ciências sociais, revela o processo de crescimento e qualificação acelerada dos seus recursos humanos. Esta expansão é mais rápida no último quinquénio (1991-1996), durante o qual se realizaram 54 doutoramentos (68% do total). É de notar, ainda, a percentagem significativa de doutoramentos realizados no estrangeiro, e mais tarde reconhecidos em Portugal: 30 em 79 (38%).

Quanto às *escolas* que conferem este grau, a sua importância segue, sensivelmente, a da ordem, no tempo, de criação de licenciaturas (*Quadro I*). Entre todas, o ISCTE detém uma posição cimeira, tendo conferido 19 dos 49 graus nacionais de doutor; segue-se a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (13 doutoramentos); outras instituições vêm-se afirmando mais recentemente: a Universidade de Évora (com 7 doutoramentos), a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (4), o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (4) e, claramente estreatantes neste processo de credibilização, a Universidade do Minho (1) e a de Trás-os-Montes e Alto Douro (1).

A leitura dos títulos das dissertações apresentadas entre 1986 e 1996 revela a ampla diversidade dos *temas de doutoramento* tratados e o predomínio, quase absoluto, do espaço português como terreno empírico da investigação (cf. *Lista em Anexo*). Numa tentativa de sistematização da informação, agrupámos os temas em conjuntos, de peso relativo muito diverso. Os contornos temáticos das investigações são então, em traços largos, os seguintes: Estado, regimes, poderes, discurso, ideologias e partidos políticos, elites (15 dissertações); famílias e grupos domésticos, fecundidade e transição demográfica, gerações e condições de género (14 dissertações); classes sociais, propriedade, movimentos sociais (7 dissertações); educação, escola, formação e ensino (6 dissertações); indústria, trabalho, organizações, inovação tecnológica (6 dissertações); movimentos migratórios, migrantes, (re)construções de identidade de minorias étnicas (5 dissertações); cidades, urbanização, crescimento urbano (3 dissertações); culturas, identidades culturais (3 dissertações); espaços e relações económicas (3 dissertações);

teoria sociológica (2 dissertações); religião e crenças religiosas (2 dissertações); outros temas (13 dissertações).

Quadro A - Instituições com actividades de I&D em Sociologia, 1995

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da Investi gação	Despesa em I&D em Sociologi	Pessoal em I&D em Sociolo
GABINETE DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA APLICADA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	100%	8,588	4.0
CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS	UNIVERSIDADE ABERTA	LISBOA	100%	56,272	11.6
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA - CIES	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	100%	140,769	33.8
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	CASTELO BRANCO	87%	19,123	3.5
CENTRO DE ESTUDOS TERRITORIAIS - CET	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	82%	20,386	6.7
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E REABILITAÇÃO		LISBOA	80%	6,438	1.8
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	70%	33,298	7.3
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS ORGANIZAÇÕES	INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	LISBOA	70%	21,547	3.9
INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO	COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR SERVIÇO SOCIAL, CRL	PORTO	70%	6,033	2.5
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	50%	32,256	6.0
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA SOCIOECONÓMICA - DINÂMIA	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	40%	15,602	4.4
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS ECONÓMICOS - CIDEC	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	40%	19,424	5.0
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - CES	FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	39%	28,849	6.3
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	35%	22,589	5.4
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	33%	73,265	10.0
CENTRO DE ECONOMIA AGRÁRIA E SOCIOLOGIA RURAL	INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	LISBOA	30%	21,578	4.0
CENTRO DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO	BRAGA	27%	45,559	9.2
CENTRO DE ESTUDOS DE GERONTOLOGIA SOCIAL	UNIVERSIDADE INTERNACIONAL	LISBOA	25%	1,646	0.3
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	VILA REAL	25%	10,796	2.3
FACULDADE DE ECONOMIA	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	22%	28,079	6.0
SECÇÃO AUTÓNOMA DE GESTÃO E ENGENHARIA INDUSTRIAL	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	AVEIRO	20%	4,803	0.6
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CICSA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	SETÚBAL	20%	26,700	6.4
CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	20%	8,923	1.7
GABINETE DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - GEDES	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	20%	6,806	1.0
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA AGRÁRIAS	ESTAÇÃO AGRONÓMICA NACIONAL / INIA	LISBOA	18%	14,512	2.7
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO - SANTARÉM	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	SANTARÉM	15%	10,322	2.3
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	13%	11,155	2.1
SECÇÃO AUTÓNOMA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	CASTELO BRANCO	12%	1,598	0.4
INSTITUTO ORIENTAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	10%	995	0.3
LABORATÓRIO COREOGRÁFICO	FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	LISBOA	10%	3,389	0.7
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E ORIENTAIS	UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D HENRIQUE	PORTO	10%	4,679	1.0
CENTRO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL E SOCIAL	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	10%	1,528	0.4
CENTRO DE ETNOLOGIA ULTRAMARINA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	10%	2,518	0.6
GRUPO DE INVESTIGAÇÃO EM ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS - GIESTA	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	10%	1,874	0.4
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - PORTO	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	PORTO	8%	12,221	1.9
INSTITUTO INTEGRADO DE APOIO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA - IAIC	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	LISBOA	7%	12,680	1.3
UNIDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	FARO	5%	2,632	0.5
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO	INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	LISBOA	5%	464	0.1
INSTITUTO SUPERIOR DE ARTE E DESIGN	UNIVERSIDADE DA MADEIRA	R. A. MADEIRA	5%	2,514	0.5
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	4%	1,555	0.3
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES		LISBOA	4%	4,014	1.1
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - IEFP		LISBOA	4%	7,616	1.8
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS - UNINOVA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	SETÚBAL	3%	18,055	1.1
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO - GUARDA	INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	GUARDA	1%	1,676	0.4
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MADEIRA - CITMA		R. A. MADEIRA	1%	4,094	0.0
45				779,420	163.0

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

* Percentagem de despesa em actividade de I&D no domínio da Sociologia, sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Quadro B - Distribuição das unidades com actividade de I&D em Sociologia, por região e distrito, segundo o sector de execução, 1995

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	Estado	Ensino Superior	Total
Norte				
Braga			1	1
Porto			4	4
Vila Real			1	1
Centro				
Aveiro			1	1
Castelo Branco			2	2
Coimbra	1		2	3
Guarda			1	1
Lx e V. do Tejo				
Lisboa	7	5	12	24
Santarém			1	1
Setúbal	1		1	2
Alentejo				
Évora			2	2
Algarve				
Faro			1	1
Madeira				
	1		1	2
Total	10	5	30	45

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

**Quadro C - Distribuição da despesa em actividade de I&D em Sociologia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Totais	
	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)	(10 ³ Esc)	(%)
Norte								
Braga					45,559	9.5%	45,559	5.8%
Porto					29,738	6.2%	29,738	3.8%
Vila Real					10,796	2.2%	10,796	1.4%
Sub-Total					86,093	17.9%	86,093	11.0%
Centro								
Aveiro					4,803	1.0%	4,803	0.6%
Castelo Branco					20,722	4.3%	20,722	2.7%
Coimbra	28,849	10.8%			29,634	6.2%	58,483	7.5%
Guarda					1,676	0.3%	1,676	0.2%
Sub-Total	28,849	10.8%			56,835	11.8%	85,685	11.0%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	217,173	81.0%	30,189	100.0%	240,078	49.9%	487,440	62.5%
Santarém					10,322	2.1%	10,322	1.3%
Setúbal	18,055	6.7%			26,700	5.6%	44,755	5.7%
Sub-Total	235,228	87.7%	30,189	100.0%	277,100	57.6%	542,516	69.6%
Alentejo								
Évora					55,887	11.6%	55,887	7.2%
Sub-Total					55,887	11.6%	55,887	7.2%
Algarve								
Faro					2,632	0.5%	2,632	0.3%
Sub-Total					2,632	0.5%	2,632	0.3%
Madeira	4,094	1.5%			2,514	0.5%	6,607	0.8%
Total	268,171	100.0%	30,189	100.0%	481,061	100.0%	779,420	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

**Quadro D - Distribuição do pessoal em actividade de I&D em Sociologia,
por região e distrito, segundo o sector de execução**

	Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		Estado		Ens. Superior		Totais	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
Norte								
Braga					9.2	9.6%	9.2	5.7%
Porto					6.3	6.6%	6.3	3.9%
Vila Real					2.3	2.4%	2.3	1.4%
Sub-Total					17.8	18.6%	17.8	10.9%
Centro								
Aveiro					0.6	0.6%	0.6	0.4%
Castelo Branco					3.8	4.0%	3.8	2.4%
Coimbra	6.3	10.4%			6.2	6.5%	12.6	7.7%
Guarda					0.4	0.4%	0.4	0.2%
Sub-Total	6.3	10.4%			11.0	11.5%	17.3	10.6%
Lx e V. do Tejo								
Lisboa	53.4	87.9%	6.5	100.0%	44.4	46.5%	104.4	64.1%
Santarém					2.3	2.4%	2.3	1.4%
Setúbal	1.1	1.8%			6.4	6.7%	7.4	4.6%
Sub-Total	54.5	89.6%	6.5	100.0%	53.1	55.6%	114.2	70.1%
Alentejo								
Évora					12.6	13.2%	12.6	7.8%
Sub-Total					12.6	13.2%	12.6	7.8%
Algarve								
Faro					0.5	0.5%	0.5	0.3%
Sub-Total					0.5	0.5%	0.5	0.3%
Madeira	o	0.1			0.5	0.5%	0.5	0.3%
Total	60.9	100.0%	6.5	100.0%	95.6	100.0%	163.0	100.0%

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

o Dado inferior à metade da unidade utilizada

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas,
em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Quadro E - Distribuição dos Investigadores em Sociologia, por subdomínio principal de actividade, segundo o sexo e o sector de execução

	IPsFL		ESTADO		ENS. SUPERIOR		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
SOCIOLOGIA	41.9%	58.1%	43.4%	56.6%	51.9%	48.1%	47.9%	52.1%
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	75.0%	25.0%	33.3%	66.7%	71.4%	28.6%	55.0%	45.0%
SOCIOLOGIA GERAL	30.0%	70.0%	44.4%	55.6%	63.6%	36.4%	53.8%	46.2%
SOCIOLOGIA INDUSTRIAL	22.2%	77.8%			50.0%	50.0%	30.8%	69.2%
SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES	66.7%	33.3%	25.0%	75.0%	69.2%	30.8%	60.0%	40.0%
SOCIOLOGIA POLÍTICA	100.0%	0.0%			85.7%	14.3%	88.9%	11.1%
SOCIOLOGIA RURAL E	45.0%	55.0%	50.0%	50.0%	27.8%	72.2%	39.1%	60.9%
SOCIOLOGIA DO TRABALHO	33.3%	66.7%	57.1%	42.9%	66.7%	33.3%	48.9%	51.1%
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	40.0%	60.0%	33.3%	66.7%	41.7%	58.3%	41.1%	58.9%
SOCIOLOGIA DO DIREITO	100.0%	0.0%			100.0%	0.0%	100.0%	0.0%
SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	100.0%	0.0%			100.0%	0.0%	100.0%	0.0%
SOCIOLOGIA DA ARTE	0.0%	100.0%					0.0%	100.0%
SOCIOLOGIA DA CULTURA	33.3%	66.7%		100.0%	30.0%	70.0%	28.6%	71.4%
SOCIOLOGIA DO DESPORTO E DA EDUCAÇÃO FÍSICA			66.7%	33.3%			66.7%	33.3%
METODOLOGIA DA SOCIOLOGIA	28.6%	71.4%			87.5%	12.5%	60.0%	40.0%
DEMOGRAFIA					44.4%	55.6%	44.4%	55.6%
OUTRO DOMÍNIO / DISCIPLINA (ESPECIFIQUE)	48.1%	51.9%		100.0%	44.8%	55.2%	44.8%	55.2%

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro F - Investigadores em Sociologia por subdomínio principal de actividade, segundo o sector de execução

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens. Superior	TOTAL
Sociologia do Desenvolvimento	1.9	1.7	3.6	7.2
Sociologia Geral	6.1	4	11.9	22.0
Sociologia Industrial	6.8		1.6	8.4
Sociologia das Organizações	1.9	0.2	5.5	7.6
Sociologia Política	0.6		3.8	4.4
Sociologia Rural e Urbana	8.9	1.9	9.1	19.8
Sociologia do Trabalho	8.5	2	5.8	16.3
Sociologia da Educação	3.6	2	21.9	27.5
Sociologia do Direito	0.9		0.3	1.2
Sociologia da Comunicação Social	0.5		1.5	2.0
Sociologia da Arte	2.9			
Sociologia da Cultura	1.1	0.9	4.1	6.1
Metodologia da Sociologia	1.4		3.6	5.0
Demografia			3.2	3.2
Outro domínio / disciplina	13.2		26.5	39.7
TOTAL	58.1	12.7	102.2	173.0

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro G - Doutorados em Sociologia por subdomínio principal de actividade, segundo o sector de execução

(ETI)

	IPsFL	Estado	Ens. Superior	TOTAL
Sociologia do Desenvolvimento	0.6	0.3	1.0	1.9
Sociologia Geral	0.1		2.6	2.7
Sociologia Industrial	1.8		0.5	2.3
Sociologia das Organizações			1.2	1.2
Sociologia Política	0.6		1.3	1.9
Sociologia Rural e Urbana	3.2	1.0	1.8	5.9
Sociologia do Trabalho	0.7		0.8	1.5
Sociologia da Educação	0.5		7.9	8.4
Sociologia do Direito	0.6		0.3	0.9
Sociologia da Comunicação Social			1.5	1.5
Sociologia da Cultura		0.9	1.4	2.3
Metodologia da Sociologia	0.2		1.0	1.2
Demografia			1.2	1.2
Outro domínio / disciplina	2.0		10.4	12.4
TOTAL	10.2	2.2	32.7	45.1

Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Quadro H - Doutoramentos em Sociologia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996

1986-90	1991-96	Total
25	54	79

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

Quadro I - Número de doutoramentos em Sociologia, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição

Equivalências	30
Nacionais:	49
Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa	19
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	13
Universidade de Évora	7
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra	4
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa	4
Universidade do Minho	1
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1

Fonte: OCT e Instituto Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramentos nas Universidades Portuguesas

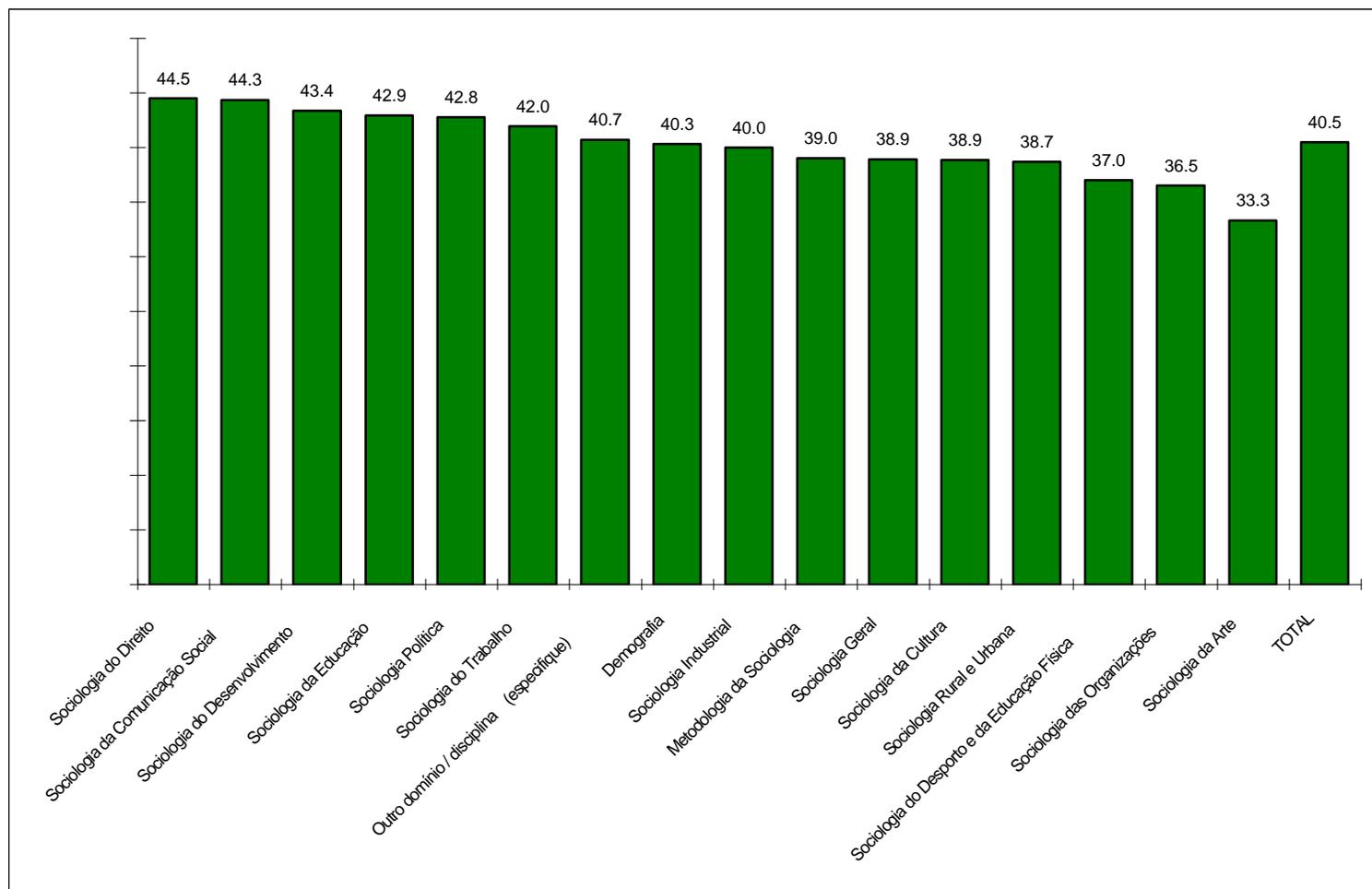
Quadro J - Projectos de I&D em Sociologia em colaboração com outros países*

Países que colaboram em projectos de I&D	Nº de projectos em que cada país colabora
R.U.	7
Outros	7
Alemanha	3
França	3
Angola	1
Brasil	1
Espanha	1
Grécia	1
Itália	1
Total	25

Fonte: O.C.T.- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

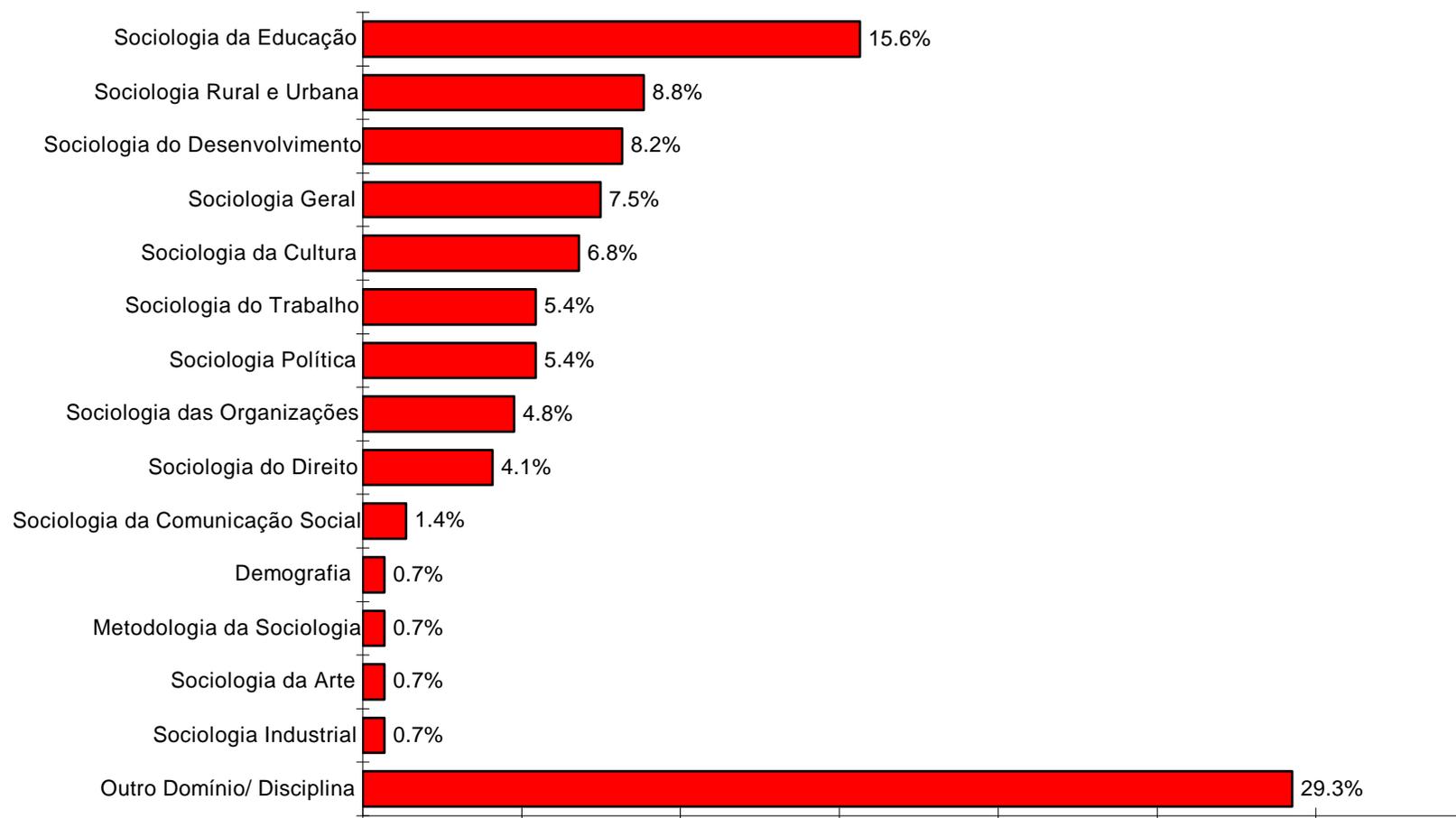
*O nº de projectos em colaboração internacional é de 12, no total dos 147 projectos de I&S em Sociologia

Figura A - Idades Médias dos Investigadores em Sociologia, por subdomínio principal de actividade



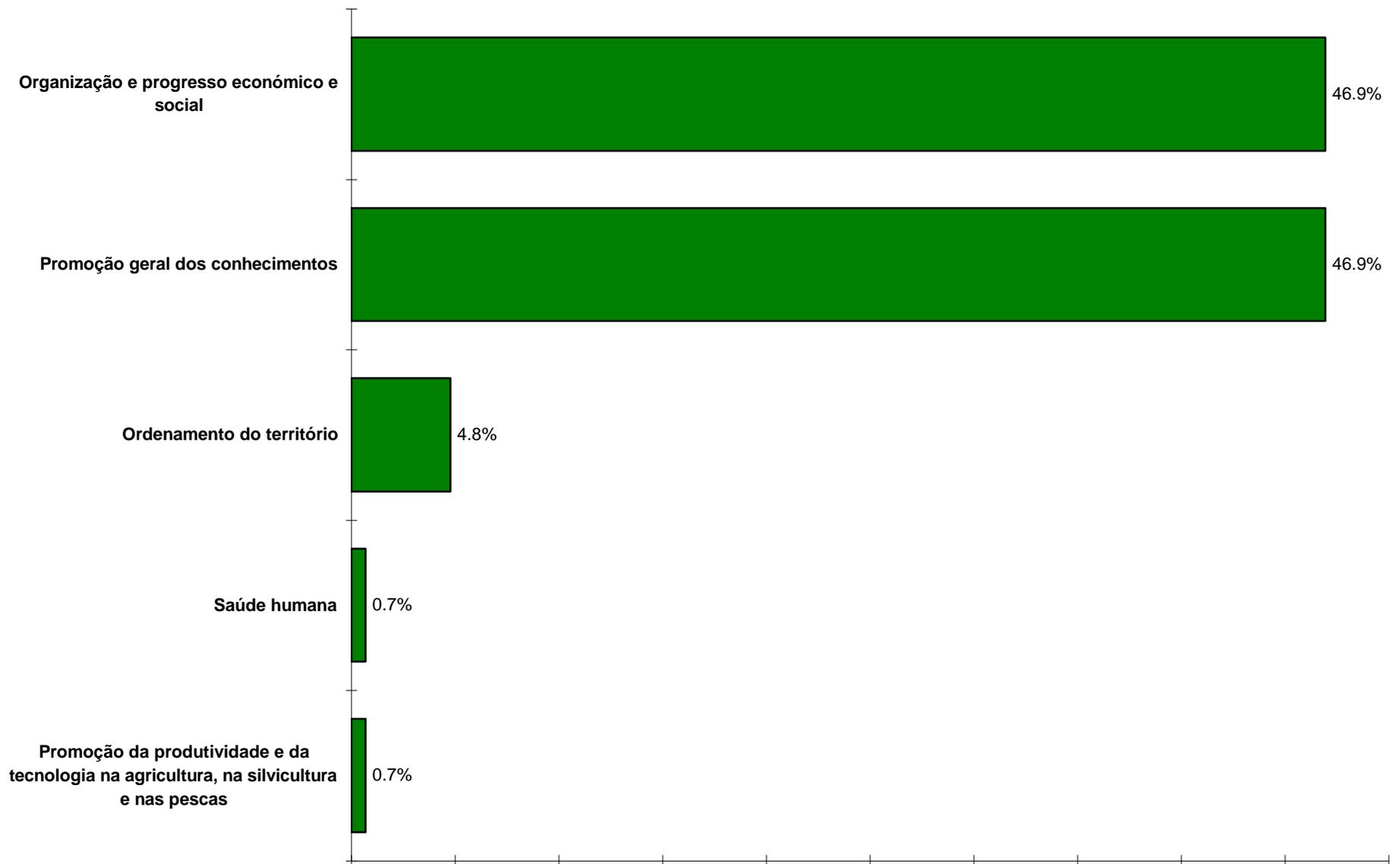
Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura B - Repartição dos projectos em Sociologia, por subdomínio



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1995

Figura C - Repartição dos projectos de I&D em Sociologia, por objectivo sócio-económico



Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico nacional 1995

Lista de dissertações de doutoramento em Sociologia entre 1986-1999

Autor	Título da Tese	Universidade Portuguesa
BARROS, AFONSO MORAIS SARMENTO DE MEDEIROS, FERNANDO DA CONCEIÇÃO	DO LATIFUNDIO A REFORMA AGRARIA - O CASO DE UMA FREGUESIA DO BAIXO ALENTEJO CLASSES SOCIALES, ETAT ET DEVELOPPEMENT. PORTUGAL 1917-1926 DESINDUSTRIALIZATION IN NORD-PAS-DE-CALAIS: THE RESTRUCTURIN OF CAPITAL AND THE DISORGANIZATION OF TRADITIONAL WORKING CLASS COMMUNITY	ISCTE ISCTE
STOLEROFF, ALAN DAVID SILVA, MARIA MANUELA MACHADO DA CRUZ, MANUEL ANTÓNIO GARCIA BRAGA DA FERREIRA, VITOR MANUEL MATIAS HEIMER, FRANZ-WIHELM MOZZICAFREDDO, JUAN PEDRO PASSOS, MARCELINO HENRIQUE R. DE LYRA JUSTINO, JOSÉ DAVID GOMES PINTO, ANTÓNIO URBANO JANEIRO C. FIALHO FREIRE, JOÏO CARLOS DE OLIVEIRA MOREIRA AMÂNCIO, LÍGIA BARROS QUEIROZ LOPES, FERNANDO M. FARELO OLIVEIRA, JOSÉ MANUEL PAQUETE DE SOUSA, MAGDA DE AVELAR PINHEIRO DE STOCK, MARIA JOSÉ DE SOUSA DIAS FERNANDEZ LOUREN,O, NELSON MANUEL DE OLIVEIRA ALMEIDA, ANA MARGARIDA SEABRA NUNES DE CARAPINHEIRO, GRAÇA MARIA GOUVEIA DA SILVA NOBRE, ANA ALICE FURTADO NUNES PATRICIO, MARIA TERESA DE MORAIS SARMENTO HESPANHA, PEDRO MANUEL TEIXEIRA BOTELHO BAGANHA, MARIA IOANNIS BENIS BALSA, CASIMIRO MANUEL MARQUES CRUZEIRO, MARIA EDUARDA ANTUNES DA SILVA PAIS, JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DA SILVA LOPES, POLICARPO DOS SANTOS AFONSO BARRETO, ANTÓNIO MIGUEL MORAIS GUERRA, ISABEL MARIA PIMENTEL CARVALHO SCHIEFER, ULRICH SILVA, AUGUSTO ERNESTO SANTOS RAMOS, FRANCISCO MARTINS LEANDRO, MARIA ENGRÁCIA JESUS, ANTÓNIO PAULO BRANDÃO MONIZ CÂMARA, JOÃO LUÍS BETTENCOURT DA NUNES, JOÃO CARLOS FREITAS ARRISCADO	A CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR - O SUPORTE ADMINISTRATIVO E AS SUAS CONSEQUENCIAS SOCIAIS O PARTIDO E O ESTADO NO SALAZARISMO-VOL.1 E 2 A CIDADE DE LISBOA - DE CAPITAL DO IMPERIO A CENTRO DA METROPOLE DER ENTKOLONISIERUNGSKONFLIKT IN ANGOLA ETAT, MOUVEMENTS ET LUTES SOCIALES - PROCESSUS POLITIQUE PORTUGAIS 1974-1976 DER NIEDERGANF DES FASCHISMUS IN PORTUGAL A FORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÓMICO NACIONAL -PORTUGAL 1810-1913 MUDANÇA EM ALQUEVA IDEOLOGIA, OFICIO E PRATICAS SOCIAIS - O ANARQUISMO E O OPERARIADO EM PORTUGAL 1900-1940 - VOL. I E II FACTORES PSICOSSOCIOLOGICOS DA DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO A 1ª REPÚBLICA PORTUGUESA: QUESTÃO ELEITORAL E DESLEGITIMAÇÃO FORMAS DE CENSURA OCULTA NA IMPRENSA ESCRITA EM PORTUGAL NOS POS 25 DE ABRIL (1974-1987) CHEMINS DE FER, STRUCTURE FINANCIERE DE L'ETAT ET DEPENDENCE EXTERIEURE AU PORTUGAL ELITES, FAÇOES E CONFLITO INTRA-PARTIDARIO: O PPD/PSD E O PROCESSO POLITICO PORTUGUES DE 1974 A 1989 FAMILIA RURAL E INDÚSTRIA. MUDANÇA SOCIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DE LEIRIA A FABRICA E A FAMILIA - FAMILIAS OPERARIAS NO BARREIRO SABERES E PODERES NO HOSPITAL. ESTUDO SOCIOLOGICO DE DOIS SERVIÇOS HOSPITALARES LAMAS, VILLAGE ET TRAS-OS-MONTES - PERMANENCE ET TRANSFORMATIONS (1980-86) STATE-LED INDUSTRIALIZATION AND POPULAR RESISTENCE: THE SINES INDUSTRIAL PROJECT IN PORTUGAL A PROPRIEDADE MULTIFORME - UM ESTUDO SOCIOLOGICO SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DOS SISTEMAS FUNDIARIOS EM PORTUGAL INTERNATIONAL LABOR MOVEMENTS: PORTUGUESE EMIGRATION TO THE UNITED STATES 1820-1930 LA STRUCTURE DES APPARTENANCES. LA FIXATION DES APPARTENANCES PAR LE CHAMP SCOLAIRE SIECLE FORMAS SOCIAIS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA. OS JOVENS ATRAVÉS DOS SEUS QUOTIDIANOS SIGNIFICATION DE FATIMA DANS UN CONTEXTE DE TRANSACTION SOCIO-SYMBOLIQUE ET RELIGION POPULAIRE L'ETAT DE LA SOCIETE CIVILE AU PORTUGAL: REVOLUTION ET REFORME AGRAIRE EN ALENTEJO, 1974-76 CHANGEMENTS URBAINES ET MODES DE VIE DANS LA PENINSULE DE SETUBAL DE 1974 A 1986 TRANSATLANTISCH ORIENTERT STRUKFUREN AN DER OBEREN GUINEKUS TE, UNTUSUCHT AM BEISPLEL VON GUINf-BISSAU TEMPOS CRUZADOS: UM ESTUDO INTERPRETATIVO DA CULTURA POPULAR OS PROPRIETARIOS DA SOMBRA - VILA VELHA REVISITADA AU-DELA DES APPARENCES. L'INSERTION SOCIALE DES PORTUGAIS DANS L'AGGLOMERATION PARISIENNE PROCESSOS DE MUDANÇA TECNOLÓGICA E ORGANIZACIONAL NA INDÚSTRIA PORTUGUESA ANALISE ESTRUTURAL CONTEMPORANEA. A EMERGENCIA DE UM MODELO - LOUIS ALTHUSSER AS TEIAS DA FAMILIA. A CONSTRUÇÃO INTERACCIONAL DAS SOLIDARIEDADES PRIMARIAS ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA DO DECLÍNIO DA FECUNDIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA DÉCADA DE 80 - O CASO PARTICULAR DO CUSTO ECONÓMICO DA CRIANÇA.	ISCTE UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA ISCTE ISCTE ISCTE ISCTE UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA ISCTE ISCTE ISCTE UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA ISCTE ISCTE ISCTE UNIVERSIDADE DE COIMBRA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA ISCTE ISCTE ISCTE UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE DO MINHO UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CALDEIRA, MARIA FILOMENA FERREIRA MENDES	ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS UNIDADES FAMILIARES CAMPONESAS EM REGIMES DE MONTANHA (BARROSO, 1940-1990).	UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE DE TRÇS-OS-MONTES E ALTC
RIBEIRO, MARIA MANUELA MACEDO ALMEIDA, MANUEL CARLOS FERREIRA DE GRÁCIO, SÉRGIO MONTENEGRO MIGUEL ROSA, MARIA JOÃO CASANOVA A. E SÁ VALENTE BILHIM, JOÃO ABREU DE FARIA BANDEIRA, MÁRIO MANUEL LESTON MATOS, ANA MARIA DE SAINT-MAURICE CORREIA DE MATOS, MARIA MADALENA REIS MENDES DE GARCIA, MANUEL COSTA PATULEIA, MARIA JOHANNA CRISTHINA SCHOUTEN SILVA, ALICE ROSA FONTINHA FERNANDES DA VENÂNCIO, JOSÉ CARLOS GASPAR CASCAIS, MARIANA DE JESUS MARTINS DE TORRES VAZ FREIRE COVAS, MARIA DAS MERCÉS CABRITA MENDONÇA GONÇALVES, ALBERTINO JOSÉ RIBEIRO COELHO, MARIA VIRGÍNIA ANÍBAL COSTA, ALFREDO BRUTO DA	MIGRAÇÕES FORÇADAS E DINAMICA DEMOGRAFICA (O CASO PARTICULAR DE ANGOLA). DESTINOS DO ENSINO TÉCNICO EM PORTUGAL (1910-1990). O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO DO CONTINENTE PORTUGUÊS E A PROTEÇÃO DOS IDOSOS FACTORES ORGANIZACIONAIS DO SISTEMA PORTUGUES DE I.E.D. FAMILIA, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E MODERNIDADE. O CASO PORTUGUES. RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO PROCESSO DE EMIGRAÇÃO - A POPULAÇÃO CABOVERDIANA RESIDENTE EM PORTUGAL. LA DEMOCRATIE AU PORTUGAL.ANALYSE DU DEBAT POLITIQUE ENTRE 1974 E 1976. O PAPEL DO ENSINO NA EXPLICAÇÃO DO NIVEL DE VIDA EM PORTUGAL - ANALISE CRITICA DOS RESULTADOS MINAHASAN METAMORPHOSES: LEADERSHIP AND SOCIAL MOBILITY IN A SOUTHEAST ASIAN SOCIETY, C. 1680-1983 FAMILIA PORTUGUESA EM TRANSIÇÃO - ANALISE CRITICA E TESTE EMPIRICO DA TEORIA SOCIOLOGICA DE ANDREE MUCHEL A ECONOMIA DE LUANDA E HINTERLAND NO SÉCULO XVIII - UM ESTUDO DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA A URBANIZAÇÃO DOS HOMENS DOS HOMENS E A URBANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS - O CASO PARTICULAR DO ALENTEJO GERAÇÕES E PAPEIS FAMILIARES - UM ESTUDO SOBRE FAMILIAS ALENTEJANAS RESIDENTES NUMA FREGUESIA DE SETUBAL A DEFINIÇÃO SOCIAL DOS EMIGRANTES NO NOROESTE DE PORTUGAL - IMAGENS E CLIVAGENS PERFIL DE UM PODER CONCELHIO: SANTARÉM DURANTE O REINADO DE D. JOSÉ THE PARADOX OF POVERTY - PORTUGAL 1980-89.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA ISCTE ISCTE ISCTE UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE DO MINHO UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Doutoramentos em Sociologia

PINTO, MARIA LUÍS ROCHA	CRISES DE MORTALIDADE E DINAMICA POPULACIONAL NOS SECULOS XVIII E XIX NA REGIÃO DE CASTELO BRANCO.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
DUARTE, MARIA ISABEL ALVES	AS CONSEQUÊNCIAS DO MERCADO ÚNICO NA ESTRUTURA E NO FRAGMENTADO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUES	ISCTE
GAGO, KARIN ELIZABETH WALL	LA FABRICATION DE LA VIE FAMILIALE - CHANGEMENT SOCIAL ET DYNAMIQUE CHEZ LES PAYSANS DU BAS-MINHO	ISCTE
GUERREIRO, MARIA DAS DORES HORTA	FAMILIAS NA ACTIVIDADE EMPRESARIAL - EMPRESAS FAMILIARES EM PORTUGAL	ISCTE
JAHNKE, HANS-RICHARD	INSTITUTION UND WANDEL - VESUCH EINER INTERPRETATION KULTURELLER MUSTER AUF DEN AZOREN	ISCTE
MELO, ANTÓNIO ALEXANDRE LOPES GONÇALVES	O LUGAR DE PORTUGAL NO MUNDO DA ARTE CONTEMPORANEA	ISCTE
ROSA, MARIA TERESA SERÓDIO	RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO E SINDICALISMO OPERÁRIO EM SETÚBAL	ISCTE
VIEGAS, JOSÉ MANUEL LEITE PINTO	ELITES E CULTURA POLITICA - NACIONALIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES NO PROCESSO POLITICO PORTUGUES	ISCTE
SILVA, MANUEL CARLOS FERREIRA DA	RESISTIR Y ADAPTARSE - CONTRINMIENTOS Y ESTRATEGIAS CAMPESINAS EN EL NOROESTE DE PORTUGAL	UNIVERSIDADE DO MINHO
CURTO, DIOGO SASSETTI RAMADA	A CULTURA POLITICA EM PORTUGAL (1578-1642) COMPORTAMENTOS, RITOS E NEGOCIOS	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
BRITO, ALEXANDRA BARAHONA DE	TRUTH OR AMNESTY. HUMAN RIGHTS AND DEMOCRATIZATION IN LATIN AMERICA: URUGUAY AND CHILE.	ISCTE
DORES, ANTÓNIO PEDRO ANDRADE	O MOVIMENTO INFORMÁTICO NAS ESCOLAS PORTUGUESAS: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CASO DE PROJECTO MINERVA.	ISCTE
ESPADA, JOÃO CARLOS MOSQUERA MENDES	DIREITOS SOCIAIS DA CIDADANIA. UMA CRITICA AO NEO-LIBERALISMO E AO SOCIALISMO.	ISCTE
PEREIRA, MARIA JOÃO XAREPE DA COSTA	INFORMATIQUE BANCAIRE AU PORTUGAL: TECHNOLOGIE, ORGANISATION ET CONDITIONS SOCIALES DE TRAVAIL.	ISCTE
RODRIGUES, MARIA DE LURDES REIS	OS ENGENHEIROS NA SOCIEDADE PORTUGUESA - PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTAGONISMO.	ISCTE
CRAVINHO, JOÃO TITTINGTON GOMES	MODERNIZING MOZAMBIQUE: FRELIMO IDEOLOGY AND THE FRELIMO STATE.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PUREZA, JOSÉ MANUEL MARQUES DA SILVA	O PATRIMONIO COMUM DA HUMANIDADE: RUMO A UM DIREITO INTERNACIONAL DA SOLIDARIEDADE?	UNIVERSIDADE DE COIMBRA
RUIVO, FERNANDO ALBERTO BAETAS DE OLIVEIRA	UM ESTADO LABIRINTICO: O PODER RELACIONAL NAS RELAÇÕES ENTRE PODERES LOCAL E CENTRAL EM PORTUGAL.	UNIVERSIDADE DE COIMBRA
ESPERANÇA, EDUARDO JORGE DOS SANTOS	PATRIMONIO - POLITICAS E PRATICAS CULTURAI. UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL.	UNIVERSIDADE DE ÉVORA
OLIVEIRA, CARLOS ALBERTO MARTINS DE	ATITUDES E COMPORTAMENTOS RELIGIOSOS DOS PORTUGUESES NA ACTUALIDADE.	UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ALMEIDA, ANTÓNIO PEDRO GINESTAL TAVARES DE	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO LIBERAL. ELITE POLITICA E BUROCRACIA NA REGENERAÇÃO (1851-1890).	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FERNANDES, ANA MARIA ALEXANDRE	VELHICE, ENVELHECIMENTO DEMOGRAFICO E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
PEDREIRA, JORGE MIGUEL DE MELO VIANA	OS HOMENS DE NEGÓCIO DA PRAÇA DE LISBOA, DE POMBAL AO VINTISMO (1755-1822) - DIFERENCIAÇÃO, REPRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE UM GRUPO SOCIAL.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
SANTOS, RUI MANUEL LEITÃO DA SILVA	CELEIRO DE PORTUGAL ALGUM DIA - CRESCIMENTO E CRISES AGRARIAS NA REGIÃO DE EVORA -1595-1850.	UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

D. Um balanço final

Cruzam-se, nesta conclusão, dois olhares de natureza diferente. O primeiro procura fazer uma síntese dos dados “objectivos” que foram tratados e interpretados ao longo dos pontos anteriores, e apresenta uma visão de conjunto das quatro áreas disciplinares em discussão neste *Perfil*. O segundo visa lançar a discussão sobre vários desafios e opções estratégicas que, em nosso entender, marcarão o futuro próximo destas disciplinas no campo científico português.

D.1. Uma apreciação de conjunto

A *diversidade* de situações detectadas quer entre as quatro disciplinas que constituem este grupo quer no interior de cada uma delas permitiu salientar diversos aspectos essenciais. Se bem que essa diversidade encubra, muitas vezes, situações negativas de flagrante desigualdade à partida que são um obstáculo ao crescimento consistente destas disciplinas (disparidades entre regiões do País, entre recursos e competências das unidades de investigação, por ex.), ela representa, enquanto princípio de organização das práticas de investigação, um carácter qualitativo de enriquecimento interno do campo científico. Recusando ortodoxias e exclusivismos que postulam aprioristicamente a superioridade de um modo de praticar a investigação e de um perfil de investigador sobre todos os outros, é necessário apostar na pluralidade de experiências e papéis na investigação, bem como potenciar as trocas recíprocas e as complementaridades entre uns e outros.

Tomando como referência as quatro disciplinas, destaca-se, desde logo, a existência de *contextos de investigação* muito distintos. Por outro lado, emerge com clareza a ocorrência de *práticas e mesmo culturas de investigação* contrastadas. Finalmente, e apesar desta acentuada diversidade, parecem detectar-se *tendências de fundo* que, embora com intensidade distinta, evidenciam uma presença recorrente. O desenho de instrumentos de avaliação das actividades de investigação *não* poderá ignorar esta complexidade.

Os diferentes *contextos de investigação* decorrem de vários factores e revelam-se de modo distinto.

A *história particular de cada uma das disciplinas* aqui analisadas surge, em certa medida, como o elemento mais diferenciador. O *tempo* é um factor crucial a ter em conta numa apreciação de conjunto. Amadurecimento, juventude ou ausência de institucionalização marcam inevitavelmente as unidades de investigação existentes, no modo como se organizam e na forma como se encontram apetrechadas do ponto de vista dos seus vários recursos, físicos, humanos e financeiros. Uma ciência mais madura, como a *Geografia*, tende a evidenciar as vantagens, mas também as limitações, de quem se posiciona numa fase mais avançada do ciclo de vida: maior estabilidade, melhor nível médio de infra-estruturas e equipamentos de apoio, presença mais significativa do trabalho em equipa e do relacionamento internacional mas, também, ritmos mais lentos de expansão e

crescimento. A *Sociologia*, pelo contrário, ilustra de forma clara uma ciência cuja trajectória de desenvolvimento se encontra ainda numa fase de consolidação: depois de uma recente e rápida propagação institucional na academia, do exponencial crescimento e rejuvenescimento dos seus recursos humanos, enfrenta agora os desafios da maturidade (estabilização das unidades de investigação, resposta à procura social, capacidade de organização colectiva do trabalho científico, internacionalização). A *Demografia* reflecte, por seu lado, a penalização que afecta áreas que, pelas mais diversas razões, não conseguiram o desejado reconhecimento institucional: sem unidades de investigação e graus académicos próprios, qualquer disciplina será sempre demasiado vulnerável a decisões que lhe são externas e estará excessivamente dependente de motivações individuais. Quanto à *Antropologia*, dão-se agora os primeiros efeitos positivos do investimento no ensino superior: existe actualmente um grande número de licenciados e mestres que assegura o bom êxito de seminários científicos, que lê publicações e faz circular ideias, que publica e se disponibiliza para prosseguir carreiras de investigação e a assegurar por outros meios a vitalidade da disciplina. Esta situação é também de alguma fragilidade, uma vez que, sendo efeito de um crescimento recente com padrão inovador, não está ainda acompanhada das estruturas institucionais necessárias para concretizar o conjunto de possibilidades de criação científica que essa massa crítica potencialmente dispõe.

A *dimensão de cada uma das disciplinas* constitui um segundo elemento fortemente diferenciador. Ao viabilizar, de forma desigual, a obtenção de economias de escala, com a consequente diminuição de custos unitários, e de economias de gama, permitindo tirar partido de complementaridades e sinergias, este factor pode contribuir para um funcionamento mais eficiente e simultaneamente mais especializado das disciplinas com maior expressão. Em termos simples, é possível dizer-se que as ciências com menor dimensão tendem a apoiar-se em unidades de investigação globalmente mais mono-disciplinares mas internamente mais diversificadas em termos de subdomínios, enquanto uma maior dimensão favorece tanto as entidades tematicamente especializadas como as pluridisciplinares.

A *história de cada uma das unidades de investigação* pode acentuar ou contrariar as tendências globalmente identificadas para o conjunto da respectiva ciência. Deste ponto de vista, as quatro disciplinas do grupo apresentam exemplos interessantes por permitirem verificar até que ponto diferentes formas de organização possibilitam resultados distintos. As unidades exclusivamente de investigação constituem, evidentemente, um caso especial. Infelizmente, a grande maioria da pesquisa efectuada detém uma posição de clara subalternidade face ao ensino e, conseqüentemente, às exigências da carreira docente. Mas outros factores, como a valorização relativa de formas mais individuais ou colectivas de investigação ou o grau de abertura a diferentes formas de cooperação inter-institucional, contribuem igualmente para a ocorrência de situações díspares no interior de uma mesma ciência.

Os contextos sociais, disciplinares e institucionais da investigação devem, por sua vez, ser relacionados com a existência de *culturas científicas e práticas de pesquisa* distintas. Na

realidade, as actividades de investigação visam diferentes finalidades, umas de natureza mais individual, outras mais colectiva, umas reflectindo opções dos investigadores, outras traduzindo respostas a estímulos externos ou mesmo obrigações ou compromissos de tipo pessoal ou institucional. A preparação de provas académicas, o apoio ao ensino de pós-graduação, a redacção de um artigo ou de um livro, a participação em redes internacionais ou ainda a resposta a uma encomenda constituem exemplos de actividades de investigação que podem – e devem – coexistir no seio de uma mesma unidade. A cultura científica e as práticas de pesquisa dominantes em cada instituição, mas também as condições concretas que estas possuem (dimensão, nível de equipamento, diversidade disciplinar e temática, etc.), ditam o peso relativo de cada uma das componentes acima referidas. Se se considerar que esta diversidade deve ser garantida pelo conjunto de cada unidade de investigação, e não necessariamente por cada um dos seus membros tomados individualmente, mas que a possibilidade de concretização dessa diversidade depende em muito das condições físicas e imateriais existentes na instituição, facilmente se reconhece o leque alargado de critérios que qualquer processo de avaliação deve conter.

D.2. Problemas, desafios e opções

Pensando no futuro próximo, acreditamos que estas quatro áreas têm um contributo a dar, dentro e fora das fronteiras do campo científico. De resto, a legitimidade e a visibilidade do grande grupo das Ciências Sociais e Humanas (onde a Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia se incluem) dentro do universo dos ramos do saber e da investigação devem continuar a ser plenamente defendidas e preservadas na política científica, tanto nacional como europeia. A defesa artificial (e sobretudo interesseira) de dualismos entre ciências duras e objectivas (por isso “úteis” e de primeira grandeza), por um lado, e ciências suaves e meramente subjectivas (por isso relativamente “inúteis” e secundárias), pelo outro, traduzida em gritantes disparidades de financiamento, contribui para amputar o conhecimento científico de uma das suas componentes essenciais e prejudica fortemente o esforço de “reflexividade social”, traço marcante da cidadania nas democracias modernas. E se é verdade que em Portugal, hoje, a política científica já não partilha deste espírito, o mesmo não se poderá concluir das agências europeias de financiamento - onde, sem dúvida, as ciências sociais (juntamente com outras áreas consideradas “abstractas”, como a matemática) são claramente preteridas relativamente às ciências ditas aplicadas. É um cenário preocupante, já que o estímulo externo da Europa terá, por certo, um impacto crescente na evolução próxima da ciência no nosso País.

Dito isto, colocam-se outros desafios às áreas disciplinares analisadas neste *Perfil*. Tendo em conta as histórias e os *timings* do seu crescimento e as fases diferentes do ciclo de maturidade institucional em que cada uma se posiciona, não haverá obviamente uma fórmula única de resposta a estes desafios. Contudo, desenha-se um quadro de fundo comum a todas elas e é pensando no que presentemente as une que abordamos, de seguida, um conjunto de *questões-chave* com que se defrontam. Referem-se a quatro componentes da produção científica de conhecimento: as práticas de investigação; as

condições da investigação; a divulgação dos produtos da investigação; os processos de avaliação da investigação.

D.2.1. As práticas de investigação

A *diversidade de práticas de investigação* é, quanto a nós, um valor a preservar e encorajar a, pelo menos, três níveis - disciplinar, institucional e pessoal. Já o sugerimos: em nosso entender não existem, *a priori*, modos de investigação intrinsecamente bons ou maus; a defesa de dicotomias rígidas (entre, por exemplo, investigação aplicada e investigação fundamental) encobre sobretudo uma visão conservadora e redutora do campo científico, um projecto de domínio de uma forma de fazer ciência ou de se ser cientista que se pretende impor às restantes. Ora, dentro das regras universais do paradigma científico há que reconhecer a legitimidade de práticas de investigação diferentes e o enriquecimento em que esta pluralidade se traduz - para a área científica em causa, para a instituição que a acolhe, para a formação dos investigadores que a praticam. O Estado que a financia deve, por isso, estar atento a estas diversas frentes de actuação e, aceitando o princípio da diversidade, cuidar também de todas elas.

Na última década, o crescimento substantivo da investigação, dos centros e dos investigadores nas áreas disciplinares em análise (ainda que de forma incipiente no caso da Demografia), sobretudo dentro mas também ao lado da estrutura universitária, reclama hoje uma gestão científica equilibrada, consistente e ousada dessas várias modalidades e estilos de pesquisa. Desde logo, vale a pena lembrarmos *quatro* casos “típicos”.

As *obrigações de carreira* impõem, a todos os docentes e investigadores, a necessidade de obtenção do grau académico de *doutoramento*, projecto que se traduz na realização de uma investigação solitária, de longo fôlego, fortemente apostada na construção e no debate conceptuais, na originalidade do tema e no ineditismo da abordagem.

Uma segunda modalidade resulta de uma *intencional* estratégia de *prospecção*, no mercado nacional e internacional, das grandes linhas de *financiamento* disponíveis e, reunida uma equipa, aceite a pré-definição dos temas ou problemas financiáveis, concorrer à sua utilização; num prazo curto, trata-se de responder às questões e prioridades colocadas pelo figurino inicial, dando um ênfase especial ao retrato empírico do terreno ou populações-alvo.

As *encomendas* explícitas e *directas*, por exemplo dirigidas pelos órgãos de poder às instituições de investigação, mantêm uma grande proximidade com o último tipo: são geralmente executadas por equipas, impõem prazos curtos e a prioridade das questões da agenda pública sobre a relevância teórica dos problemas, dão um lugar destacado à caracterização empírica da realidade.

Sobra, pelo menos, um quarto tipo: é o próprio cientista, ou uma equipa de cientistas que, ao sabor de gostos e *interesses internos* a uma dada área científica, escolhem um tema livre e constroem, por conta própria, um problema e um caminho de abordagem da

realidade e, se for caso disso, concorrem a linhas abertas de financiamento para o concretizar.

Uma instituição de investigação só pode beneficiar se estiver criticamente atenta às potencialidades e limitações subjacentes a cada um destes modos de produção da ciência, se exigir elevados níveis de qualidade e excelência (em todos eles) e se preservar a sua coexistência, proporcionando aos investigadores novos campos de formação e realização profissional.

D.2.2. As condições de investigação

As *condições de investigação* impõem também a consideração de um conjunto de obstáculos a vencer. Em primeiro lugar, voltemos a sublinhar a subordinação, na esmagadora maioria dos contextos institucionais, das actividades de investigação à lógica da carreira docente; o longo ano académico, as sobrecargas lectivas, a desproporção entre o número de alunos e professores, a rigidez formal da carreira de ensino tiram fôlego e disponibilidade para a investigação. Ou, pelo menos, retiram-lhe autonomia e capacidade de iniciativa: a pesquisa é feita, quase sempre, a tempo parcial, nos intervalos ou nos tempos que sobram da docência. Esta pesada *condicionante institucional* reflecte-se, sem dúvida, na baixa mobilidade dos investigadores portugueses destas quatro áreas disciplinares - dificilmente circulam entre instituições (de regiões do mesmo país ou de diferentes países), dificilmente conseguem intercalar semestres de docência com semestres dedicados à investigação. O estímulo à criação de unidades de investigadores a tempo inteiro, a *troca* ou complementaridade efectiva entre os *papéis* de professor e investigador e a *mobilidade* inter-institucional ou internacional dos cientistas sociais portugueses tornam-se, hoje, uma *prioridade*. Tendo em conta o processo de globalização e a circulação universal de informação, a formação ou experiência dos nossos investigadores no estrangeiro (uma das componentes da desejada internacionalização) pode ser encarada de um modo mais flexível, comparativamente a situações no passado : à semelhança do que sucede em outros países, um esforço especial podia ser investido na concessão de bolsas de investigação “intercalares” (com uma duração limitada), encorajando um vaivém mais frequente entre investigadores de diferentes instituições de pesquisa e fases de carreira (incluindo a de preparação do doutoramento) e, através dele, a sua exposição à diversidade de contextos, métodos e redes de trabalho.

No *domínio organizacional* destaca-se, por outro lado, a ausência quase sistemática, por parte dos corpos *dirigentes* das unidades de investigação, de uma visão estratégica sobre as actividades de pesquisa do grupo. Raramente aquelas assumem, como colectivo, uma postura afirmativa - no mercado nacional ou, muito menos ainda, internacional. A *ausência de opções científicas globais*, envolvendo, numa estratégia de investigação institucional, o conjunto de investigadores de uma mesma “casa”, parece ser a regra. Para além das formas de trabalho solitário, dispersivo e individual haveria que construir, de dentro para fora, linhas prioritárias de projecção e de investimento científicos, marcas da excelência da instituição em causa e factores de integração do seu corpo diverso de

profissionais. Sob pena de as unidades de investigação viverem exclusivamente a reboque das solicitações políticas do momento, da gestão casuística das oportunidades financeiras, das vicissitudes das carreiras ou de iniciativas individuais. Há, nesta matéria, um passo em frente a dar no futuro.

O crescimento em exponencial das actividades de pesquisa e a introdução do computador na rotina científica mudaram consideravelmente o panorama das condições da investigação e traduziram-se, entre outras coisas, numa considerável acumulação de informação empírica sobre os mais diversos campos da realidade portuguesa. A constituição e recente existência de *bases de dados* em ciências sociais, no seio da universidade ou em organismos da administração pública (de que destacamos, no caso destas áreas disciplinares, o Instituto Nacional de Estatística), impõe que se preste uma atenção particular a este facto, até porque a sua multiplicação parece irreversível. A comunidade científica deve discutir não só as condições seguras do seu armazenamento e catalogação, mas sobretudo as *regras de acesso* ao seu conteúdo. Tem vingado, até agora, um anacrónico espírito paroquial: a informação recolhida é fechada em gaveta privada, para uso exclusivo do seu proprietário (e dos seus próximos) - podendo, quando muito, ser cedida a colegas (nacionais ou internacionais) mediante o pagamento de uma avultada quantia. O prejuízo destas práticas correntes para o avanço, aprofundamento e acumulação do conhecimento científico é notório; por isso, entendemos que se devem estabelecer compromissos de troca científica entre instituições académicas, e entre estas e organismos públicos, de modo a que, respeitando os direitos da propriedade intelectual, se possa ultrapassar a inaceitável situação actual.

Pensando ainda em condições de investigação, e desta vez a um nível básico, é de notar a degradação das *infra-estruturas de acolhimento material* à actividade de investigação científica. A secundarização da pesquisa face à docência tem, também, uma tradução em termos de espaço: entre a sala de aula, o sobrelotado gabinete de professores, os escritórios administrativos e de gestão, a biblioteca da Universidade (ou do Centro) não existem lugares disponíveis ou concebidos em função das especificidades do trabalho de investigação. Salvo raras excepções, a pesquisa em ciências sociais é portanto praticada numa terra pública de ninguém ou então desenvolvida em casa dos investigadores. Ora a inexistência de espaços demarcados e próprios para a investigação em ciências sociais tem, certamente, um impacto negativo não só sobre a imagem (e legitimidade) destas áreas disciplinares e das profissões a elas associadas, como também sobre a construção da sua identidade enquanto ramos de saber.

A necessidade de dotar os centros de investigação com funcionários administrativos qualificados, gestores de ciência e tecnologia, isto é, um *staff de secretariado técnico* de apoio (aos órgãos directivos, às equipas de investigadores ou aos projectos) constitui, por seu turno, outra necessidade. A não acontecer, e num contexto de crescentes solicitações de informação sobre os mais variados domínios da actividade de investigação das unidades, mantém-se uma situação de irracional desvio dos investigadores séniores das tarefas de investigação para ocupações burocráticas de resposta a pedidos, internos e externos - e para os quais, de resto, não possuem as melhores competências.

A *impossibilidade formal* de contratar, nas universidades, jovens sem vínculo à função pública para *integrarem a carreira docente ou de investigação* constitui um pesado obstáculo à renovação e dinamização das equipas de investigadores nestas áreas e à sobrevivência da investigação que nelas se desenvolve. As formas de trabalho precário e limitado no tempo envolvem actualmente, nas unidades de investigação, uma cada vez mais numerosa e heterogénea população de júniores, desde “bolseiros” mobilizados em torno de projectos (com algum laço institucional, proporcionado pelo MCT) a “tarefeiros” descartáveis, trabalhando por conta de séniores. A contabilidade e caracterização desta vasta mão de obra flutuante, a apreciação das suas condições de trabalho e de remuneração, estão, ainda, por fazer, desde logo pelas próprias unidades que a acolhem; e é importante reconhecermos, dando-lhe visibilidade, o seu contributo informal e subterrâneo para a produção de ciência. No entanto, estas formas de trabalho incerto não constituem verdadeiras alternativas a contratos mais estáveis, de média ou longa duração. A oferta de estabilidade no trabalho é uma condição importante para a captação de talentos, para a aprendizagem e a identidade do ofício, para a realização e autonomia individuais; do ponto de vista institucional, é indispensável ao rejuvenescimento dos corpos de investigadores, à consolidação e diversificação de equipas, à acumulação e transmissão de experiências, à preservação da cultura científica do grupo. Sem burocratizar, há que procurar estabilizar e qualificar percursos profissionais promissores no campo da investigação em ciências sociais.

O cenário que acabámos de descrever, fechado e pouco encorajador para o recrutamento de novas vocações nas quatro áreas de investigação em análise, é ainda prejudicado, a montante, pelo panorama do *ensino pré-universitário*. Com excepção da Geografia, tradicionalmente presente no *currículo* escolar desde o ensino básico obrigatório, as três outras disciplinas estão ou completamente ausentes (caso da Demografia ou da Antropologia) ou mantêm uma discretíssima e aleatória presença no ensino secundário (caso da Sociologia, disciplina optativa do 12º ano). Se a estas condicionantes juntarmos o incipiente treino em práticas de investigação/experimentação no *currículo* oficial, apercebemo-nos de como a escolha de uma profissão de investigador em ciências sociais se torna, para um aluno que se candidata à universidade, francamente remota. Uma atenção renovada deve ser portanto prestada à estratégica articulação com o sistema de ensino secundário, lugar, por excelência, da construção de gostos e vocações profissionais.

D.2.3. A divulgação dos produtos da investigação

Se bem que o circuito de difusão das actividades e dos resultados da investigação esteja bem consolidado no seio da comunidade científica portuguesa, o mesmo não se poderá dizer no que toca à *divulgação fora de portas*, componente crucial do processo de *internacionalização* (já certamente em marcha no caso da Geografia e da Antropologia, mas ainda muito incipiente na Sociologia e na Demografia).

A participação de investigadores em redes, observatórios e equipas internacionais tem recentemente conhecido alguns progressos; contudo, e ao contrário de outras áreas disciplinares, continua a ser pouco frequente, naquelas disciplinas, a publicação de artigos ou livros de investigadores nacionais em revistas ou editoras internacionais de prestígio, nomeadamente europeias e norte-americanas. A ausência de referências em índices de citações internacionais é, aqui, preocupante. A língua portuguesa, que não é, como a inglesa, a língua franca da globalização, constitui uma primeira barreira a vencer. Lembremos, contudo, que no caso particular das ciências sociais a língua em que o investigador se exprime (e escreve) constitui uma condição relevante para a própria produção de conhecimento, já que não se trata apenas de um meio passivo de suporte à transmissão de significados, mas de um instrumento activo de produção de representações e, até, de uma dimensão da própria realidade que o investigador aborda. Por outro lado, refira-se que a posição da sociedade portuguesa no sistema mundial de poderes (nomeadamente no campo político, económico e portanto também científico) remete para um plano marginal a produção de conhecimentos que toma como referente empírico esta (ou qualquer outra) região de periferia.

Independentemente de tal especificidade, e pensando nesta vertente da internacionalização, é fundamental que as unidades de investigação assegurem (logística e financeiramente) aos seus investigadores a possibilidade de tradução dos seus trabalhos para a língua de destino, que invistam na publicação regular (anual, bi-anual) de “Guias das Ciências Sociais em Portugal” em língua inglesa, contendo selecções dos melhores trabalhos produzidos nestas áreas. Um esforço muito sério devia, por outro lado, ser consagrado à criação e manutenção de espaços de visibilidade (dos investigadores, publicações, realizações e acontecimentos científicos nacionais) na Web. Refiramos, por último, a necessidade de uma incursão persistente nos imensos mercados e universos linguísticos lusófono e hispânico, onde justamente se fala ou compreende a língua portuguesa .

O papel dos *media* nas sociedades modernas é crucial. As ciências sociais confrontam-se, hoje, com a sua crescente capacidade de construção do real, com o seu poder de influência junto da opinião pública e com o facto de por eles passar, sem dúvida, uma das mais eficazes frentes de divulgação de linguagens, dados e protagonistas das actividades de investigação - e, portanto, de divulgação da cultura científica. A relação dos investigadores com os *media* será, no futuro, crucial; não é, hoje, uma relação pacífica. Damos alguns exemplos do que consideramos serem ligações perigosas entre esses distintos mundos profissionais e que se traduzem, afinal, numa diluição das respectivas fronteiras e regras deontológicas. Alguns jornalistas caem, com frequência, na tentação de usar o discurso das ciências sociais (lido à pressa, omitido o seu autor) como adereço decorativo ou credibilizador de certas peças de jornalismo, simplificando e deturpando o seu conteúdo, de tal modo que o resultado final, apresentado com um “estatuto científico”, é uma verdadeira inversão da ética da própria ciência. Do lado dos investigadores, os comportamentos perante os *media* (e em particular face à televisão) parecem polarizar-se em torno de dois tipos extremos: uns demitem-se ou fogem claramente desse desafio, alegando desconforto, receio, inabilidade, incompetência para

enfrentar as câmaras ou falar para o grande público; outros, ao contrário, não resistem à tentação de comentar ou interpretar os mais variados assuntos e acontecimentos - que em muito ultrapassam o domínio específico dos seus saberes profissionais. É tempo, pois, de a própria comunidade de investigadores das ciências sociais reflectir sobre as potencialidades que uma *relação de abertura* aos *media* pode vir a ter, equacionando criteriosamente as competências que nela se implicam.

Muito há a fazer, portanto, para que o recente crescimento das ciências sociais em Portugal transborde para a cultura científica dos portugueses. Vale a pena lembrarmos a importância que, neste domínio, poderia vir a ter a introdução de tópicos ou de temas que se prendem com o trabalho de investigação nestas áreas nas cada vez mais frequentes mostras, programas, centros de “Ciência Viva” ou mesmo em futuros projectos de museus de ciência. Se se aceitam como componentes legítimas de um todo que é o saber científico, é importante não as excluirmos de iniciativas concretas de divulgação (de descobertas, contributos da ciência) junto dos cidadãos comuns, nomeadamente os mais jovens.

D.2.4. Processos de avaliação da investigação

Para concluirmos este ponto, gostaríamos de focar dois aspectos que se prendem com a questão da avaliação das actividades de investigação. Em primeiro lugar, e quanto a *procedimentos*, torna-se hoje indispensável criar, dentro dos centros, rotinas próprias de auto-avaliação e apreciação de desempenho dos investigadores - não só júniores (sobre os quais recaem, à partida, exigências institucionais), mas também séniores. Efectivamente, e com excepção das provas académicas previstas de progressão na carreira, os investigadores doutorados raramente são confrontados, nos centros a que pertencem, com uma apreciação crítica do seu trabalho; para além do estímulo que este juízo dos pares poderia constituir para os seus percursos, não faz sentido que se encoraje a manutenção de um sistema que escolhe, como alvos exclusivos da avaliação, ora a instituição (como um todo), ora apenas as suas franjas mais jovens e vulneráveis.

Um outro aspecto da questão está relacionado com o tipo de *critérios dominantes* em matéria de grelhas de avaliação, e de resto reproduzidos nos *indicadores* utilizados pelo OCT nos inquéritos que presentemente dirige à generalidade da comunidade científica. Inspiram-se, por um lado, na tradição de produção de conhecimento das chamadas “ciências duras” e tendem a privilegiar, por outro, as componentes da actividade de investigação que podem ter uma tradução quantitativa; dificilmente captam as dimensões mais qualitativas e processuais da investigação, como aquelas que reflectem as características funcionais dos seus protagonistas, os modelos de funcionamento de redes ou equipas, os modos de organização do trabalho científico.

Reconhecemos, obviamente, a importância de sistematizar e uniformizar os critérios de avaliação, único meio de assegurar a comparabilidade directa entre resultados de conhecimentos distintos; e sublinhamos, ainda, a necessidade de as ciências sociais

integrarem plenamente o universo de saberes, classificado e ordenado a partir desses padrões comuns - sob pena de se verem remetidas para um *ghetto* disciplinar, primeiro passo para a sua marginalização dentro do campo científico. Mas sugerimos, aqui também, um *princípio de diversidade*, isto é, a possibilidade de introdução de outros critérios particulares de avaliação, complementares aos gerais e pensados em função da especificidade de certos sub-conjuntos disciplinares (que poderão incluir tanto as ciências sociais e humanas, como outros grupos de saberes). A iniciativa cabe, nesta matéria e em primeira mão, à comunidade científica; a proposta de novos critérios ou de outros indicadores, a justificação da sua legitimidade e pertinência devem resultar de um consistente trabalho colectivo de construção de problemas e soluções.

Finalmente, o recurso a grelhas internacionais de classificação (por ex. de domínios ou subdomínios disciplinares) pode revelar-se insuficiente para dar conta do estado da arte num certo momento; uma atenção cuidada deve portanto ser prestada à adequação dos formatos abstractos à realidade concreta da produção científica - sob pena de ocultar algumas das suas facetas mais promissoras.